

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

**OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO REMUNERADO PARA MULHERES
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Margareth Ribeiro de Araújo

Belo Horizonte
2011

MARGARETH RIBEIRO DE ARAÚJO

**OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO REMUNERADO PARA MULHERES
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Sampaio Chacham

Belo Horizonte

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A658s Araújo, Margareth Ribeiro de
Os significados do trabalho remunerado para mulheres em situação de
violência conjugal / Margareth Ribeiro de Araújo. Belo Horizonte, 2011.
137f.: il .

Orientadora: Alessandra Sampaio Chacham
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Violência contra as mulheres. 2. Mulheres - Emprego. 3. I. Chacham,
Alessandra Sampaio. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 392.59

Margareth Ribeiro de Araújo

**OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO REMUNERADO PARA MULHERES
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Profa. Dra. Alessandra Sampaio Chacham

Orientadora – PUC Minas

Profa. Dra. Cláudia Andréa Mayorga Borges

UFMG

Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme

PUC Minas

Belo Horizonte, 01 de junho de 2011.

À
Minha filha JÚLIA
Com amor, dedico esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Estar nesse momento é muito prazeroso para mim, pois voltar aos estudos depois de alguns anos trouxe muitos desafios: a corrida para “afinar” a linguagem, a procura de alternativas para conciliar o tempo dedicado à família, ao trabalho doméstico e ao remunerado e aos estudos.

Tudo isso gerou muitas ansiedades, mas, Graças a Deus, foi possível superar todas as dificuldades e, hoje, agradeço também a todas as pessoas que contribuíram para que eu desse conta:

À minha para sempre querida orientadora Alessandra Chacham, que com carinho me orientou e me proporcionou as condições necessárias com livros e textos, para que eu pudesse avançar na escrita e na reflexão desta dissertação.

Aos professores Juliana Jayme, Léa Souki, Magda Neves e Carlos Aurélio, para sempre inesquecíveis, a eles devo não apenas incontáveis indicações de preciosas leituras, mas, sobretudo, pelo incentivo em continuar buscando maior aprendizagem.

À Ângela e ao Guilherme, funcionários da equipe administrativa do Programa, pelo respeito e gentilezas.

Aos colegas de turma com os quais compartilhei nesses dois anos momentos felizes e, também, de “muitos apertos”.

Às queridas amigas e companheiras da equipe da Coordenadoria de Direitos da Mulher, que nesse período souberam me acolher, me entender e facilitar minhas investigações: Márcia de Cássia Gomes (coordenadora), Gleizer Mirtes, Juliene Balbino, Patrícia Moura, Adriana, Alexia, Aline, Andréa, Anna Paula, Alcione, Beth, Kátia, Nilma, Valéria Jane e Zózima.

Aos meus amigos e companheiros de caminhada: Marcelo Mourão e Roberto Domingues.

Às mulheres que protagonizaram esta pesquisa e que confirmam à mim suas intimidades e afetos.

À todos os autores e autoras que contribuíram para que este trabalho pudesse encontrar uma perspectiva própria, em especial à amiga e professora Karin Ellen Von Smigay, *in memoriam*.

Agradeço também às mulheres fortes e guerreiras de minha família, tanto as que me antecederam, quanto às que hoje convivem comigo, em especial as tias : Dudú, Leka e Marlene.

Ao meu pai Carneaut, pela alegria de estarmos juntos.

Agradeço ao meu querido companheiro Gildásio, pelo incentivo e compreensão cotidiana em tantos momentos delicados que passamos juntos.

Agradeço à minha mãe Marly e minha irmã Bete, que comigo compartilharam e preencheram para minha filha Júlia a ausência da mãe. Agradeço-lhes profundamente a oportunidade que me proporcionaram a realização deste trabalho. Com elas reparto a alegria do trabalho concluído.

Muito obrigada.

“Outro dia fiquei vigiando uma lagarta; parece que foi de propósito que ela veio ficar na porta da minha cozinha, eu via todos os dias suas transformações; até que um dia, eu tava fazendo meus trabalhos e começou a ventar, tava um sol bonito e ela foi saindo do casulo aos poucos, devagar, e eu comecei a chorar, e chorei e chorei muito, porque aquela borboleta linda era eu.“

(Rosa, egressa da CASV)

“As pessoas não se precisam,
Elas se completam... não por serem metades, mas por serem
inteiras, dispostas a dividir objetivos comuns, alegrias e vida.”

Mário Quintana

RESUMO

Nesta dissertação objetivou-se compreender os significados do trabalho remunerado para mulheres em situação de violência conjugal que, em algum momento, foram atendidas na Casa Abrigo Sempre Viva mantida pela Prefeitura de Belo Horizonte. Dez mulheres que passaram pela situação de abrigamento nesta instituição foram entrevistadas para a realização deste trabalho. Na análise das entrevistas, buscou-se compreender o potencial do trabalho remunerado e o seu significado para as mulheres, como um meio de romper o círculo da violência, vivido por elas muitas e muitas vezes, bem como o vínculo com agressor. Nesse processo, observou-se que a expectativa do trabalho remunerado traz um potencial que, para além da aquisição financeira, introduz importante contribuição para o resgate da autoestima e o reforço dos vínculos familiares, formando uma nova dinâmica da qual desponta a autonomia da mulher. É nesse processo de enfrentamento de situações concretas de violências, subordinação, desigualdade e exclusão, que o trabalho remunerado emerge como fornecedor de novas possibilidades para a prática emancipatória da mulher.

Palavras-chave: Mulher, Gênero, Violência de Gênero, Trabalho, Cidadania e Políticas Públicas de Gênero.

ABSTRACT

In this work we sought to understand the meanings that paid work take to women victims of domestic violence who have at some point been guest at the municipal safe house “Sempre Viva” of Belo Horizonte. Ten women who stayed in this institution were interviewed during our research. In the analyses of those interviews we sought to comprehend the potential of paid work and their meanings for those women as a way to break the cycle of violence they experienced over and over again and also their links to the aggressors. In this process, we observed that the expectative of getting paid work brings itself a potential that goes beyond monetary gains, since it makes an important contribution to increase their self-esteem and reinforcing some familial dynamics in which women’s autonomy rises. It is in this process of confronting situations marked by violence, subordination, inequality and exclusion that paid work emerges as providing of new possibilities to women’s emancipative practices.

Keyword: Women, Gender, Gender Violence, Work, Citizenship and Gender Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: Centros de Referência e Casas Abrigos no Brasil.....	53
QUADRO 2: Características gerais das mulheres entrevistadas.....	99

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADVOCACI - ADVOCACIA CIDADÃ PELOS DIREITOS HUMANOS-SERVIÇOS E REDE DE ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

AGENDE – AÇÕES EM GÊNERO CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

CASV – CASA ABRIGO SEMPRE VIVA

CEPIA – CIDADANIA PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO

CFEMEA – CENTRO FEMINISTA DE ESTUDO E ASSESSORIA

CLADEM – COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DA MULHER

CNDM – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

COMDIM – COORDENADORIA DOS DIREITOS DA MULHER

DECCM – DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A MULHER

JECRIMS – JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

NAVCV - NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS

PBH – PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SPM – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES

THEMIS – ASSESSORIA JURÍDICA EM ESTUDOS E GÊNERO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 VISITANDO O TEMA DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO DA CONJUGALIDADE	20
2.1 Gênero, masculinidade e violência de gênero	21
2.2 Conceituando gênero	24
2.3 Gênero, patriarcado e masculinidade.....	30
2.4 Lançando pilares para entender a questão das identidades.....	32
2.5 Focalizando masculinidades e violência.....	35
2.6 Violência de gênero e violência conjugal.....	38
2.7 Violência de gênero e violência conjugal no Brasil	44
3 AS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	49
3.1 Considerações a respeito da implementação das políticas que visam coibir a violência contra as mulheres:	54
3.2 O desafio da institucionalização das políticas de combate à violência conjugal.....	59
3.3 Breve histórico das políticas de atenção à mulher no município	69
3.4 A Coordenadoria dos Direitos da Mulher - COMDIM	71
3.5 O cotidiano da mulher abrigada.....	74
4 OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DO TRABALHO	77
4.1 O trabalho feminino.....	80
5 O SIGNIFICADO DO TRABALHO REMUNERADO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL.....	95
5.1 O acesso às entrevistadas.....	97
5.2 Características gerais das mulheres entrevistadas	98
5.3 Os relatos das mulheres abrigadas.....	99
5.4 Os relatos das mulheres egressas.....	110
5.5 À guisa de conclusão	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123

REFERÊNCIAS	126
APÊNDICE: O ROTEIRO	136

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata de um tema que muitas vezes emerge espontaneamente nas falas de mulheres que se encontram em situação de violência conjugal: a importância do trabalho remunerado como meio principal para romper com o círculo da violência e o vínculo com o agressor. Esta perspectiva em relação ao trabalho é identificada tanto nas conversas informais quanto nos atendimentos realizados nos serviços especializados. Mais especificamente, nosso objetivo neste trabalho é compreender os significados do trabalho remunerado para mulheres em situação de violência conjugal.

A fim de alcançar este objetivo fizemos um recorte nesse universo tão amplo da manifestação do fenômeno da violência conjugal e de suas consequências, buscando identificar quais são os reais significados do trabalho remunerado para as mulheres nesta situação. Nesta pesquisa foram ouvidas mulheres que por se encontrarem numa situação de violência de gênero em relações íntimas, correndo muitas vezes risco de morte, foram abrigadas juntamente com seus filhos num equipamento público destinado para este fim, a Casa Abrigo Sempre Viva (CASV), da Prefeitura de Belo Horizonte. Nesse sentido, recuperando por meio das entrevistas as experiências pessoais reveladas pelas mulheres abrigadas na Casa Abrigo, esperamos poder contribuir para um avanço das práticas preventivas da violência, bem como para a construção de práticas mais efetivas de enfrentamento à violência de gênero.

No cotidiano do atendimento a mulheres em situação de violência conjugal, percebe-se a importância que elas dão ao trabalho remunerado, sobretudo durante os atendimentos individuais e nos grupos coletivos de reflexão ou oficinas. São nesses momentos que revelam em seus discursos a desmistificação do caráter sacrossanto da família e da intocabilidade do espaço privado; a estrutura sexuada, por excelência, no seio da qual a subordinação das mulheres e das crianças se mantém instituídas; a baixa autoestima da mulher que, ao permanecer numa situação rotineira de agressões físicas e psicológicas, se mostra vulnerável e em intensidade crescente, à depressão, ao medo, à ansiedade e à somatização. Surgem, daí, variadas manifestações de mal estar físico e psicológico, somadas ao isolamento e falta de apoio familiar; às carências de recurso financeiro, qualificação profissional, informação e uma profunda descrença e insegurança quanto à própria sorte e a de seus filhos. Dentro desse contexto dramático, as referências

ao trabalho remunerado como uma “tábua de salvação”, uma possibilidade única de resgate, aparecem de maneira frequente o que vem reforçar a relevância desse estudo.

Na literatura utilizada para esta dissertação enfatiza-se que a violência de gênero em relações íntimas se passa dentro de quadro de disputa de poder, o que significa que não é dirigida a seres, a princípio, submissos, mas sim que o uso da força é necessário para estabelecer e manter a dominação. Em outras palavras, conforme Saffiot (2004) a violência de alguma forma abre um caminho para maior efetividade da dominação e se dirige àqueles capazes de oporem resistências, fato que vem sendo reiterado na medida em que se identifica, muitas vezes, que a passividade é, antes, consequência e não causa da violência.

A violência de gênero crônica, ou seja, aquela que acontece cotidianamente e durante muito tempo, mostra-se extremamente nociva à saúde da mulher, acarretando elevação do consumo de serviços de saúde, estendendo-se às crianças, pois essas são igualmente alvos ou expectadores da mesma violência. Verifica-se que esse quadro se apresenta de forma frequente nas mulheres e crianças atendidas na CASV.

Revela-se, também, a partir daí, que a família pode ser uma instituição violenta, a despeito dos laços de afeto que, frequentemente, a alicerçam e que a esfera privada não é isenta de regulação do poder público, fato que pode ser valorado positivamente na perspectiva de se assegurarem direitos. Nesse sentido, destaca-se a condenação das práticas de violência de gênero como ato político de defesa da liberdade, da cidadania e dos direitos humanos, e não como construção dicotômica de lugares do algoz e da vítima, ou da busca de culpados, reforçando uma perspectiva fatalista. Contudo, cabe às profissionais que lidam nos espaços de atendimento especializados às mulheres em situação de violência de gênero, dar visibilidade ao fenômeno por meio de análises, debates entre outras, que possibilite ultrapassar a cotidianidade e a imediaticidade das rotinas institucionais.

Entretanto, a intervenção necessariamente interdisciplinar desse fenômeno, aponta para padrões institucionais muito variados nas políticas públicas e, também, as de enfrentamento à violência, sobretudo no que diz respeito às diferentes formas de compreensão dos conflitos e das dinâmicas de violência. Pois, quando se considera a magnitude do fenômeno e a necessidade do atendimento em rede de serviços, depara-se com uma precariedade dos mesmos que vão desde um acolhimento inadequado, a falta de uma escuta não julgadora, a imposição de condutas e resoluções que não encontram

adesão de parte das usuárias dos serviços, até a ausência de acesso aos meios jurídicos e de proteção, que viabilizem o respaldo de mulher frente ao agressor.

Considerando que o enfoque de desenvolvimento de políticas nessa área é recente, a articulação dos serviços e recursos, a integração dos profissionais, a constituição formal de redes de assistência, articulando os serviços e, também, reunindo os esforços de diferentes níveis de governo, além da sociedade civil e dos movimentos sociais de mulheres, são prioridades para a sustentação de uma ação efetiva de enfrentamento do problema.

Também é na CASV que se revela o que Guérin (2005, p. 55) chama de *dever feminino*, que consiste no papel de esposa e mãe atribuído às mulheres e à sua naturalização, ou melhor, a *institucionalização da dependência e do dever social feminino*. A autora sustenta que, embora a interdependência dos sujeitos seja reconhecida, ela ainda se baseia em duas dimensões bastante precisas, o trabalho e a família, portanto ela não tem as mesmas consequências para os dois sexos, parte-se do pressuposto de que o vínculo financeiro entre os homens se baseia no trabalho; o vínculo financeiro entre homens e mulheres se baseia no vínculo familiar, e nesse sentido, conclui que embora a contribuição das mulheres seja invisível, ela não é menos essencial para o equilíbrio do sistema assim instaurado. Destaca ainda que, por estar a mulher personificada, não como indivíduo, mas como mãe, dona de casa, ou ainda esposa, seu destino no mercado de trabalho assalariado transgride o ideal normativo do mercado autoregulado, em nome do bem-estar familiar e do bem-estar da nação. Simultaneamente, em nome de sua dependência material, são excluídas do acesso aos direitos civis e políticos.

O imperativo desse “dever feminino” é revelado para as profissionais que atuam na CASV nos discursos muitas vezes salientados, por várias mulheres com histórias de vida diferentes, idades diferentes, raça, número de filhos, filiação, identidade próprias, mas que têm em comum um cotidiano marcado por muitas dificuldades, desigualdades, violências e uma perspectiva: o sonho do trabalho remunerado como meio de alcançar a liberdade pessoal, a forma de resgatar a condução de sua própria vida e de suas crianças.

Por meio dessa inquietação inicial pode-se ir mais longe e, na observação de que em seus discursos, fica claro que a forma de transcender a dependência financeira e a submissão à violência é personificada pela mulher não mais como dona de casa ou ainda esposa e sim como trabalhadora. Em nome do rompimento à violência e de sua dependência financeira ao agressor, as mulheres buscam ser incluídas ao acesso aos direitos civis e políticos. Essas observações iniciais se desdobraram na busca de

investigações mais detalhadas acerca dos reais significados do trabalho para as mulheres que procuram atendimento especializado, por se encontrarem em situação de violência de gênero com risco à integridade física, buscando evidenciar os múltiplos sentidos que o trabalho toma para elas.

Nesse sentido, será investigado, também, como as egressas da Casa Abrigo Sempre Viva avaliam suas expectativas anteriores com relação ao trabalho, como instrumento potencializador de mudança, e como e porque as atuais abrigadas sustentam uma relação com o trabalho como alternativa principal para reconstrução de suas vidas e de seus filhos. Nesta investigação, parte-se da hipótese de que as mulheres em situação de violência conjugal, pobreza, vulnerabilidade e exclusão, indicam o trabalho remunerado como alternativa principal para recuperação de sua autonomia. Ao receberem intervenção de âmbito das políticas de coibição da violência, passam a resignificar sua condição e conseguem perceber as desigualdades marcadas por traços de gênero e recriam um campo de possibilidades, onde se potencializa a luta pela sua cidadania.

O desenho metodológico da pesquisa teve como marco de referência a abordagem qualitativa. Cabe ressaltar que foi priorizado, também, a pesquisa tipo relato de vida, na qual Guérin (2005) se inspirou, na medida em que permite restituir a dimensão ao mesmo tempo dinâmica e social das práticas.

O relato de vida não se aproxima em nenhum caso de um relato completo, no qual o pesquisador nos faria voltar a sua mais tenra infância para nos entregar integralmente seu percurso pessoal. O relato tem a vantagem apreciável de dissecar em uma dimensão temporal a articulação concreta entre os diferentes domínios da existência – o emprego, a família, as relações extrafamiliares. Uma outra qualidade desse tipo de procedimento reside no caráter dinâmico das informações recolhidas. (GUÉRIN, 2005, p. 90).

De acordo com Delgado (2006), o relato de vida constitui-se por depoimentos aprofundados e, normalmente, mais prolongados, orientados por roteiros abertos, semiestruturados ou estruturados, que objetivam reconstituir, por meio do diálogo, a trajetória de vida de determinado sujeito. Para o objetivo desta pesquisa, foi utilizado o tipo de abordagem a qual a autora denomina de pesquisa bibliográfica múltipla, que foi realizada com as mulheres:

a pesquisa bibliográfica múltipla – trata-se de um conjunto de depoimentos de história de vida, vinculados a um projeto de pesquisa que se propõe, por exemplo, a

recolher depoimentos de sujeitos históricos, anônimos ou não, que atuaram em um mesmo movimento social, político, religioso ou cultural. (DELGADO, 2006, p. 22).

O que motivou a escolha desta metodologia foi, justamente, a procura da compreensão da lógica que permeia e os sentidos atribuídos ao *trabalho* pelas mulheres. Esse nível por não ser quantificável inscreve-se numa lógica em torno da qual se pretende trabalhar com o universo de significados, desejos, motivações, aspirações, crenças, valores, atitudes entre outros. Enfim, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos que criam significados e que, de alguma forma, determinam as possíveis transformações as quais priorizam os sujeitos como agentes. Coube, sobretudo, investigar por meio de dados descritivos, as pessoas, o lugar, a prática, bem como os processos presentes na interação, procurando compreender o fenômeno de acordo com a perspectiva das pessoas envolvidas no cotidiano da situação em estudo.

Finalmente, buscando identificar os mecanismos institucionais das ações políticas de gênero no município, foi realizada uma pesquisa documental que se constou da recuperação de registro de âmbito institucional, como por exemplo, a Lei de criação da COMDIM, os relatórios anuais realizados por esta instituição entre outros. O uso de documentos públicos, de acordo com Spink (2000), nos permite uma reflexão sobre os processos e transformações ocorridas nos programas e políticas públicas e os diferentes papéis exercidos pelos atores envolvidos. Sendo assim, os documentos de domínio público como arquivos diversos, diários oficiais, relatórios são algumas possíveis fontes de informação.

Na pesquisa de campo foram realizadas, ao todo, dez entrevistas, no período de agosto a novembro de 2010, sendo cinco com as mulheres egressas, cujo agendamento foi direto, obedecendo, obviamente, o dia e horário mais conveniente para elas e cinco com as mulheres que estavam abrigadas. Essas últimas foram realizadas, também, após agendamento prévio, feito pelo Setor Administrativo da CASV, que se preocupou, também, em perguntar para cada mulher se gostaria de ser entrevistada, principalmente ficou claro que a entrevista não era obrigatória e qual seria o melhor dia e horário. Foram preservados os nomes e demais informações que as pudessem identificar, em razão do medo de ser expostas, manifestado pelas cinco abrigadas. Também, foram coletadas informações e observações da atuação de duas técnicas, da gerente da CASV e da gestora da política de abrigamento.

Esta pesquisa está estruturada em uma introdução, quatro capítulos e uma conclusão, a estrutura do texto passa, no capítulo “Visitando o tema da violência no espaço das intimidades” delineando a dimensão do conceito de gênero como campo aglutinador e

analítico da pesquisa. Considerando o gênero como ativamente construído na e pela cultura, instituindo não apenas modos de ser homem ou mulher, mas atravessando e constituindo todas as instâncias do social, portanto histórico, político e contingente, trabalha-se a conceituação de categorias com as quais iremos operar ao longo desta escrita – a violência de gênero e a violência no espaço das intimidades. Esta última, na perspectiva de Smigay (2001), tomada como subcampo daquela, apontando para pontos fundamentais que recortam o tema e fornecem o pano de fundo para interpretar, posteriormente, o material obtido com as entrevistas feitas com mulheres que viveram situações de violência denunciadas.

Após uma breve revisão do tema da violência no espaço das intimidades, discute-se como a questão pode ser enfocada, relacionando as possíveis abordagens. Nesse sentido, apresento o campo das masculinidades pelo viés de gênero, a desconstrução da masculinidade hegemônica, as intimidades, que apontam para novos modelos identitários; assim, sustentado por Welzer-Lang (2004), que destaca que algo de novo é possível na releitura das relações de violência.

O capítulo “As políticas de atenção à mulher em situação de violência” traz uma breve retrospectiva das Políticas de Gênero e da Lei 11.340/06 – Maria da Penha, e aborda do ponto de vista de algumas autoras os desafios da institucionalização das mesmas. Apresenta-se, também, a experiência do atendimento às mulheres em situação de violência de gênero no município, dando relevo, principalmente, ao acolhimento de nível municipal – Coordenadoria dos Direitos da Mulher, entendendo que esta abordagem se faz necessária, uma vez que nossas entrevistadas viveram o cotidiano de abrigo na Casa Abrigo sempre Viva. Ainda no capítulo “Os múltiplos significados do trabalho” resgata-se, de forma não exaustiva, alguns dos significados, bem como a importância que o trabalho veio ganhando ao longo dos séculos, e ao apresentar dados recentes sobre o trabalho da mulher, percebemos que a segregação desse, continua inalterada, mesmo com as novas formas de organização do trabalho, a passagem do fordismo para a especialização flexível, e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Os dados expostos nos informam o quanto ainda temos de buscar novas alternativas para mudança dessa perspectiva, ou seja, a necessidade de estudos mais especializados sobre relações de gênero no espaço do trabalho, na tentativa da desconstrução da subordinação feminina no mercado de trabalho.

No capítulo “Os significados do trabalho remunerado para mulheres em situação de violência conjugal”, apresentaremos as entrevistadas que protagonizaram esta pesquisa por meio de um codinome escolhido por elas, e nesse processo serão ressaltados os recortes de suas histórias. Na oportunidade, ao captar as várias experiências enunciadas por elas, serão

identificados de forma concreta os temas relativos à violência conjugal revelados nesta pesquisa, nutridos sob a perspectiva de gênero. Também serão identificados como essas mulheres dão significados ao trabalho remunerado, como agente fundamental para resgate de sua cidadania e, como nossa sociedade, na configuração atual do trabalho, atendem as demandas dessas mulheres.

Finalizando, para fins desta pesquisa destaca-se que no atual cenário social e econômico que se apresenta com a precarização das condições de trabalho e com o aumento da exclusão social e do desemprego, o que se constata é a crescente vulnerabilidade social ou exclusão enfrentada pelas mulheres, principalmente as responsáveis pelo sustento da família. Destaca-se, também, que as mulheres que conseguem romper com o ciclo da violência (e aquelas que estão em processo) se deparam com o desafio de reconstrução de suas vidas, de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Os transtornos psicológicos advindos da situação de violência, geralmente a depressão, a baixa autoestima entre outras, aliadas à falta de qualificação profissional, são fatores que obstaculizam a autonomia da mulher. Nesse sentido, reitera-se que é esta análise que pretendo desenvolver investigando junto às mulheres os significados que as mesmas atribuem ao trabalho, como potencializador de seu resgate à autonomia.

2 VISITANDO O TEMA DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO DA CONJUGALIDADE

Neste capítulo, delineamos a dimensão histórica do conceito de gênero, vinculando-o ao seu potencial analítico. Em outras palavras, nesta pesquisa, o gênero como categoria analítica, será um elemento fundamental para pensar o sujeito social mulheres, permitindo lidar de modo relacional com suas experiências pessoais frente à violência que ocorre no campo das relações afetivas. Também o gênero, por tratar-se de uma categoria relacional, uma vez que pressupõe relações sociais as quais organizam socialmente os sujeitos, será enfatizado em sua relação, e não em polos, com o feminino ou o masculino, tomados isoladamente.

Nesse sentido, Maria Luiza Heilborn nos auxilia na construção desta abordagem de gênero, ao localizá-lo como aglutinador do campo analítico da pesquisa: “o ponto de partida e o eixo de amarração é afirmar o gênero como dado crucial da pesquisa. Essa estratégia analítica se propôs a operar em duas instâncias: como forma de classificação social a ser resgatada, procurada no real, e como dado constitutivo do sujeito da pesquisa.” (HEILBORN, 1992, p.99).

Parte-se do entendimento de que as noções presentes na configuração das relações de gênero buscam compreender as fronteiras entre o masculino e o feminino, trazendo à luz as elaborações conceituais, assim como a assimetria sexual, hierarquia, subordinação, opressão, desigualdade e exclusão, bem como as questões relativas à identidade, autonomia, diferença e igualdade, tendo, então, como ponto central as relações de poder. Tomando-se como exemplo dentro desse rol a questão da identidade de gênero, podemos encontrá-la como elemento chave em análises da inserção das mulheres e dos homens no plano social.

A partir desta perspectiva conceitual, esta pesquisa focada nas experiências de mulheres em situação de violência de gênero, toma como elemento norteador das discussões entre os gêneros, a construção das masculinidades no contexto mesmo da compreensão de como as relações de poder se inserem no plano das relações como construções sociais.

Como Welzer-Lang (2004, p.107) chama nossa atenção quando diz: “fala-se muito dos homens, do sistema de dominação que eles usam contra as mulheres. Contudo, os homens e o masculino raramente são contextualizados numa problemática de gênero”. De acordo com o autor, esta questão é recente e, por um longo período, os homens ficaram ausentes dos estudos da sociologia dos sexos; “por um lado, as sociólogas feministas concentraram-se nas condições de vida e de opressão das mulheres; por outro lado os sociólogos, com poucas exceções, entre elas as obras de Godelier, Singly, Camailles, não se debruçaram sobre esta

problemática.” (WELZER-LANG, 2004, p.109). Seguindo esse ponto de vista, o autor destaca, então, a importância de refletir-se que os homens só existem como categoria, grupo (ou classe) em relação estrutural com as mulheres e estudar os homens passa pela compreensão dos efeitos das relações sociais de sexo nas representações e práticas masculinas.

Esta abordagem, conforme já qualificada como relativamente nova, merecerá um empenho especial, pois considerando o que Daniel Welzer-Lang aponta, uma vez que foi duramente criticado, “não se trata de uma análise *diferencialista*, mas de um verdadeiro problema epistemológico no estudo das relações entre os gêneros.” (WELZER-LANG, 2004, p.115). Deve-se considerar, então, que o importante para esta pesquisa não será esboçar mais uma vez a diferença entre os sexos, mas tentar descrever e compreender como a diferença é construída socialmente, conformando identidades.

A perspectiva de Lauretis (1994) também contribui para enriquecer nossas elaborações, ao partir da concepção de sujeito social multifacetada, apreendida em suas relações entre a subjetividade e a sociabilidade:

um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença e, sim, por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito engendrado não só na experiência de relação de sexo, mas também nas de raça e de classe: um sujeito, portanto, múltiplo, em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido. (LAURETIS, 1994, p.208).

É, portanto, dentro desse viés, que neste capítulo avança, aproveitando-se das análises e elaborações fundamentais de diferentes autores que com suas formulações enriqueceram o enfoque das relações sociais de gênero, quando resgatam o sujeito como constituído por diversas facetas, aproximando-o de suas experiências sociais, que nunca são redutoras a um único vetor.

2.1 Gênero, masculinidade e violência de gênero

Primeiramente, cabe definir que as relações violentas aqui, neste trabalho, estão sendo pensadas como aquelas que ocorrem no interior do espaço doméstico, ou melhor dizendo, entre pessoas que desfrutam de uma relação conjugal (o que não significa necessariamente uma união formal).

A literatura consultada usa de modo polissêmico e não consensual as expressões “violência de gênero”, “violência doméstica”, “violência intrafamiliar”, “violência interpessoal”, “violência contra a mulher”, “violência conjugal” e “violência nos espaços de intimidade”. Optamos aqui por utilizar o termo “violência conjugal”, pois queremos deixar claro aqui que referimos à violência que mulheres sofrem por parte de seus parceiros no contexto de relações conjugais, que podem ou não ser formalizadas. Contudo, é importante ressaltar que não há unanimidade entre as diferentes autoras, que trabalham com esse tema, a respeito dos termos utilizados.

De acordo com Smigay (2001, p.05), entende-se como violência doméstica, aquela que atinge mulheres, crianças e todos os subalternos, podendo constituir-se em uma rede estendida, mas para a autora, o uso dessa categoria corre o risco de empobrecer a compreensão e o alcance de sua extensão, uma vez que o risco é o de “associar o *locus* dessa violência apenas ao *domus* – o doméstico se restringindo à casa – quando ela pode ocorrer em um espaço público: porque envolve personagens da rede familiar (e mesmo familiar estendida) ela ainda assim é nomeada como violência doméstica”.

Karin Ellen Von Smigay propõe a expressão “violência nos espaços da intimidade” que, segundo a autora, parece ser mais específica para explicar o fenômeno da violência de gênero e delimitá-lo como um tipo de violência que acontece no contexto das relações afetivas e no espaço da intimidade.

Daí considero que esse espaço – o da intimidade – se mostra como um lugar de fragilidade e exposições muito grandes, tanto à ternura quanto à violência. No espaço das intimidades uma tensão permanente interliga os atores: a conjugalidade, mas também a convivialidade é atravessada por conflitos, por desencantos, por investimentos libidinais, por esperanças, por desânimos, por clivagens intergeracionais – onde um mundo de contradições se mostra muito mais à flor da pele. (SMIGAY, 2001, p.05).

Como consideramos que nem toda relação afetiva no espaço da intimidade possa ser reduzida às relações de conjugalidade, para fins deste trabalho recuperam-se os significados de violência conjugal, um tipo de violência baseada no gênero, definida por Saffioti (2004, p.74) como aquela que “ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa”. Esse tipo de violência apresenta características específicas e, de acordo com a autora, uma das mais relevantes é a sua rotinização.

A perspectiva acima pode ser claramente identificada nos relatos das mulheres atendidas nos centros de apoio. Também é lá que surgem evidências de suas expectativas

quanto ao valor do trabalho como meio possível de superação ou rompimento desta situação de violência, uma vez que a dependência econômica da mulher pode indicar sua vinculação material ao agressor. Entretanto, cabe primeiramente investigar os pressupostos que definem, teoricamente, o fenômeno da violência e suas implicações quanto à produção de uma situação de violência. Nesta perspectiva, também será investigado se o fenômeno da violência, no caso da não dependência financeira da mulher ao agressor, pode estar presente e, até mesmo nesta circunstância, potencializar uma situação de violência doméstica.

Nesse sentido, torna-se importante iniciar a discussão com o pressuposto que define a violência de gênero, conceituando o termo. Esse conceito encontra-se relacionado à produção dos movimentos feministas que, ao longo de suas diferentes fases, elaboraram estudos para compreender a condição da vida das mulheres e em especial dos processos que deram lugar à sua posição na vida social. Tais reflexões tiveram como produtos diferentes conceitualizações teórico-metodológicas da categoria de gênero, as quais tomaram como referências diversas correntes da teoria social como a psicanálise, a filosofia, a economia, a antropologia e a sociologia.

De acordo com Guacira Lopes Louro, estudos sobre as vidas femininas – formas de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidades de expressão e de manifestação artísticas, profissional e política, modos de inserção na economia e no campo jurídico – aos poucos vão exigir mais do que descrições e passarão a ensaiar explicações. Surgem as diferentes perspectivas analíticas:

se para algumas as teorizações marxistas representarão uma referência fundamental, para outras as perspectivas construídas a partir da Psicanálise poderão parecer mais produtivas. Haverá também aquelas que afirmarão a impossibilidade de ancorar tais análises em quadros teóricos montados sobre uma lógica androcêntrica e que buscarão produzir explicações e teorias propriamente feministas, originando o “feminismo radical . (LOURO, 2001, p.20).

Como assinala Lamas (1999), a produção do conceito de gênero constituiu uma das contribuições mais significativas e importantes da produção e da ação dos movimentos feministas em torno da reflexão e da transformação da vida das mulheres. Esta contribuição sustenta o pensamento de que as posições de homens e mulheres no conjunto da sociedade devem ser entendidas a partir não das diferenças anatômico/fisiológicas entre homens e mulheres, mas das relações de poder que, ao longo da história, foram se constituindo nos diferentes contextos sociais.

2.2 Conceituando gênero

Segundo Machado (2000), o uso do conceito de gênero ultrapassou seu âmbito acadêmico e multidisciplinar – antropologia, sociologia, história, ciência política, linguística, literatura, filosofia, psicologia, bem como seu âmbito de utilização nos estudos feministas. De acordo com a autora, o conceito de gênero ganhou espaço legítimo e consolidado na circulação internacional do campo dos direitos humanos e na formulação de projetos de políticas públicas nos mais diversos âmbitos.

Nesse sentido, o processo de “desconstrução” do conceito de gênero empreendido no nosso trabalho é essencial para o entendimento de como as políticas públicas de gênero, em especial, as que tratam da violência contra a mulher, foram constituídas de forma a captá-lo como uma ferramenta analítica fundamental: “ao analisar políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, pretende-se chamar atenção para a construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria.” (FARAH, 2004, p. 48).

De acordo com Lamas (1999), as reflexões sobre gênero, elaboradas pela teoria feminista, representaram, tanto do ponto de vista teórico como político, uma crítica contundente em relação às determinações naturalizantes, do que é ser mulher ou ser homem, que se baseiam numa perspectiva dicotômica e dualista.

O fato é que, a questão de gênero toca noções individuais de masculinidade e feminilidade, o que é ser masculino ou feminino, como educar e ser educado como menina ou como menino e chegar à idade adulta com uma identidade produzida pela cultura e pela sociedade, impregnada de atributos, privilégios e limitações, baseando-se no que é biológico. Os processos sociais e individuais de aquisição de identidade de gênero são importantes pontos de partida para enfrentar-se a ideia corrente de que mulheres e homens são naturalmente talhados para certas tarefas e/ou expressão de determinados sentimentos e que a biologia é quem melhor define o que os mesmos devem fazer ou sentir.

Naila Kabeer define gênero como um processo através do qual “indivíduos que nasceram em categorias biológicas de machos ou fêmeas tornam-se categorias sociais de mulheres e homens pela aquisição de atributos de masculinidades e feminilidade, definidos localmente.” (KABEER, 1999, p.15). Para a autora, adotar uma perspectiva de gênero é distinguir entre o que é “natural e biológico, o que é social e culturalmente construído e, no processo, renegociar as fronteiras entre o natural – e, por isso mesmo relativamente inflexível – e o social – relativamente transformável.” (KABEER, 1999, p.15).

Ao longo das delineações realizadas sobre gênero, Joan Scott ressalta a importância do gênero como forma de classificar fenômenos e acrescenta que gênero não deve ser entendido como sinônimo de mulher. Para ela, usar gênero como um atributo, como sexo é um grave erro.

A referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilidades não determinadas. Explícita, porque o uso gramatical envolve regras formais que resultam da atribuição do masculino ou do feminino; plena de possibilidades não examinadas, porque em muitas línguas indo europeias há uma terceira categoria, o sem sexo ou o neutro. Na gramática o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. (SCOTT, 1995, p. 72).

A autora parte do entendimento de que a análise das relações de gênero também implica a análise das relações de poder e, nesse sentido, destaca que essa relação permite a apreensão de duas dimensões: o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos e o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis.

De acordo com Leila Linhares Barsted, para a compreensão dos fundamentos que estão na base das discriminações contra as mulheres, os estudos de gênero deram uma grande contribuição, pois o conceito de gênero que tem sido utilizado politicamente pelo movimento feminista permite refutar a ideia de uma natureza feminina, que por si só explicaria a subordinação das mulheres. Dessa forma, a explicação da subordinação das mulheres não se apoia nas diferenças físicas ou biológicas que conformam uma anatomia de mulher ou de homem.

A explicação da subordinação/desigualdade das mulheres aponta para o valor simbólico que a cultura atribui às diferenças sexuais colocando no masculino e no feminino, qualidades que, além de diferenciadoras, embasam discriminações e fundamentam relações de poder. Compreender as relações de gênero é considerar como se constituem as relações entre homens e mulheres face à distribuição de poder. (BARSTED, 2001, p. 3).

Como assinala Smigay (2001), essa tradição também é alimentada pela produção científica e epistemológica nos diferentes campos do saber. Segundo Lamas (1999) e Louro (2001), o movimento feminista incorporou o gênero como categoria que, no campo teórico, visava explicar as desigualdades entre homens e mulheres e, no campo político, como um

elemento norteador de combate em torno das discriminações e opressões específicas nas relações de gênero nas áreas econômica, trabalhista e social.

Compartilhando dessa construção histórica, Barbieri (1992) reitera que é nessa busca que surge e se expande o conceito de gênero como categoria que, no social, corresponde ao sexo anatômico e fisiológico das ciências biológicas; o gênero é o sexo socialmente construído. Na visão da autora, é possível reconhecer três perspectivas ou orientações, dentro do que ela chama de “sistemas de gênero”: a primeira considera gênero como sistema hierarquizado de prestígio social, no bojo das teorias funcionalistas, e que dá maior peso à socialização como aprendizagem dos papéis sociais repetitivos; a segunda perspectiva, denominada relações sociais de sexo, privilegia a divisão social do trabalho como núcleo motor das desigualdades, com forte peso marxista nos estudos sobre reprodução; a terceira, uma orientação teórica que considera os sistemas de gênero como sistemas de poder, resultados de um conflito social. Nesta perspectiva, as hierarquias sociais intragêneros, mais do que devidas à diferenciação de prestígio, respondem a resoluções de conflitos desfavoráveis às mulheres diante dos homens.

Na concepção de Machado (2000, p. 05), “Gênero é uma categoria engendrada para se referir ao caráter fundante da construção cultural das diferenças sexuais, a tal ponto que as definições sociais das diferenças sexuais é que são interpretadas a partir das definições culturais de gênero”. Do ponto de vista da autora, gênero é uma categoria classificatória que, em princípio, pode, metodologicamente, ser o ponto de partida para desvendar as mais diferentes formas de as sociedades estabelecerem as relações sociais entre os sexos e circunscreverem cosmologicamente a pertinência da classificação de gênero. Para tal, esse conceito pretende indagar, metodologicamente, sobre as formas simbólicas e culturais do engendramento social das relações sociais de sexo e de todas as formas em que a classificação do que se entende por masculino e feminino é pertinente e faz efeito sobre as mais diversas dimensões das diferentes culturas.

Numa palavra, a proposição exposta reflete a perspectiva que a autora abre quando se utiliza o conceito de gênero, bem como as novas formas e ferramentas correlatas de refletir, indagar e interrogar as formas da construção social e cultural desnaturalizando relações derivadas das diferenças de sexo e propiciando um novo paradigma metodológico. Esse último circunscreve, de acordo com Machado (2000), quando se abre para a percepção de que se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero, da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e

masculino e, por último, se está diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social. Outra ainda é a vantagem do conceito de gênero:

pode metodologicamente ser a ferramenta necessária para indagar sobre as mais diversas sociedades e culturas, sem um *a priori*, e com toda a flexibilidade para analisar a sua historicidade. O suposto deste conceito é que todas as sociedades e culturas constroem suas concepções e relações de gênero. Ou seja, de que nada há de universal na configuração das relações de gênero, a não ser que são construídas. Trata-se sempre de uma construção cultural histórica. São o resultado de um “arbitrário cultural”, isto é, nada há de determinante no sexo biológico que faça com que o feminino se definam ou se relacionem desta forma. As idéias mesmas da diferença sexual são engendradas no campo simbólico (cultural e social). Assim, as corporeidades e as sexualidades passam a ser analisadas enquanto socialmente simbolizadas e subjetivadas. (MACHADO, 2000, p. 06).

No que diz respeito às relações de poder, Scott (1995) enriquece esta análise quando aponta ser o gênero, por um lado, uma dimensão estruturante das relações de poder entre homens e mulheres que foi constituindo ao longo dos diferentes períodos históricos nas sociedades e, por outro lado, como um campo organizador de valores, normas, símbolos, e representações que, de forma hierárquica, foi construindo as dimensões do masculino e do feminino. Este trabalho recebeu algumas críticas, pelo fato de ser esta proposta conceitual demasiado abrangente. No entanto, Safiotti (2004) julga que o conceito de gênero elaborado por Scott (1995) traz como contribuição a reflexão fundamental sobre a questão do poder. De acordo com a autora, o tema do poder é um aspecto prioritário para se entender que as relações entre os gêneros podem envolver instâncias para um poder igualitário ou poder discricionário.

A perspectiva em relação à conceituação de gênero realizada por Almeida (1998), Smigay (2000), Carvalho (1998), assim como muitas leituras feministas mencionadas anteriormente, pressupõem a ideia de que o homem detém uma parcela de poder diferenciada e superior, em relação à mulher. Contudo, esta assimetria de poder não se inscreve como arranjo binário, no qual só os homens usam de violência como estratégia de controle e submetimento das mulheres.

Quanto a esta perspectiva, Miguel Vale de Almeida (1996) nos revela que a dicotomia masculino – feminino não é em si mesma, nem mais nem menos essencialista do que qualquer outro princípio de distinção, se aceitarmos que tanto o corpo sexuado como o indivíduo com gênero são resultados de processos de construção histórica e cultural. Assim, “masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas

de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres.” (ALMEIDA, 1996, p.02).

Essa questão é problematizada no texto de Chauí (1985), o qual trouxe desconforto e polêmica, ao explicitar que mulheres também poderiam ser cúmplices da violência e elas mesmas produtoras de violência sobre outras mulheres, sobre filhos e outros, desde que constituídos em lugares de subalternidade. A fala das relações assimétricas entre mulheres, convertidas em desigualdades hierárquicas, fundando exercícios particulares de autoridade e poder – o segundo termo do par estando subordinado ao primeiro. Definidas pela dependência, mulheres supõem-se centrar sua força e prestígio no trato com outras mulheres, invertem papéis, lugares e posições de subalternidade, reproduzindo o modelo opressor-oprimido, na suposição de auferir, daí, reconhecimento social.

Quando Chacham, Maia e Camargos (2008) afirmam que o conceito de gênero deve ser capaz também de dar visibilidade às múltiplas identificações entre os gêneros masculino e feminino como forma de classificação e organização da sociedade, a autora tenta escapar das armadilhas do essencialismo, sugerindo, a nosso ver, que independentemente do sexo do agressor, o uso do poder numa relação desigual é um lugar, uma posição dita masculina.

Acreditando ser oportuno que se aponte, também, que em análises dos sistemas de classificação e estratificação social e suas implicações sobre o gênero, alguns pesquisadores têm privilegiado também a raça e/ou classe social como princípio estruturador. Tal premissa nos é apresentada por Stolke (2006), quando aborda as interseções que se desenvolveram no império colonial espanhol entre relações de gênero, concepções de sexualidade feminina, honra familiar e a ordem do Estado. A autora analisa as formas como as múltiplas normas morais, sociais, jurídicas e religiosas relativas à sexualidade e às relações entre mulheres e homens interagiram com as desigualdades sócio/políticas na experiência colonial ibérica; mostrando as interseções dinâmicas entre as ideias e os ideais contemporâneos sobre sexo/gênero, raça/etnicidade e classe social que se refletem nos novos sistemas de identificação, classificação e discriminação social que se forjaram na consolidação da sociedade colonial ibero-americana.

Igualmente, defesa se vê no que diz respeito aos princípios dos direitos humanos, o qual pressupõe uma postura política e ética onde todos/as tem igualmente o direito de serem respeitados/as: homens, mulheres, negros/as, brancos/as, indígenas, homossexuais, travestis, heterossexuais, bissexuais, transexuais, pobres e ricos. Todas essas formas de classificação interagem simultaneamente no mundo social, fazendo com que entre certos cruzamentos sejam objeto de um tratamento menos igualitário, mais desigual de que outros.

Na sua pesquisa, “Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas”, Kofes (2001) traz uma grande contribuição: a partir dela é possível refletir sobre as representações e discursos acerca das mulheres no desenvolvimento do papel socialmente atribuído a elas, bem como, a relação estabelecida pelas mesmas quanto aos papéis de “donas de casa” ou de “empregadas domésticas”, a partir de representações e simbologias expressas em seus discursos, com o propósito de se abordar as representações sobre as relações de gênero em nossa sociedade. Apoiadas num suposto poder/saber, oprimem a outra, esperando que essa se constitua em um ser para elas, tais como se constituem num ser para o outro na relação com os homens.

As relações, além disso, se estruturariam em rivalidades, cujo núcleo se encontra em uma figura ausente: o homem. Também, sobre esse aspecto, Louro (2001) analisa que o conceito de gênero demanda ser pensado como um campo plural e heterogêneo, focalizando-se que os projetos e as representações das mulheres e dos homens são diversos e, por isso, deve ser analisada não apenas a organização dos papéis sociais, como também as múltiplas formas que podem assumir as feminilidades ou as masculinidades, as complexas redes de poder que constituem hierarquias e identidades entre os gêneros. Guacira Lopes Louro chama atenção para se pensar o conceito de gênero não relacionado simplesmente à organização dos papéis sociais, mas como um campo complexo no nível das práticas, dos discursos, das redes de poder ou das hierarquias sociais. Nas palavras da autora “uma das consequências mais significativas da desconstrução da oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidades e feminilidades que se constituem socialmente.” (LOURO, 2001, p.34).

Nesse sentido, pode-se considerar que, por meio dessa linguagem, gênero torna-se fundamental na medida em que enfoca as co-determinações dos sujeitos envolvidos na construção das identidades, bem como realça a maneira como características consideradas femininas e masculinas interferem no social, como padrões de comportamentos esperados e ocupações em lugares de prestígio ou não.

Tal consideração não pode se ausentar dos estudos e análises da violência baseada no gênero, pois, os *lugares ocupados* nas relações entre os parceiros podem nos dizer muito sobre os caminhos que vamos percorrer para alcançar ações políticas mais efetivas que realmente previnam e coíbam a violência.

2.3 Gênero, patriarcado e masculinidade

A introdução do tema masculinidade nesta pesquisa, não poderia ser omitida e se torna relevante quando se realça as questões relativas ao gênero, uma vez que essas têm se tornado centrais em nossa contemporaneidade. O impacto dos estudos de gênero é considerado tal que Matos (2005) propõe que se trate a temática não como apenas mais uma teoria dentre tantas outras existentes, mas como um campo das ciências sociais.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que gênero é ativamente construído na e pela cultura, instituindo não apenas modos de ser homem ou mulher, mas atravessando e constituindo todas as instâncias do social, portanto histórico, político e contingente. Estabelece-se que essa configuração possa contribuir então para que a compreensão do fenômeno da violência de gênero seja ampliada, na medida em que se introduzem novos elementos para a interpretação desse fenômeno. Nesse sentido, é que se coloca aqui a questão da masculinidade como tema de reflexão, apesar da não pretensão de esgotá-lo, mas, sim, envolvê-lo no que traz de contribuição para este estudo.

Já é de conhecimento que, no que diz respeito à violência de gênero, os estudos avançaram muito tendo como foco as relações de poder, cujo eixo primordial foi sendo conduzido pela ideias de subordinação geral das mulheres pela dominação dos homens – o poder patriarcal. Historicamente, os anos 70 e 80 constituíram pilares de um campo de estudo, onde um problema teórico se colocava de forma desafiadora. Nas palavras de Barbieri (1992, p.02): “como construir teoricamente uma diferença da ordem da natureza e objeto de estudo das disciplinas biológicas em um fenômeno social, objeto de estudos das disciplinas biológicas em um fenômeno social, objeto de estudo das ciências sociais e humanidades?”.

Segundo Aguiar (1997), a definição do conceito de patriarcado, elaborado por diversas fontes de pensamento social, parte da teoria sociológica clássica, seja de caráter funcionalista, estruturalista ou marxista até os estudos da teoria sociológica brasileira, passando por diversas abordagens conceituais e metodológicas. A teoria feminista, através de suas diversas correntes teóricas, veio buscar a compreensão dos processos históricos, sociais, culturais e ideológicos, que deram lugar ao fenômeno da dominação/controlado dos homens sobre as mulheres, ou seja, buscaram analisar as estruturas históricas, sociais e políticas que deram lugar às relações de desigualdade e opressão entre os gêneros.

Autoras como Pateman (1993) e Saffiot (2004), consideram que o conceito de patriarcado tem valor heurístico e ainda é poderoso instrumento analítico, advogam pelo uso

do conceito como fundamental para compreender as especificidades que caracterizam a dominação masculina na sociedade.

Nesse sentido, abandonar o conceito de patriarcado representaria na opinião de Carole Pateman:

(...) representaria na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. (...) É urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar “o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada.” (PATEMAN, 1993, p. 39-40).

Entretanto, muitos foram os argumentos que salientaram ser o conceito de patriarcado complexo e pouco consensual. Barbieri (1992) sustenta que a categoria patriarcado ficou vazia de conteúdo, vagamente sinônimo de dominação masculina, sem valor explicativo, embora útil do ponto de vista político. Machado (2000, p. 03) ressalta: “o termo patriarcado remete, em geral a um sentido fixo, uma estrutura fixa que imediatamente aponta para o exercício e presença da dominação masculina”. A autora considera que a teoria de Pateman contribui por um lado a se pensar a construção do patriarcado moderno, porém, por outro lado essa teoria não incorpora as contradições que desarticulam um contrato social “que se pretende apenas entre homens, mas que não consegue proclamar de uma vez por todas a exclusão das mulheres.” (MACHADO, 2000, p. 12).

Percebe-se, assim, uma controvérsia entre teorias, cujo ponto desestabilizador como salientam algumas autoras/es, é o de que os estudos de gênero, tendo como base o viés de patriarcado, apesar da abrangência analítica trazida pelo conceito, durante muito tempo focalizaram quase que exclusivamente as mulheres, nem sempre numa perspectiva relacional. Em muitos casos, os homens eram pensados a partir de suas relações de poder e hierarquia na sociedade, principalmente em relação às mulheres, sem serem tomados como objetos específicos de estudo.

O surgimento dos estudos sócio/antropológicos das masculinidades no Brasil é datado por Matos (2005) entre as décadas de 1970 e 1980. É possível firmar que durante séculos quase tudo que foi publicado representava a ótica masculina do mundo, é legítimo se dizer também que pouco se refletiu sobre esses ou mesmo eles se pensaram em função das relações estabelecidas com as mulheres, com outros homens ou do que significaria ser homem ou

mesmo sobre a construção do masculino. Não é, portanto, sem razão que, no que diz respeito à violência masculina, Welzer-Lang (2004), um dos autores europeus que vem trabalhando sistematicamente o campo da construção da masculinidade, nos informa que os homens e o masculino raramente são contextualizados numa problemática de gênero. Para o autor, é necessário analisar as relações que ligam os homens e as relações sociais de sexo. “Os homens só existem como categoria, grupo (ou classe) em relação estrutural com as mulheres. Estudar os homens passa pela compreensão dos efeitos das relações sociais de sexo nas representações e práticas masculinas.” (WELZER-LANG, 2004, p.113).

Destaca-se, sobretudo, a tentativa de reler modelos teóricos que acabam por se constituir em um processo importante da transformação da imagem e do lugar do masculino, assim como das identidades de gênero, repondo discussões acerca da diferença e da equidade, noções essas que certamente permitem ampliar a teoria feminista. Para efeito deste estudo, pode-se dizer que a complexidade vem contestando “velhas identidades” por uma multiplicação de “pertencimentos”.

Quanto ao surgimento e eclosão dos estudos das masculinidades, segundo Valdéz e Olavarria (1998), esse campo de estudos abrange várias temáticas. Alguns estudos tratam das múltiplas identidades masculinas, outros das práticas dos homens nas relações de gênero e seus impactos, por exemplo, em relação à saúde reprodutiva e violência doméstica e sexual. Muitos dos estudos ainda propõem mudanças nos modelos tradicionais de suas práticas, movidos pela ideia de que esses provocam dor, insatisfação e frustração nos homens.

De alguma forma, esses estudos explicitam a ideia de uma crise que envolve a vida pessoal dos homens em função de suas práticas, como particularizam alguns autores, ou mais direcionada à própria estrutura do modelo patriarcal, constantemente questionado como querem outros. Mas o fato é que os estudos de gênero tendo como viés o patriarcado ou as masculinidades, apesar das fragilidades e de suas implicações teóricas que a produção científica desencadeia, há de se considerar um ganho principalmente no que diz respeito à produção das construções teóricas, que se abrem às possibilidades de ações políticas mais efetivas, no momento mesmo em que iluminam os campos a serem investigados.

2.4 Lançando pilares para entender a questão das identidades

Do mesmo modo que se buscou desconstruir os pilares de uma natureza feminina, hoje vivenciamos os percursos para a desconstrução da crença de um sujeito masculino único e

universal. A busca de sentidos e significados de gênero deve consistir, para Miguel Vale de Almeida, num mapeamento exaustivo das áreas semânticas e de ações relacionadas com o gênero.

A questão é que o modelo hegemônico define masculino como a forma acabada da pessoa. (...) A capacidade das mulheres para conceber e dar a luz, para amamentar, para acarinhar; são estes elementos que são utilizados pelas ideias hegemônicas para associarem a mulher à natureza e lhe impedirem intervenção pública. (ALMEIDA, 1996, p.16).

Tais modelos de homem e mulher já há muito não correspondem àquilo que é necessário e presenciado na realidade cotidiana. Retomando o conceito de gênero como suporte, tem-se que, de acordo com Louro (2001), esse não deve ser pensado como construção de papéis masculinos e femininos. A pretensão é que se entenda gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. Afirmar que o gênero deve ser entendido como identidade é refletir algo que transcenda o desempenho de papéis, o gênero passa a fazer parte do sujeito, constituindo-o. Nesta perspectiva, Judith Butler ressalta que:

a crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo. O esforço de identificar o inimigo como singular em sua forma é um discurso invertido que mimetiza acriticamente a estratégia do opressor, em vez de oferecer um conjunto diferente de termos. O fato de a crítica poder funcionar igualmente em contextos feministas e antifeministas sugere que o gesto colonizador não é primária ou irredutível masculinista. Ele pode operar para levar a cabo outras relações de subordinação heterossexista, racial e de classe. (BUTLER, 2003, p.33-34).

Gonçalves (1998) assinala que os estudos de gênero se concentraram durante muito tempo na ótica da mulher. Hoje, contudo, há importantes trabalhos sobre a ótica de gênero no masculino, estudos sobre homens. Da mesma maneira que se descobriu não ser possível falar de mulheres, pressupondo uma identidade universal entre elas, também se procurou indagar que tipo de homem está por trás de tantos discursos aparentemente niveladores.

Também Henrietta Moore, ao apontar a sociedade de Java, demonstra a dificuldade de produzir um modelo singular de relações de gênero. De acordo com a autora,

pode haver diferenças explícitas entre as mulheres devido à classe, raça, religião ou etnicidade. (...) no caso javanês, mulheres de classe alta tem como subordinados homens de classe baixa, e em muitas sociedades contemporâneas, classe e raça são

eixos significativos de diferenciação social que organizam o acesso a recursos, incluindo educação, emprego e serviço público, de forma que frequentemente cruzam as distinções de gênero. (MOORE, 1997, p.11).

Tomando como exemplos os trabalhos antropológicos, a autora acima avalia ser um erro supor que as sociedades tenham um único modelo ou um único discurso de gênero e relações de gênero e, desse ponto de vista, enfatiza a necessidade de se reconhecer a multiplicidade de modelos e discurso, bem como a investigação de como esses interseccionam-se em um dado contexto.

Na mesma linha de reflexão, Welzer-Lang (2001) procura identificar em suas pesquisas aspectos que, aparentemente, não constituem o masculino numa cultura tradicional – a recusa a virilidade, a insubmissão ao modelo dominante, as novas relações inter gêneros, a homossexualidade e as novas expressões do erotismo. De forma semelhante, Almeida (1996, p. 02), considerando que os homens não constituem uma categoria social homogênea, busca, em um trabalho de campo realizado em 1990-1991, numa aldeia alentejana, “compreender como se reproduz o modelo central de masculinidade – a masculinidade hegemônica – quando a diversidade das experiências e identidades dos homens parecia apontar no sentido de existir várias masculinidades”.

De acordo com o autor, a masculinidade hegemônica é “um consenso vivido, um modelo cultural ideal que, não sendo atingível – na prática e de forma consistente e inalterada – por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador.” (ALMEIDA, 1996, p. 03). Esse autor destaca, ainda, que, as masculinidades subordinadas não são versões excluídas, existem na medida em que estão contidas na hegemonia, “são como efeitos perversos desta, como o perigo homossexual que a homosociabilidade comporta, ou o feminino que está sempre presente na sua forçada ausência dos universos masculinos.” (ALMEIDA, 1996, p. 02).

Segundo Almeida (1996, p. 02), “a experiência dos homens (e das mulheres) é justamente um diálogo por vezes difícil entre a complexidade polimorfa dos seus sentimentos e o simplismo dos padrões orientadores”, pois para o autor, qualquer ser humano, apesar de localizado numa determinada identidade pessoal e social, sabe que as outras identidades e comportamentos são potencialmente seus também, mesmo que socialmente isso seja indesejável.

Considerando o que foi contextualizado, pode-se intervir que é no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais. Essas múltiplas identidades constituem os sujeitos e reconhecer-se numa identidade pressupõe responder afirmativamente a uma

interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Também essas múltiplas identidades, para além de ser passíveis de cobrarem lealdades, podem ser transitórias, o que revelam seu caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos/as teóricos/as.

2.5 Focalizando masculinidades e violência

Para Welzer-Lang (2004), a violência é um modo de regulação das relações sociais de sexo. A violência masculina dominante é central na regulação dessas relações e traduzem muitas vezes a dominação coletiva do grupo de homens sobre o grupo de mulheres. No âmbito do privado destaca que a violência é, sobretudo, masculina e doméstica, em outras palavras, isso significa que, quando uma mulher exerce violência sobre crianças, fazendo uso da desigualdade de poder e das relações hierarquizadas entre elas, está se conduzindo no registro do masculino. Esta perspectiva vai de encontro com o ponto de vista de outras autoras, que como Welzer-Lang, também se debruçaram para entender, descrever e lançar luzes para que se pudesse alcançar alternativas eficazes para a prevenção e a coibição da violência de gênero, bem como suas manifestações. Entre as autoras, pode-se citar Safiot (2000; 2004), Smigay (2000), Chauí (1985), Kofes (2001), que muito contribuíram para a evolução das teorias, suporte para as práticas principalmente as que tangem às políticas de gênero.

Nas palavras de Welzer-Lang (2001, p. 465), “as relações sociais de sexo se exercem de maneira transversal ao conjunto da sociedade, fazendo com que homens e mulheres sejam atravessados/as por ela”. Segundo Smigay (2003, p.68), os “afetados” pela violência de gênero são “todos aqueles que estão alijados do jogo do poder e prestígio que em uma cultura falocêntrica, não cedem ao mundo da virilidade triunfante”. Para a autora, ao aceitar a tese de que a biologia não define identidade, posição social, personalidade ou outros atributos sócio/psicológicos, entende-se que há uma multiplicidade de inserções que vai além dos dois gêneros, masculino e feminino – os transgêneros, os bissexuados, os homoeróticos são algumas das categorias que lutam por reconhecimento e especificidade e não pretendem se enquadrar nas categorias masculino/feminino, também estão excluídos da lógica.

É, sobretudo, no âmbito dessa busca por entendimentos teóricos quanto aos possíveis lugares subalternos dos que diferem da virilidade triunfante e das manifestações e consequências advindas do “desvio” ao padrão dominante, que surgem as contribuições de

ordem acadêmicas. Buscando inserir-se nesse rol de intensa produção científica, Smigay (2003, p.113) ressalta que “comparando palavra por palavra como homens e mulheres, em nome de sua educação (ainda) diferenciada, enunciam e definem certas práticas sociais, evidenciou-se logo que nós não tínhamos as mesmas visões do social”. Na verdade, o que a autora quer dizer, conforme já referido nas discussões sobre identidades, é que o reconhecimento do “outro”, daquele/a que não partilha de determinados atributos pré-definidos, é feito a partir do lugar social diferenciado. Esta perspectiva muito contribui para se entender sobre relações violentas nos espaços das intimidades a partir do “duplo padrão assimétrico”, termo elaborado por Welzer-Lang (2004).

A fim de chamar atenção para que se observem os diferentes entendimentos que homens e mulheres possuem acerca da violência, o autor cunha a expressão “*duplo padrão assimétrico*”. Segundo ele, é a partir dessas diferenças de entendimentos é que se abrem consequentemente, as diferentes expectativas, marcando, assim, alguns de seus desencontros:

(...) depois de ter ouvido muitas centenas de depoimentos detalhados, que não só homens violentos e as mulheres vítimas de violência não falam sempre da mesma coisa quando enunciam as violências, mas além disso – o que me deixou perplexo -, quando abrem mão da negação, atitude defensiva inicial, os homens violentos podem enumerar mais violências que suas companheiras. (WELZER-LANG 2004, p. 114).

Ou seja, avalia que os homens (por ele entrevistados) não têm nenhuma noção da violência corporal e psicológica sofrida pela parceira, e que não estabelecem uma correlação entre seu ato e a extensão do dano. Para eles, a violência é instrumental – assimilável a uma mensagem comunicacional ou a uma arma. A violência pretende mostrar que ele é o chefe, que ele dirige a relação, que controla o outro. “Os dominantes não têm muita idéia sobre os efeitos corporais e psíquicos da dominação que eles exercem.” (WELZER-LANG 2004, p. 113).

Já com as mulheres entrevistadas, (vítimas de violência), mostra que

pelo menos aquelas que não foram conscientizadas pela intervenção feminista – elas definem a violência como um *discontinuum* composto essencialmente de violência física. As violências físicas são estritamente definidas como tapas ou socos (até mesmo pontapés) associados à intenção de fazê-las sofrer. (...) a mulher, a partir do remorso manifestado pelo companheiro ou do pedido de desculpas, (a perda de controle, o álcool, o acaso, um ato fortuito), desqualifica os golpes recebidos para defini-los como lances duros, atos dolorosos, mas não violências. Assim, as violências domésticas são definidas de modo mais amplo por aqueles que controlam e as empregam do que por aquelas que as sofrem. (WELZER-LANG, 2004, p. 114).

Neste sentido, Karin Ellen Von Smigay aponta em seu trabalho, uma conduta muito frequente entre as mulheres, a de subestimar os riscos de uma relação estruturada sobre a violência, justamente por desentender sua lógica a autora identifica que:

no discurso masculino é possível reconhecer um *continuum* e uma intencionalidade; a violência segue uma sequência – verbal, sexual, física – e o objetivo é mostrar ao outro, exprimir um sentido, um desejo, impor uma vontade. No discurso feminino, a violência é definida de forma descontínua, composta por atos físicos, a não ser que a narradora tenha passado por processo de conscientização – neste caso, seu discurso é já um discurso reconstruído. (SMIGAY, 2000, p. 111).

Também Machado (2004, p.48), em pesquisa com agressores em relações conjugais violentas, destaca que não são poucos os conflitos domésticos e amorosos em que as agressões verbais são recíprocas e igualmente fortes entre homens e mulheres. “Mas o exercício da violência física, quer seja entendida como disciplinar ou como demonstração de poder, parece ser atributo preferencial masculino, no qual os homicídios seriam o ponto final de uma escalada de violência física”.

Segundo a autora, é perfeitamente observada e presente nos investimentos subjetivos dos agressores, a associação entre o controle das mulheres e a rivalidade presumida, diante de outros homens.

No contrato conjugal que buscam o sentido de seus atos violentos: são considerados atos corretivos. (...) Os atos de violência parecem não interpelar os sujeitos agressores sobre por que, afinal, agrediram fisicamente, e se têm alguma culpa. São vividos como decisões em nome de um poder e de uma “lei” que encarnam. (MACHADO, 2004, p.47).

De acordo com Welzer-Lang (2004, p. 118) “para ser valorizado, o homem precisa ser viril, mostrar-se superior, forte, competitivo... senão é tratado como os fracos e como as mulheres, e assimilado aos homossexuais”. Há, ainda, um aspecto inovador que Daniel Welzer-Lang nos anuncia,

os/as pesquisadores/as devem aceitar como postulado que não só as nossas informações sobre as formas da dominação são diferentes como também eles/as devem extrair delas consequências científicas. Não mais pesquisar a qualquer preço o que faz diferença entre os sexos, mas descrever e compreender como a diferença é construída socialmente – sobretudo por meio da dupla definição assimétrica dos

fatos sociais – para ocultar as relações sociais de sexo. (WELZER-LANG, 2004, p. 115).

Até porque, o duplo padrão funciona independentemente do sexo fisiológico, tanto é que em sua pesquisa sobre os abusos sexuais nas prisões e as relações de poder entre os homens, entre homens presos e entre presos e guardas do sexo masculino, o autor percebe que, “as relações homens/homens são estruturadas conforme a imagem hierarquizadas das relações homens/mulheres. (...) os que têm o poder exploram, inclusive no plano sexual, os homens que são rejeitados simbólica e fisicamente do grupo de dominantes.” (WELZER-LANG 2004 , p. 117).

É neste sentido que o autor destaca a necessidade de que

para compreender as reações masculinas ao novo questionamento dos privilégios concedidos aos homens, precisamos desconstruir o masculino, revelando-o como gênero permeado também pelas relações sociais de sexo. A problemática das relações sociais entre os sexos reifica e (re) naturaliza o gênero criando dois grupos distintos, percebidos como socialmente homogêneos e antagônicos. O estudo do concreto dos homens e do masculino mostra que os homens estão longe de ser um grupo ou uma classe homogêneos e antagônicos, e que o que faz deles um grupo social, uma classe (os privilégios atribuídos aos homens, a aspiração de se igualar aos homens, tidos como superiores, as representações e as práticas comuns...) não é suficiente para dar conta das relações entre eles. (WELZER-LANG, 2004, p117).

Partindo do pressuposto, conforme nos informa Saffiot e Almeida (1995), de que a violência masculina contra a mulher é constitutiva da organização social de gênero e que se trata de numerosas e variadas formas – das mais sutis ao homicídio; faz-se necessário debruçar sobre parte do que se tem produzido academicamente sobre ambas.

2.6 Violência de gênero e violência conjugal

De acordo com Suely de Souza Almeida, a violência de gênero é mais ampla do que a violência conjugal, pois para a autora a violência de gênero é uma expressão que designa um padrão específico de violência, e a descreve como aquela “que visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuados que subalternizam o gênero feminino e amplia-se e ritualiza-se na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado.” (ALMEIDA, 1998, p. 18).

Também Karin Ellen Von Smigay destaca que a violência de gênero aparece com contornos bem distintos:

ultrapassa o espaço urbano, surge também em zonas rurais, aliás independente de seu recorte geográfico social. Por isso seu corte é transversal. Também não opõe classes sociais, ou se recorta por diversas etnias. Está inscrita nas relações desiguais, entre indivíduos que se dividem por pertencimento de gênero (e não de sexo) e conforma mentalidades, estilos de conduta, representações sobre o mundo e os lugares socialmente designados para o feminino e o masculino. (SMIGAY, 2003, p. 68).

Do ponto de vista da autora, interessa pensar que a cultura, fator essencial na construção das identidades, é profundamente marcada por uma postura androcêntrica. “Nela tem lugar privilegiado os que partilham do lugar masculino, hegemônico, e dela estão excluídos os outros – mulheres, homossexuais, transgêneros, bissexuados, homoeróticos, as crianças, os muitos jovens e, em determinados contextos, velhos.” (SMIGAY, 2003, p. 69).

No que tange às mulheres, a desvalorização e conseqüente discriminação que propicia sua invisibilidade, compromete sua condição como sujeito. Costa (2000, p.3) comenta que embora os indiscutíveis avanços da condição feminina, muitas mulheres ainda são excluídas dos espaços onde se tomam as decisões relativas aos rumos da sociedade. Muitas delas ainda não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e principalmente não acumulam esse poder, mas o reproduzem não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato o controlam.

Nessas circunstâncias se poderia indagar a respeito das diversas experiências de vida das mulheres, cuja inserção na sociedade varia conforme a raça/etnia, a classe a que pertençam a idade, a religião, a orientação sexual entre outras condições. Entretanto, essa pluralidade da vivência feminina, muitas vezes auferida em segmentos, na realidade não acompanha a ampliação de suas oportunidades ou poder de decisão.

Ao apresentar suas discussões acerca da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, relativas à percepção que as mulheres expressam em relação ao feminismo e como captam a presença do machismo em nossa sociedade, Soares salienta que:

as desigualdades entre homens e mulheres se constroem em diferentes âmbitos sociais e nas instituições. As ideias e crenças sobre o feminino e o masculino, as normas que regulam o comportamento de homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho, entre outros fatores, intervêm na construção das relações entre gêneros e

estimulam o desenvolvimento de características psicológicas e sentimentos distintos num e outro sexo. Por isso as mulheres tem afirmado que a realidade social é sexuada e que as experiências de homens e mulheres os diferenciam ao longo da vida. (SOARES, 2004, p.172).

Numa apresentação realizada por Bandeira (2007) no Colloque Internacional, Universidade de Paris VIII, a autora traça um paralelo entre duas pesquisas realizadas no Brasil, uma realizada no ano de 1980 e a outra em 2005, ambas visavam registrar o que pensavam mulheres e homens sobre as vantagens e desvantagens de ser homem ou mulher. Conforme as análises da autora, apesar das mudanças nas relações sociais e familiares decorrentes da intensa participação das mulheres no trabalho, nas universidades e dos avanços do feminismo nos quinze anos entre uma e outra pesquisa, a permanência da família baseada em relações de dependência pessoal e na subordinação das mulheres ainda permaneceu um paradoxo, porque: “A situação de subordinação-dominação permanece quase a mesma, pois as mudanças representacionais evidenciadas pelos jovens universitários indicam que os “benefícios” acabam por lhes favorecerem mais do que às mulheres.” (BANDEIRA, 2007, p.06). Esta pesquisa também é importante para entender que a violência de gênero, de acordo com Bandeira (2007, p.07), pode estar ancorada ao “fato de as mulheres muitas vezes não responderem plenamente ao padrão ideal de comportamento normativo a elas atribuído”.

Autoras como, Almeida (1998), Safiott (2004), Bandeira (2007) destacam que violência de gênero, embora englobe expressões como violência no espaço das intimidades, violência doméstica e violência conjugal, não pode ser utilizada como sinônimo dessas, uma vez que, além de possuir dimensão mais ampla, tem caráter também mais difuso, não indicando que é dirigida rotineiramente a um mesmo alvo.

Smigay (2000) destaca que a ideia de que a família e o espaço doméstico não correspondem às imagens míticas, veiculadas pela ideologia, vem ganhando visibilidade; contudo, de acordo com Saffiot (2004, p. 74) “a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, desse modo, a pedagogia da violência”.

Para Karin Ellen Smigay,

no debate, sobretudo aquele que recusa o pressuposto de naturalidade da violência, (...) a violência doméstica se apoia na crença de que se está autorizado a utilizar de força para impor seus desejos e vontade. Ainda que o fenômeno seja interativo, um jogo que se joga a dois, as violências simétricas ou iguais são sempre raras. (SMIGAY, 2000, p. 48).

Saffiot (2004, p. 74) reitera que “(...) o gênero, a família e o território domiciliar contêm hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como os elementos mais dominados. Nos termos de Welzer-Lang (2004), a violência doméstica tem um gênero: o masculino, qualquer que seja o sexo físico do/da dominante.

De acordo com Smigay (2000, p. 64), a violência de gênero no espaço da intimidade “que tem lugar, predominante, no interior do domicílio, chega à cena pública basicamente por dois caminhos: pela via do atendimento específico aos casos de violência doméstica/gênero e pela via dos estudos de família”. De acordo com a autora, uns e outros se utilizam de evidências empíricas para mostrar que a casa é um espaço de conflitos, de tensões e de negociações permanentes. Para Heleiete Saffiot,

no grupo familiar e na família não impera necessariamente a harmonia, porquanto estão presentes, com frequência, a competição, a trapaça, a violência. Torna-se então que o espaço da casa não é apenas um lugar de construção primária de identidades, de referência e de refúgio, a casa é também campo de lutas. (SAFFIOT, 2004, p. 74).

Segundo (SOARES, 2004), em 2001 as mulheres só denunciaram a violência sofrida dentro de casa a algum órgão público, quando se sentiram ameaçadas em sua integridade física: ou por armas de fogo (31%), ou quando os espancamentos deixaram marcas, fraturas ou cortes (21%), ou ainda diante de ameaças de espancamento contra si mesmas ou contra seus filhos (19%). Nas outras situações, como xingamentos, tapas, empurrões, quebradeira, relações sexuais forçadas e assédio sexual, o percentual de registro em delegacia ou outros órgãos públicos não ultrapassou os 10%.

Pensar a violência no espaço da conjugalidade é de alguma forma, dar relevo ao emaranhado que compõe as relações no espaço privado, o que significa também pensar nos arranjos de seus membros, concessões, negociações, disputas que eclodem pela via da violência. De acordo com Smigay (2000), a violência eclode dentro das fissuras causadas por controles que não funcionam a contento; para ela o que importa, entretanto, não são as origens ou causalidades, mas o alvo privilegiado da violência, sustentado por uma cultura falocêntrica, que estimula sua expressão. Nesse sentido, salienta que essa trama, composta de jogos de poder, desejos, identidades conflitantes, gerenciamento do cotidiano doméstico, precisa ser circunscrita ao campo da violência de gênero nos espaços da intimidade a fim de se reconhecer suas expressões, bem como as leituras que se faz sobre o recorte.

Entre as leituras está o mito da passividade da vítima, e, sobretudo, da passividade feminina que segundo Heleiete Saffiot,

no plano da força física, resguardadas as diferenças individuais, a derrota feminina é previsível, o mesmo passando no terreno sexual, em estreita vinculação com o poder dos músculos. É voz corrente que a mulher vence no espaço verbal. Entretanto, entrevistas com mulheres vítimas de violência doméstica têm revelado que o homem é, muitas vezes, irremediavelmente ferino. Isto não significa que a mulher sofra passivamente as violências cometidas por seu parceiro. De forma ou de outra sempre reage. Quando o faz violentamente, sua violência é reativa. Isto não impede que haja mulheres violentas. São, todavia, muito raras, dada a supremacia masculina e sua socialização para a docilidade. (SAFFIOT, 2004, p. 72).

Como parte dessa linha de reflexão, os estudos de Saffiot (2004) sustentam a tese de que na sociedade contemporânea as estruturas de dominação se reproduzem por meio da violência de gênero, na medida em que se cumpra o projeto masculino de dominação.

Tomando como referência a teoria do contrato sexual de Pateman (1993), Saffiot (2004) argumenta que uma das cláusulas do contrato conjugal se baseia no controle sexual e reprodutor das mulheres e é precisamente esse controle o que pode comumente constituir um campo gerador de violência. De acordo com Bandeira (2007, p. 03), as notícias presentes na mídia evidenciam “a violência doméstica, não apenas simbolizado, como uma instituição que sustenta o controle e a posse sobre o corpo feminino, com a capacidade punitiva revelada nos discursos dos agressores: ‘ela queria sair de casa..., ela era minha mulher..., ela queria me deixar...’”. Ainda de acordo com a autora, o rompimento com a relação do casal pela mulher é visto como desobediência, pois há um suposto no horizonte do imaginário masculino de que a mulher que se separa em uma conjugalidade estável contraria a normatização cultural. Nota-se que o modelo conjugal que advém de forma tradicional é baseado no dever; constitui um campo complexo e antagônico, uma vez que ela supõe um campo de forças “em que a violência pode ser reguladora das relações sociais, na medida em que as transformações substantivas são ameaçadoras para a ordem social vigente.” (ALMEIDA, 1998, p. 23).

Para a autora, em alguns casos, tanto o homem quanto a mulher podem ser violentos e praticar agressões físicas e verbais, as chamadas relações de conflito, entretanto, o que alimenta essa violência não é a desigualdade de poder. “O que acontece, nos casos de conflito, é que a relação de amor acaba se transformando numa espécie de ringue de lutas e disputas recíprocas.” (SOARES BÁRBARA, 2005, p.13).

Bárbara M Soares destaca as várias formas de violência: “ainda na sua forma típica, a violência contra a mulher envolve atos repetitivos, que vão se agravando, em frequência e em intensidade, como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, ameaças e agressões físicas e sexuais variadas.” (SOARES BÁRBARA, 2005, p.13).

Bárbara Soares (2005), confirmando os pensamentos de Almeida (1997), Smigay (2000), Saffioti (2004), descreve que a violência no âmbito conjugal segue, muitas vezes, um ciclo ou modelo circular composto por três fases:

1ª Fase: A construção da tensão no relacionamento. Nesta fase podem ocorrer incidentes menores como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objetos etc. Nesse período de duração indefinida, a mulher geralmente tenta acalmar seu agressor, mostrando-se dócil, prestativa, capaz de antecipar cada um de seus caprichos ou buscando sair de seu caminho. Ela acredita que pode fazer algo para impedir que a raiva dele se torne cada vez maior. Sente-se responsável pelos atos do marido ou companheiro e pensa que se fizer as coisas corretamente os incidentes podem terminar. Se ele explode, ela assume a culpa. Ela nega sua própria raiva e tenta se convencer de que “... talvez ele esteja mesmo cansado ou bebendo demais”.

2ª Fase: A explosão da violência – Descontrole e Destruição: A segunda fase é marcada por agressões agudas, quando a tensão atinge seu ponto máximo e acontecem os ataques mais graves. A relação torna-se inadministrável e tudo se transforma em descontrole e destruição. Algumas vezes a mulher percebe a aproximação da Segunda fase e acaba provocando os incidentes violentos por não suportar mais o medo, a raiva e a ansiedade. A experiência já lhe ensinou, por outro lado, que esta é a fase mais curta e será seguida pela fase 3, a da reconciliação.

3ª Fase: A reconciliação – Arrependimento do(a) Agressor(a): Terminado o período da violência física, o agressor demonstra remorso e medo de perder a companheira. Ele pode prometer qualquer coisa, implorar por perdão, comprar presentes para a parceira e demonstrar efusivamente sua culpa e sua paixão. Jura que jamais voltará a agir de forma violenta. Ele será novamente o homem por quem um dia ela se apaixonou. (SOARES BÁRBARA, 2005, p. 23).

Compartilhando das fases descritas acima, Karin Ellen ressalta que para além das mesmas, “há de se considerar uma outra dimensão do fenômeno: sua *cronificação* e sua tendência a *agudização*”. Para a autora, a cronificação e a rotinização acrescentam ao modelo circular uma direção em forma de espiral, “o repassar pelos três ou mais momentos do ciclo não fecha o círculo, mas avança para patamares cada vez mais intensos e espetaculares, indicando, justamente a agudização da violência.” (SMIGAY, 2000, p. 44).

Karin Ellen Von Smigay também destaca que esse fenômeno “pode ser operacionalizado como um catálogo de horror”. Nesse sentido, além de tipificar as formas, a autora faz um apanhado de suas manifestações em consonância com outros/as autoras/es: Almeida (1998), Saffioti (2004), Bárbara Soares (2005), Welzer-Lang (1998) e as descreve:

violências físicas: bater espancar, esmurrar, chutar, bater com a mão, com instrumentos diversos, estrangular, puxar cabelos, beliscar, dar tapas, jogar objetos sobre o outro, queimar com óleo ou água quente, com fogo, ácido, jogá-lo pela janela, trancar (em casa, em armários), sequestrar, impedir de sair, de fugir, fazer gestos obscenos, ameaçadores, eletrocutar, bater sua cabeça em portas, paredes, rasgar roupas, documentos e outros objetos pessoais e/ou de estimação, morder,

espremer, afogar, quebrar braços, torcer braço, nariz, usar arma branca ou arma de fogo, mutilar e torturar, matar.

Violências psicológicas: insultar, vexar publicamente o outro, xingar, injuriar, desqualificar publicamente, apresentar-se como portador único de verdade, inferiorizar o outro, definir as condutas possíveis do outro, suas alternativas, amedrontar, recusar expressões de suas emoções e obriga-lo a viver com suas angústias, tristezas, medos; apresenta-lo como louco, incompetente, doente mental, paranoico; fazer-lhe críticas infundadas, ameaçar de represálias, de ser estuprado por amigos (seus ou do casal); ameaçar de morte; chantagear; pressionar o outro utilizando-se do afeto dos filhos ou o direito à guarda das crianças; destruição permanente de sua auto estima, denegação; criar um inferno relacional; fazer chantagens como ameaça de suicídio, responsabilizando-o; impingir ações degradantes, controlar sua movimentação física (saídas de casa, deslocamentos, frequência social/familiar); ridicularizar diferenças socioeconômicas culturais; desqualificar o trabalho doméstico, a competência profissional do outro; insultar e desqualificar a pessoa, dirigir-lhe expressões insultuosas; controle de sua vida econômica e sua autonomia, impondo privações financeiras.

Violências verbais: gritaria permanente, estressando o ambiente doméstico, familiar; o tom brusco e autoritário para solicitar serviços; ordens e imposição de vontades, de forma abusiva; pressionar o outro de forma intermitente e impaciente; críticas à sua maneira de falar, de vestir, de ser; exigência de obediência; não respeito ao isolamento, ao silêncio do outro; obriga-lo a falar; mudar o assunto da conversação, fazendo-se o centro de interesses, não escutar o outro, não lhe responder; pontuar cada frase com insultos ou com desqualificativos infamantes.

Violências sexuais: estuprar, ferir e queimar órgãos sexuais, impor cenas consideradas pornográficas ou degradantes; prostituir o outro; impor abstinência sexual forçada.

Violências contra os filhos, contra animais e contra objetos pessoais: espancar, ferir, desqualificar, e demais atos anteriores descritos, utilizando-se dos significados privilegiados que estes têm para o outro, no sentido de feri-lo, ferindo o objeto investido de afetos. (SMIGAY, 2000, p. 52).

A referida autora salienta que as tipificações da violência de gênero no privado e na intimidade das relações conjugais familiares mencionadas acima são recortes que favorecem o segredo, remetem ao silêncio o que aí se passa. Como reiterado por Welzer-Lang (2004, p.112) “a violência cria o segredo e o segredo estrutura o privado”.

2.7 Violência de gênero e violência conjugal no Brasil

Atualmente, o tema sobre a violência contra a mulher vem ganhado visibilidade no país, o que era antes vivido num espaço privado tem se tornado tragédia pública e os casos que transitam na mídia abalam, constroem a opinião pública e pressionam as autoridades para que se potencializem formas mais eficazes de prevenção e coibição dessa violência. Em geral, identifica-se que o *locus* da violência perpetrada contra a mulher ocorre na própria casa e os agentes são membros de sua família e/ou pessoas que desfrutaram de uma relação de intimidade com a vítima – ex ou atual namorado, noivo ou companheiro.

Diante da magnitude da violência e de suas consequências poderia se questionar, então, por que as mulheres aguentam conviver numa relação violenta? A resposta é dada por Bárbara Soares, que nos compartilha que existem muitas razões para que uma mulher não consiga romper com seu parceiro o círculo (conforme descrito anteriormente) da relação violenta. Destaca que o maior de todos os riscos é justamente romper com a relação. Nesse sentido, acrescenta que procurar ajuda é vivido como vergonha e gera muito medo; sempre resta a esperança de que o parceiro mude o comportamento; a vítima muitas vezes está isolada da sua rede de apoio e algumas mulheres dependem economicamente de seus parceiros violentos. Essa última se inscreve como “muitas mulheres em situação de abuso não têm qualificação profissional para iniciar uma vida no mercado de trabalho ou para estabelecer novas relações de trabalho em outra cidade ou estado, onde poderiam encontrar as condições ideais de segurança.” (SOARES BÁRBARA, 2005, p.30).

Conforme o Protocolo: orientações e estratégias para a implementação de Casas Abrigos, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (CAMARGO, Márcia; AQUINO, Silvia, 2003, p. 57) “os códigos de gênero estão profundamente arraigados nas dimensões políticas, social e cultural, e na reprodução das identidades e subjetividades, levando à complexidade do problema da violência doméstica e de gênero”. Estabelece o Protocolo (p. 56), “o contexto social ainda é muito favorável à manutenção das relações violentas entre homens e mulheres”. Conforme Bárbara Soares (2005, p.27) “concretamente há muitos obstáculos que impedem o rompimento, nossa sociedade ainda está despreparada para lidar com esse tipo de violência”.

No que tange ao recorte de cor/raça, as informações bibliográficas informam-nos que os indicadores se mantêm bastante precários, por ser um setor marcado pela subnotificação e pela imprecisão dos dados de forma geral. Contudo, apesar da precariedade das informações disponíveis, Carneiro (2003, p. 11) e Heringer (2006, p. 158) nos revelam a predominância de mulheres negras que buscam os serviços de atendimento para mulheres em situação de violência. Para essas autoras, a violência atinge mulheres de todas as raças, mas há um agravamento dessa quando a mulher é negra, pelo racismo que gera outras violências adicionais.

De acordo com as autoras acima referidas, as mulheres negras vêm há anos buscando alargar o conceito de violência contra a mulher, para além da agressão e do abuso sexual, pela introdução do conceito de violência racial entre as práticas que produzem dano físico, psicológico, deficiência de desenvolvimento, pobreza, vulnerabilidade ou privação.

Ao analisar especificamente o Brasil, Carneiro (2003) ressalta o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos sobre as negras e considera que essas práticas permanecem e vêm se renovando, adquirindo novas roupagens e novas funções, numa ordem social que se mantêm intactos os papéis instituídos de gênero segundo a cor ou raça no período escravagista. Como exemplo, a autora destaca o tráfico de mulheres, o turismo sexual como formas particulares de violências vividas, presentemente, por mulheres negras. Sendo assim, para que haja a construção da plena cidadania para as mulheres negras, salienta que é necessário a busca de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja tida e vivida como equivalência e não mais como inferioridade.

Segundo relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento a violência doméstica é causa de uma a cada cinco faltas de mulheres ao trabalho. No Brasil seriam 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano, sendo que a cada 15 segundos uma mulher é agredida; 85% das agressões físicas ocorrem no lar e o cônjuge é o agressor mais frequente. Para a Organização Mundial de Saúde, a violência contra a mulher é considerada um dos graves problemas que atinge a humanidade e está entre as principais causas de morte de mulheres entre 15 e 44 anos. As estimativas apontam que somente 10% das mulheres denunciam a violência. Recente artigo publicado na Revista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (2010) destaca que segundo dados da Organização Mundial de Saúde, uma em cada três mulheres é vítima de violência doméstica. Ainda de acordo com o artigo “esse problema tem consequências dramáticas para a saúde pública, a economia e a sociedade”, revela a entrevistada Susana Villarán, da Comissão dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Unidos Americanos (OEA). “Ele é produto de relações desiguais de poder. Se algo está alimentando esse fenômeno, pode-se atribuir isso ao fato de que muitos casos ficam impunes”.

O jornal O Estado de São Paulo revelou resultados do estudo intitulado Mapa da Violência no Brasil, 2010, realizado pelo Instituto Sangari, com base no banco de dados do Sistema Único de Saúde (Data SUS), “em dez anos, dez mulheres foram assassinadas por dia no Brasil, média que fica acima do padrão internacional. A motivação geralmente é passional”.

Dados disponíveis no Mapa da Violência no Brasil (DATASUS 2010) destacaram os efeitos da violência de gênero considerados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), “como problema de saúde pública, pois afeta a integridade física e a saúde mental da mulher (...), os efeitos generalizados também produzem diminuição do PIB (Produto Interno Bruto), às custas do absenteísmo ao trabalho, diminuição da produtividade e do período de licença

médica.”. De acordo com os dados o Brasil ocupa a 12^o posição no ranking mundial de homicídios femininos.

A agência Patrícia Galvão divulgou em 14/10/2010 os dados emitidos pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ligue 180 (Central de Atendimento para Mulheres), referentes aos 552.034 atendimentos registrados de janeiro a setembro de 2010. Os relatos de ameaça, lesão corporal e cárcere privado foram os destaques do balanço da Central de Atendimento 180 – foram registradas 47.277 ocorrências de lesão corporal e 12.788 ameaças, o que correspondeu a um aumento de 234%, 102%, respectivamente quando comparados ao mesmo período do ano passado. A Central registrou que em 70% dos casos os filhos presenciam as agressões, as 12.788 ameaças correspondem a 14,6% do total de atendimentos e os 47.244 relatos de lesão corporal totalizam 54%. Como já mencionado, constatou-se que os principais agressores são maridos, companheiros ou ex-companheiros que, de acordo com informações das vítimas, 58% das mesmas são agredidas diariamente. www.agenciapatriciagalvao.org.br

Sabe-se que o impacto direto sobre as vítimas é o mais visível – gastos médicos, absenteísmo, redução da renda familiar, mas há custos que ficam soterrados, ou indiretos – o impacto global sobre os sistemas de saúde, custos com aparato policial e judicial, impactos sobre as crianças. Suspeita-se mesmo que esses últimos possam superar os primeiros.

Os fatores agravantes que parecem perpetuar a violência ou banalizá-la são descritos por Bárbara Soares em formas de mitos e que de acordo com a autora são mitos comuns, que contribuem para que a violência de alguma forma seja justificada. A autora destaca:

...a violência doméstica ocorre muito esporadicamente; roupa suja se lava em casa; a violência só acontece em famílias de baixa renda, as que têm pouca instrução ou problemáticas; as mulheres provocam a violência; os agressores não sabem controlar a agressão; se o problema fosse grave as vítimas abandonariam os agressores; a violência vem de problemas com o uso de álcool, drogas ou o agressor tem problemas mentais.” (SOARES, 2005, p. 31).

De acordo com o relatório mundial sobre violência e saúde – Genebra, Organização Mundial de Saúde, 2002, não há um fator único que explique porque algumas pessoas se comportam de forma violenta em relação à outra, ou porque a violência ocorre mais em algumas comunidades do que em outras. A violência, então, seria o resultado da complexa interação de fatores individuais, sociais, culturais e ambientais. Entender como esses fatores estão relacionados à violência é um passo importante na abordagem.

A partir desta perspectiva, quando se analisa a atualidade das relações de gênero no contexto nacional, fica evidente que se faz necessária a definição de políticas emancipatórias que possam facilitar às mulheres o resgate de seu protagonismo. Por meio dessas conquistas, romper e ultrapassar as condições de subordinação, dominação, opressão e exclusão, a que estão submetidas, parece ser as bases para o fortalecimento da cidadania ativa das mulheres.

Entre as proposta políticas de enfrentamento à violência de gênero, o atendimento especializado às mulheres que se encontram em situação de violência conjugal tem sido desenvolvido no município, e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher, por meio da Casa Abrigo Sempre Viva e do Benvinda – Centro de Apoio à Mulher, revelam-se como importantes equipamentos de promoção e defesa dos direitos da mulher. A prática cotidiana que emerge desses equipamentos não funciona isoladamente, dependem sim de uma rede ampla e integrada de serviços que possam garantir não apenas o enfrentamento à violência, mas, também, o melhoramento da situação de vida das mulheres e elevação de sua posição social.

É nesse sentido, que desenvolveremos no próximo capítulo uma análise do que tem sido essa prática cotidiana que se instaura entre os diversos setores do âmbito público em nosso município.

3 AS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Historicamente, a construção das políticas de gênero no Brasil foi um processo impulsionado por iniciativas do movimento feminista brasileiro. Diferentes autoras como Godinho (2003), Barsted (2006) e Moraes e Sorj (2009) compartilham da perspectiva de que o discurso feminista fortaleceu a demanda pela construção de políticas públicas que têm como foco as mulheres enquanto cidadãs. Essas autoras revelam que desde meados da década de 1970 a emergência do feminismo e do movimento negro contribuíram notavelmente para dar visibilidade ao fenômeno da violência sob as perspectivas de gênero e de raça/etnia, denunciando, também, o sexismo e a homofobia. O movimento feminista revelou ainda a invisibilidade social da violência contra as mulheres, seja na esfera doméstica, no trabalho ou nas instituições públicas, chamando atenção para a banalização histórica do problema por parte do Estado e da sociedade e apontando para a insegurança vivida pelas mulheres nos espaços públicos e privados. Segundo Barsted (2006) a ação do movimento de mulheres brasileiras, no enfrentamento da violência conjugal e sexual de forma mais sistemática, data do final da década de 1970, quando as feministas tiveram participação ativa no desmonte da tese da “Legítima Defesa da Honra”. Foi assim, no campo do Poder Judiciário, a primeira manifestação organizada contra uma expressão cultural, que legitimava o assassinato de mulheres por seus parceiros. Conforme apontado pela autora, tal tese encontrava aceitação até o final daquela década, em diversos tribunais do júri do país, mas, devido à atuação efetiva do movimento de mulheres, o Supremo Tribunal de Federal rejeitou essa doutrina de forma explícita em 1991.

Ainda no final dos anos 70, alguns grupos feministas, particularmente nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, criaram os “SOS Mulher”, experiências não governamentais de atendimento às vítimas de violência e que foram o embrião das delegacias especializadas, criadas na década seguinte.

A ideia de criação das delegacias especializadas no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica fazia parte de um amplo rol de propostas feitas pelo movimento feminista, que entendia que era preciso adotar um atendimento integral às mulheres. Para além das delegacias, a proposta era implantar diversos serviços articulados entre si, tais como abrigos, atendimento no IML, centros de orientação jurídica e psicológica.

Piovesan (2006) ressalta que o desempenho do movimento feminista teve papel crucial na cruzada pela cidadania, influenciando de forma decisiva a elaboração de leis e políticas

voltadas para a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres tanto no espaço público, como privado. Para a autora, essas conquistas ganharam maior impulso a partir da constituição de 1988, quando as mulheres tiveram participação ativa nesse processo histórico e um dos momentos destacados foi a articulação desenvolvida pelo movimento ao longo do período de discussão e produção da Carta de 1988. Nesse sentido, visando à obtenção de conquistas no âmbito constitucional, cujo esforço culminou na elaboração da “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, que contemplava as principais reivindicações, reunidas em ampla discussão nacional, o que resultou na incorporação pelo texto constitucional, de maioria significativa dos pleitos formulados pelas mulheres. Foram, então, incorporados dispositivos que, dentre outros:

assegurassem a igualdade entre homens e mulheres em geral (artigo 5º, I) e especificamente no âmbito da família (artigo 226, parágrafo 5º); o reconhecimento da união estável como entidade familiar (artigo 226, parágrafo 3º); a proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo ou estado civil; a proteção especial da mulher no mercado de trabalho, mediante incentivos específicos, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho; o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares (artigo 226, parágrafo 8º, tendo sido prevista a notificação compulsória, em território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados, nos termos da Lei 10.778, de 2003). (PIOVESAN, 2006, p. 36).

Na opinião de Piovesan (2006), esse quadro legislativo favorável foi fruto de um longo processo de luta das mulheres pela ampliação de sua cidadania, iniciado com a suspensão das restrições aos direitos políticos das mulheres, que só foram retiradas completamente na Constituição Federal em 1934. No plano dos direitos civis destaca, citando Leila Linhares Barsted (2001), que até 1962 a mulher casada era considerada relativamente incapaz, necessitando da autorização do marido para exercer os mais elementares direitos, como o de trabalhar. Lembrando, ainda, que até 1988 as mulheres casadas eram ainda consideradas colaboradoras do marido, competindo a eles a direção da sociedade conjugal.

No que diz respeito à experiência de institucionalização das demandas em relação às mulheres, principalmente em relação ao enfrentamento da violência, que celebra a criação de órgãos especiais, consta-se nos dados disponibilizados pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que, inicialmente, se deu com a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (no Estado de São Paulo) e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (o CNDM) em 1985 e vinculado ao Ministério da Justiça.

Historicamente, o CNDM tinha como objetivo promover políticas que visassem a não discriminação contra a mulher e que assegurassem sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Por conta da Medida Provisória 150 de 15 de agosto de 1990, a entidade teve suas funções e atribuições alteradas, sendo quase extinta ao perder sua autonomia administrativa e financeira. Em 1994, o movimento de mulheres levou aos candidatos à Presidência da República uma proposta de criação de um Programa de Igualdade e Direitos da Mulher, ligada à Casa Civil da Presidência, cuja estrutura contaria com um Conselho Deliberativo e com uma Secretaria Especial.

No entanto, ao tomar posse em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso reativa o CNDM, sem estrutura administrativa ou orçamento próprio, nomeando conselheiras e presidente sem consulta prévia ao movimento de mulheres e feministas. Em 2002, motivada pela pressão das redes nacionais de mulheres, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, ainda subordinada à pasta da Justiça.

Em 2003, no primeiro dia de seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que passa a abrigar em sua estrutura o CNDM, através da Medida Provisória 103, de 01 de janeiro de 2003, que institui como competência da SPM:

...assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres; elaborar e implementar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter nacional; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e das demais esferas de governo; promover a igualdade de gênero; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil. (BRASIL, 2003, p.14).

Essas iniciativas deram visibilidade às questões de gênero e convocaram tanto gestores públicos quanto especialistas e formadores de opinião a traçarem estratégias e políticas eficientes, que se traduzem no enfrentamento das desigualdades de gênero no campo dos direitos civis e políticos, da sexualidade e da reprodução, da redução da pobreza e do acesso ao trabalho e aos direitos previdenciários, da segurança das mulheres ameaçadas pela violência de gênero, entre outras questões, agravadas quando se introduz a dimensão étnica/racial.

Para tanto, foi elaborado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que, segundo seus/suas idealizadores/as, está em consonância com os pressupostos dos instrumentos reguladores da democracia no Brasil, ou seja, a Constituição da República, a Legislação brasileira e os acordos internacionais na área dos direitos humanos e dos direitos humanos das mulheres assinados pelo Brasil.

O I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres ocorreu no ano de 2004, Ano da Mulher no Brasil – instituído pelo Presidente da República e foi o resultado das diretrizes oriundas da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que contou com a mobilização e o compromisso político dos movimentos sociais. Conforme consta no Plano, as questões relacionadas à violência foram priorizadas e em 2005, a Secretaria de Políticas para as Mulheres lançou a Central Disque 180, que é um serviço de utilidade pública que presta informações e orientações sobre onde às mulheres podem recorrer, caso estejam sofrendo algum tipo de violência do gênero; o atendimento funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive nos finais de semana e feriados.

Em 2007 ocorreu a II Conferência para as Mulheres, dando origem ao II Plano Nacional que se orienta pelos princípios aprovados nas I e II Conferências Nacionais, assim esse ano foi considerado como referência em grande parte das ações definidas, ou seja, o ano em que foram avaliados os resultados das ações já planejadas e em conformidade com sua natureza, princípios e diretrizes. Tais ações apontam para a perspectiva da igualdade de gênero, considerando a diversidade de raça e etnia, sendo organizado sob cinco eixos temáticos que contemplam o enfrentamento da pobreza, a superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento, a promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres, que elegem como fatores importantes o uso e a ocupação do solo, saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais, recursos naturais, patrimônio histórico e cultural, a efetivação dos Direitos das Mulheres: civis, políticos, sexuais, reprodutivos e, por último, o desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção de conhecimento para a igualdade.

Também, em 2007, o Plano priorizou como uma de suas áreas estratégicas o Enfrentamento de todas as Formas de Violência Contra as Mulheres e, nesse sentido, instaurou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações a serem executadas entre 2008 até 2011. Nesse sentido, as prerrogativas definidas pelo Pacto Nacional dizem respeito ao desenvolvimento de políticas articuladas de promoção dos direitos humanos das mulheres (principalmente as em

situação de prisão), incluindo a implementação da Lei Maria da Penha, bem como os direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à feminização da AIDS, combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres.

No âmbito das metas do Pacto, destacam-se reformas e melhorias nos serviços da Rede de atendimento à mulher; capacitação profissional de agentes públicos em gênero, raça e direitos humanos, nas áreas de educação, assistência social, segurança, saúde e justiça e ampliação nos investimentos da Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180, com a finalidade de atender a demanda de forma eficiente.

Como resultado desses programas e iniciativas, houve um grande aumento no número de mulheres atendidas por esses serviços. De acordo com dados e análises disponibilizados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em julho de 2010 (último lançamento dos dados) da Central Disque 180, tem-se que foram registrados 271.719 atendimentos, de janeiro a maio de 2010 – um aumento de 95,5% em relação aos primeiros cinco meses de 2009 (138.719). No que diz respeito aos números de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, bem como a disponibilidade de Centros de Referências e Casas Abrigos no Brasil, segundo os dados lançados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009 (lançamento mais recente): em 2009, havia 1.043 municípios com algum tipo de estrutura direcionada à mulher, o que representa 18,7% do total de municípios brasileiros. Desses, 262 tinham Casas Abrigos para o atendimento às mulheres em situação de violência, 559 tinham Centros de Referência, 469 possuíam núcleos especializados de atendimento à mulher em Defensorias Públicas e 274 tinham Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; das 5.565 cidades brasileiras, 397 têm delegacias direcionadas à mulher.

	Total de Municípios	Municípios com Casa Abrigo	Abrigo com atendimentos social e psicológico	Abrigo com atendimento jurídico
Brasil	5.565	262	137	109
Norte	449	28	15	13
Nordeste	1.794	42	18	18
Sudeste	1.668	92	47	36
Sul	1.188	76	44	33
Centro - Oeste	466	24	13	09

QUADRO 1: Centros de Referência e Casas Abrigos no Brasil

Fonte: Dados disponíveis em www.ibge.gov.br/MUNIC - 2009

3.1 Considerações a respeito da implementação das políticas que visam coibir a violência contra as mulheres

A violência conjugal é reconhecida como um grave problema social pela Constituição Federal do Brasil, em seu parágrafo 8º, art. 226, que diz: “O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações.” (BRASIL, 1998, p. 37).

O Brasil é signatário de vários acordos internacionais que remetem, direta ou indiretamente, à questão da violência de gênero. Tais compromissos firmados pelo governo brasileiro perante a comunidade internacional, prioritariamente criam obrigações jurídicas para o país – como os tratados, acordos, convenções ou atos internacionais – que exigem a ratificação para que entrem em vigor e sejam reconhecidos como uma obrigação do país. Através dos acordos, dá-se efeito jurídico e força de obrigação aos direitos reconhecidos. Também as conferências internacionais que, apesar de não criarem obrigações jurídicas para o país, criam consenso internacional sobre as matérias discutidas e definem objetivos a todos, o que faz com que muitos países assumam a responsabilidade de implementar os princípios e programas aprovados pelas conferências, como parte de suas políticas.

Desde a década de 1970, as diversas Conferências da Mulher, no México (1975), em Copenhague (1980) e em Nairóbi (1985), apontaram a violência de gênero como uma ofensa à dignidade humana e instaram os Estados/partes a assumirem compromissos voltados para a sua eliminação.

Em 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 19, que dispõe expressamente que a definição de discriminação contra a mulher, prevista no artigo 1º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, inclui a violência baseada no sexo, ou seja, aquela dirigida contra a mulher porque é mulher ou que a afeta de forma proporcional. Neste sentido, estabelece que esta Convenção se aplica também à violência perpetrada por agentes públicos ou privados.

Conforme resgate histórico realizado por Barsted (2006), tem-se que, em 1993, o caráter transcultural e as diversas formas de manifestação da violência específica de um sexo contra o outro ganhou grande visibilidade e impacto, quando no Fórum Paralelo à Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, um tribunal de Crimes contra as Mulheres, organizado por uma articulação internacional feminista, deu a palavra a dezenas de mulheres para que denunciassem, por meio de seus relatos pessoais, os crimes de que foram vítimas. Ainda em 1993, em resposta às denúncias dos movimentos feministas do mundo

inteiro, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou pela resolução 48/104, a Declaração sobre a Eliminação de Violência contra as Mulheres.

Esta declaração subsidiou, em 1994, a elaboração, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), da Convenção de Belém do Pará e, de acordo com a autora, trata-se do único instrumento internacional voltado para abordar a violência de gênero, assinada nesse mesmo ano pelo Estado Brasileiro e que ratificando a Declaração de Viena, definiu a violência contra as mulheres como “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado”.

Ainda de acordo com a Convenção de Belém do Pará,

a violência contra as mulheres inclui as violências física, sexual e psicológica: a) que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal em que o agressor convivia ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus tratos e abuso sexual; b) que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimento de saúde ou qualquer outro lugar e que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

Reconhecendo a persistência da violência contra a mulher, as Conferências Internacionais da década de 1990 – incluindo a de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993; a de População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994; a IV Conferência Mundial da Mulher, de Pequim, em 1995 – transmitiram, em suas declarações e planos de ação, a preocupação com a segurança da mulher e a necessidade dos Estados/partes da ONU de inserir em suas agendas nacionais a equidade de gênero e de raça/etnia e a adoção de políticas voltadas para esta problemática. Nestes documentos, por influência dos movimentos internacionais feministas, a inclusão do tema da violência deu visibilidade às suas consequências para a saúde sexual e reprodutiva, bem como ao seu efeito de aprofundar a discriminação contra as mulheres.

Nas perspectivas dos avanços da efetivação da visibilidade e das ações de promoção da cidadania da mulher, Barsted (2006) destaca a adoção em dezembro de 1997, da Resolução 52/86 pela Assembleia das Nações Unidas, conclamando os países a revisarem suas leis e práticas nas esferas criminal e social, de forma a atender melhor as necessidades das mulheres, assegurando-lhes tratamento justo no sistema de Justiça.

De acordo com Bandeira (2005), todo esse movimento de ampliação da cidadania das mulheres resultou, dentre outras conquistas, numa pauta que redimensiona a responsabilidade do poder público em identificar as situações de discriminação e desigualdade que atingem as mulheres e na criação de condições de exercício de cidadania nos espaços públicos, bem como a articulação de políticas. Do ponto de vista da autora, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres representou um avanço para o movimento feminista na sua luta pelo fim da desigualdade de gênero e, nesse sentido, destaca a importância da pactuação do Plano Nacional de Políticas nos estados e municípios, que é uma proposta importante para que os prefeitos e governadores trabalhem juntos com a esfera nacional, tendo a presença e acompanhamento dos movimentos sociais, no sentido de fazer avançar as ações voltadas para as mulheres.

Contudo, a mesma autora revela que, mesmo com os avanços advindos dos Acordos Internacionais, os quais o Brasil é signatário, bem como a implementação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o campo das políticas de igualdade de gênero é particularmente complexo e atravessado por múltiplos tensionamentos que dizem respeito à formulação de princípios aos seus enquadramentos teóricos e jurídicos, bem como aos processos que lhe são devidos de atenção.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar algumas considerações reveladas por autoras como Farah (2004, p. 65), que considera importante perceber que a incorporação da dimensão gênero em políticas públicas nem sempre significa a incorporação da perspectiva da igualdade de gênero, (...) “há programas que, embora focalizem as mulheres ou a elas dirijam módulos específicos, acabam por reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição tutelada e subordinada da mulher no espaço público como privado.” (FARAH, 2004, p. 65).

Desse ponto de vista, Lena Lavinias argumenta que as carências consubstanciais à condição feminina passam a instrumentalizar políticas que têm por objeto as mulheres e não as alterações das relações de gênero. Para a autora, essas políticas tornam-se malsucedidas no alcance de seus objetivos, que se inscrevem nas perspectivas de autonomia das mulheres, uma vez que “julga-se que se pode ampliar o espaço da cidadania feminina tão somente atendendo as carências construídas sexualmente.” (LAVINAS, 1997, p. 179).

Garcia (1998) e Godinho (2003), além de compartilharem da perspectiva acima, identificam que a eficácia de uma política pública voltada para a redução das assimetrias de gênero, para a condição de haver uma mudança no perfil da institucionalização, há de se reconhecer a influência de fatores estruturais na reprodução e ampliação dessas assimetrias. Essas, de acordo com as autoras, compõem-se das mudanças sócio demográficas, que

interferem no perfil do emprego, as mudanças do papel do Estado no mundo globalizado, os desafios colocados pela diversidade racial/ética, as alterações que vêm ocorrendo na estrutura da família com os múltiplos arranjos familiares, e ainda as mudanças no tradicional padrão da divisão sexual do trabalho e nos padrões de sexualidade, entre outros. Nesse sentido, identificam que a responsabilidade em atender as demandas de gênero dentro de tamanha complexidade cabe não apenas ao Estado e sim do conjunto da sociedade, tendo como objetivo a alteração dos aspectos econômicos, culturais, sociais e das relações políticas.

Lourdes Bandeira aponta que a garantia de uma governabilidade que se assenta na sustentação do que se propõe e na capacidade governamental permanente de incorporar e atender as demandas de uma política de igualdade de gênero, como nos informou as autoras acima, se assegura em três dimensões:

na vontade e na decisão política que garanta, junto aos planejadores em todas as instâncias federativas, a incorporação, nas suas agendas, da importância e do significado da transversalidade de gênero, contemplando e compreendendo seus desdobramentos e suas perspectivas, tanto em relação à ação do estado quanto às suas instituições de planejamento. Na sua incorporação na prática dos gestores, que executam, monitoram e avaliam as políticas públicas, em todos os níveis: federal, estadual e municipal. “Na disseminação de novos valores culturais e políticos junto à população, com vistas a que esta sensibilização torne a população participante e co responsável na construção de uma cidadania inclusiva.” (BANDEIRA, 2005, p. 6).

Além disso, a autora chama atenção para a importância do trabalho em rede, visando ao desenvolvimento de estratégias que garantam a integralidade do atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, pois para ela compete à Rede dar conta da complexidade do caráter multidimensional do fenômeno da violência de gênero.

Matos (2008) destaca ainda que a busca pelos direitos das mulheres está inserida em um contexto mais amplo, que diz respeito à busca pelo reconhecimento e autonomização das diferenças; essas necessidades, de acordo com a autora, são hoje imprescindíveis a todo processo democrático e a qualquer premissa por igualdade.

No âmbito da reflexão acima, deve-se considerar também os estudos de Moraes e Gomes (2009, p. 76), que apontam “que para se construir a igualdade, deve-se avançar numa mudança na hierarquia de posição na qual estão colocados homens e mulheres”. Pois, segundo as autoras, isso significa considerar, previamente, que os modelos de posição são perpetuados através das instituições que regulam a interação social de acordo com normas e valores que

impedem a paridade, qual seja o reconhecimento da posição das mulheres como parceiras plenas na interação social.

Uma consideração a essa abordagem via posição é bastante adequada às problematizações já colocadas, uma vez que esse reconhecimento requer exame dos padrões institucionalizados, os quais assumem formas variadas, podendo estar codificados tanto na área da política governamental, quanto nas áreas do direito, nas práticas profissionais, interações cotidianas, entre outras.

Nesta perspectiva, considera-se então não ser possível implementar e elaborar os processos de institucionalização das políticas de gênero desconsiderando o papel central exercido pelos discursos, normas, valores, entre outros que, de alguma forma, criam padrões de comportamento e de regras de inserção e exclusão na sociedade.

Exemplos poderiam ser citados a esse respeito, um deles seria a sub-representação política das mulheres e nesse caso, vale o que já foi contemplado no capítulo um desta dissertação, ou seja, de que os valores diferenciados de uma determinada cultura influenciam as escolhas futuras dos sujeitos em função da incorporação de determinadas percepções referenciadas na diferença entre homens e mulheres. Meninas reproduzem em suas brincadeiras os papéis e as características que, em suas percepções definem uma mulher em determinada situação, assim ocorre com os meninos em relação às posturas e preferências esperadas dos homens. Outro exemplo se refere à responsabilização do trabalho doméstico, reforçada como obrigações femininas tais como o cuidado da casa, dos filhos e dos desdobramentos advindos desses.

Dessa forma, as relações de gênero, como representações socialmente construídas sobre o masculino e o feminino, incutem na distribuição de homens e mulheres no público e no privado, expressando-se na hierarquização de lugares no interior desses espaços. Logo, há de se considerar que as políticas de gênero devem ser capazes de facilitar o protagonismo social das mulheres, possibilitando que as mesmas tenham como referência outra posição social, ampliando suas metas para além do universo privado, onde se estruturam os papéis tradicionais de mãe/esposa.

Conforme podemos observar, a formulação de políticas públicas de gênero requer uma dose considerável de esforços governamentais, sociais, orçamentários e principalmente o entendimento de sua especial peculiaridade. Também requer a construção de uma rede eficaz que cubra a institucionalização de uma política que integre ações na área de segurança, da saúde, da habitação, das políticas de educação, trabalho e renda.

3.2 O desafio da institucionalização das políticas de combate à violência conjugal

Conforme vimos, a emergência do tema da violência conjugal no Brasil tornou-se um assunto político e foi visto como um problema social principalmente no início dos anos 80, quando começaram a ser divulgados na imprensa o assassinato de mulheres de famílias de camadas médias, por seus maridos.

Moraes e Sorj (2009) salientam que, enquanto em outros países como França e Estados Unidos, a questão da violência conjugal vem à tona a partir das vivências cotidianas das mulheres e da denúncia do controle masculino sobre seus corpos, no Brasil foi a visibilidade de alguns casos extremados de poder dos homens sobre a vida das mulheres, o elemento capaz de sensibilizar a opinião pública. Para as autoras,

a consequência desse fato foi à delimitação da percepção da violência conjugal na sua expressão mais extremada e limiar, o que favoreceu uma visão do agressor como desviante, doente, perverso, passional etc. Assim, a violência conjugal não foi entendida como um comportamento inscrito dentro do campo de possibilidades de relações desiguais de gênero, mas como um evento excepcional da relação entre homem e mulher. O entendimento de que a violência conjugal é um fato excepcional nas relações familiares estará subjacente a todas as iniciativas institucionais de combate à violência no país. (MORAES; SORJ, 2009, p. 14).

No que diz respeito às políticas de enfrentamento à violência, a perspectiva acima de certa forma vem condicionar as discussões acerca da institucionalização da violência conjugal entre os vários atores, feministas e operadores jurídicos, como veremos nas próximas sessões.

Também, destaca-se na literatura consultada que, embora a construção de políticas públicas estruturais para enfrentar a questão da violência contra as mulheres demande um conjunto complexo de medidas em vários âmbitos da sociedade, pode-se considerar que essas políticas, para atuarem direta e efetivamente sobre a questão, devem abarcar prioritariamente três dimensões: políticas de prevenção, a construção de uma rede de serviços, alterações no âmbito legal e do poder judiciário.

No âmbito das políticas de prevenção, Godinho e Costa (2006, p. 48) consideram que se faz necessário investir em tais políticas, que vão desde ações ostensivas que fortaleçam a resistência das mulheres e reduzam potenciais situações de violência, até políticas educativas e culturais de desnaturalização de violência sexista.

Já a criação e a articulação de uma Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero, surgem como um caminho para superar a desarticulação e a fragmentação dos serviços, por

meio de uma ação coordenada de diferentes áreas governamentais, com o apoio de organizações não governamentais e da sociedade civil.

Smigay (2001, p. 10), em palestra proferida por ocasião do seminário “Violência Contra a Mulher: um problema da saúde pública” realizado na Diretoria Metropolitana de Saúde em BH, ressalta sobre o trabalho em Rede em âmbito social e governamental. Em sua descrição sobre as redes sociais, que inscrevem pessoas em contato e atuação com outras pessoas, Smigay (2001, p. 10) estabelece sua perspectiva “apoiada nos trabalhos de Gontijo Aun (1999), que trabalha com um modelo de redes no modelo da saúde mental, tendo sua origem em autores como Kurt Lewin (1952), Moreno (1951), Speck e Attneave (1973)”. A autora destaca que devido às peculiaridades da violência de gênero, sua tendência à cronificação, à rotinização e ao isolamento da pessoa em situação de violência, o modelo de Rede social muito facilita a ressocialização familiar, organizando as linhas entre amigos, desmistificando segredos e convívios da família, quebrando ou ajudando a quebrar vínculos adoecedores ou de manutenção do segredo.

Em relação à Rede governamental, descreve que esta é uma estrutura composta por pontos interconectados, que compreendem em sua composição a horizontalidade, gestão e utilização de técnicas para (re)estabelecer estabilidade, agilidade, (co)responsabilidade e regimes de obrigações.

Rede rompe com hierarquias (portanto instaura a horizontalidade); facilita comunicação entre equipes, troca de informações; divide as responsabilidades, mais uma vez rompendo as hierarquias e, sobretudo, a centralização de informações e decisões, implicando um maior número de agentes que, por sua vez, operam em regime de obrigações mútuas em relação ao cliente-alvo. (SMIGAY, 2001, p.08).

Do ponto de vista de Smigay (2001), ao identificar um fenômeno complexo como a violência de gênero, reconhece-se seu caráter social e uma vez em Rede compartilham-se responsabilidades, troca de informações, de interpretações, permitindo desenhar um diagnóstico e um plano de ações governamentais.

A necessidade de criação dessa Rede leva em conta a chamada “rota crítica” que, segundo Smigay (2001), se refere ao caminho que a mulher percorre na tentativa de encontrar uma resposta do Estado frente à sua situação de violência. Essa rota possui diversas portas de entrada, tais como serviços de emergência na saúde, delegacias, serviços de assistência social, que devem trabalhar de forma articulada.

Wânia Passinato (2006) realizou um estudo de caso sobre a Rede de Atenção à Mulher no nosso município, estudo esse dedicado ao desenvolvimento do projeto “Fortalecendo a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência”, uma parceria entre a organização não governamental AGENDE e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Seu principal objetivo foi o de obter um diagnóstico dos serviços e, em suas análises, a autora identificou que no âmbito do governo, a Rede “foi criada em 2002, por iniciativa do Núcleo de Atendimento à Vítimas de Crimes Violentos, tendo como objetivo ser um grupo aberto de instituições governamentais e não governamentais, que se reúne mensalmente com o objetivo de criar e fortalecer as parcerias.” (PASINATO, 2006, p. 151).

Ao revelar algumas das conquistas alcançadas pela Rede e também suas fragilidades, esse estudo de caso muito contribuiu para que a Rede pudesse refletir sobre sua atuação no município, que de acordo com a autora,

é possível afirmar que Belo Horizonte tem hoje serviços de enfrentamento da violência contra as mulheres em todas as áreas: segurança, justiça, saúde, assistência psicológica e social. Contudo, na prática, os serviços parecem se equilibrar na corda bamba quando se trata de garantir um bom atendimento para as mulheres em situação de violência que decidem buscar ajuda institucional para romper o circuito de violência no qual se encontram inseridas. (PASINATO, 2006, p. 162).

Nesse sentido, a autora aponta que em geral os entrevistados admitem as vantagens do trabalho em Rede ao aproximar não só as instituições mas, também, as pessoas. Contudo, notifica o excesso de especialidades, que pode prejudicar o atendimento específico que é atribuído a cada serviço, e uma vez que a Rede não consegue articular o contato entre os profissionais, seus procedimentos acabam nem sempre seguindo a mesma linha de intervenção. Também destaca que (...) “a rede de serviços em Belo Horizonte comporta várias portas de entrada para o atendimento, mas possui pouco espaço para reflexão.” (PASINATO, 2006, p. 163), principalmente no que diz respeito à formação e capacitação em gênero das pessoas de referência para atendimento.

No âmbito governamental, a Rede é composta por:

Coordenadoria dos Direitos da Mulher por meio de representantes do Núcleo Central, Centro de Referência – Benvinda (conforme já foi destacado), Casa Abrigo Sempre Viva, a Delegacia de Combate aos Crimes contra a Mulher (DCCM) (tem caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de investigações e enquadramento legal), Núcleo da Defensoria para Mulheres em Situação de Violência (NUDEM) (tem a finalidade de dar

assistência jurídica, acompanhar os processos, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência), Instituto Médico Legal (IML) (faz a coleta ou validação das provas recolhidas e demais providências do caso), Juizado Especial Criminal (JECRIM) (é um órgão da justiça com competência civil e criminal, que poderá ser criado pela União e pelos Estados para o processo, julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência contra a mulher), Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV), Instituto ALBAM (atendimento ao agressor), Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (Criado pela SPM em 2005, consta de um serviço nacional de utilidade pública, recebe e encaminha denúncias das mulheres em situação de violência), Ouvidorias (canal de acesso e comunicação direta entre a instituição e a/o cidadã/o, visa fortalecer os direitos da pessoa orientando-a e aproximando-a da instituição), Polícia Civil e Militar (a Delegacia comum também registra toda e qualquer ocorrência oriunda de uma mulher em situação de violência; são os policiais militares que muitas vezes fazem o primeiro atendimento ainda na residência ou em via pública), Serviços da Saúde, Hospitais Odete Valadares e Odilon Behrens.

Desde a realização da pesquisa de Pasinato (2006) até aos dias atuais, alguns procedimentos em relação ao enfrentamento à violência contra a mulher em situação de violência conquistaram avanços importantes; alguns desses avanços são a regularização das reuniões mensais da Rede, os cursos de formação em gênero e a criação pela Polícia Militar da “Segunda Resposta” - que é uma ação preventiva e coibitiva à violência conjugal e consiste em acompanhar a vítima e o agressor, por meio de visitas domiciliares após a ocorrência policial, em vigor desde junho de 2010. (ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR, 2010).

Também passaram a integrar à Rede a Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres (CEPAM), Conselho Estadual da Mulher (CEM), Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS).

Com relação à terceira dimensão, que diz respeito às alterações no âmbito legal e do poder judiciário, é interessante acompanhar, com Barsted (2006) e Romeiro (2009), uma retrospectiva nas formas de tratamento dadas à violência de gênero antes da Lei 11.340/06 – Lei Maria da Pena.

De acordo com as autoras, os crimes cometidos contra as mulheres eram tratados no âmbito da Lei nº 9.099/95, que instituiu Juizados Especiais Criminais (JECRIMs) para julgar delitos considerados de menor potencial ofensivo. Por esta lei, o crime de lesão corporal de natureza leve, tipificado no Código Penal, no Art. 129 e o crime de ameaça, previsto no Artigo 147, passaram a ser considerados crimes de menor potencial ofensivo; neste sentido, as

lesões corporais e as ameaças contra as mulheres, provocadas por pessoas de sua intimidade, em especial por cônjuge ou companheiro, eram também referenciadas por essa via. Essa medida, segundo Romeiro (2009), pautava-se na premissa de que esses tipos de crimes são os mais recorrentes entre mulheres e homens em situação de conjugalidade. Esses delitos perderam também o caráter de crimes de ação pública (qualquer pessoa pode denunciar) e foram transformados em crimes de ação pública condicionados à representação da vítima. Isso significa que a ação penal só teria início a partir de denúncia da própria vítima contra o acusado. Além disso, o autor dos crimes de penas não superiores a dois anos não perde a sua condição de primário, não sendo permitida a sua identificação criminal.

(...), no entanto, levando-se em consideração a natureza da violência doméstica e a relação de poder presente nesses crimes, a Lei 9.099/95, ao incluir as ameaças e as agressões físicas no rol dos crimes de menor potencial ofensivo, acabou por estimular a desistência das mulheres, através das audiências de conciliação, de processar seus maridos ou companheiros agressores. Com isso reforçou, também, a cultura da impunidade que leva os homens a agredirem as mulheres. (BARSTED, 2006, p. 78).

Em face do efeito gerado por essa lei, a partir de 2002, um consórcio de ONGs (CEPIA, CFEMEA, AGENDE, ADVOCACI, CLADEM e THEMIS) deu início a um processo de elaboração de uma proposta de lei de enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres calcada na Convenção de Belém de Pará.

Foi a partir da experiência, malsucedida do ponto de vista feminista, dos Juizados Especiais Criminais para a resolução dos conflitos de caráter conjugal, que organizações não-governamentais, amparadas nas convenções internacionais sobre os direitos humanos das mulheres dos quais o Brasil era signatário, começaram a mobilizar para criar um mecanismo judicial alternativo aos JECRIMS, capaz de compreender a “violência contra a mulher”, mais especificamente a “violência conjugal”, como um tipo de violência dotada de características específicas. (ROMEIRO, 2009, p.62).

Ainda de acordo com Julieta Romeiro, o longo percurso dos debates entre feministas e operadores jurídicos foi possível perceber que a questão da violência conjugal assume diferentes significados para cada um desses atores, na medida em que não há consenso sobre a natureza da violência contra a mulher, nem sobre a melhor maneira de enfrentá-la. Nesse sentido, “as feministas querem fazer valer os direitos humanos das mulheres através da criação de uma lei específica para esses casos, os operadores jurídicos argumentam que não é

necessário uma nova Lei e defendem a manutenção desses casos nos Juizados Especiais Criminais (JECRIMs).” (ROMEIRO, 2009, p. 51).

Leila Linhares Barsted, diretora da CEPIA, em entrevista concedida à Revista de Saúde Sexual e Reprodutiva Ipas Brasil, em 2005, destaca que (...) além de não representar nenhuma resposta positiva para a vítima, a Lei 9.099/95 ao não reconhecer que, no âmbito afetivo e familiar, estão presentes relações de poder, deixa de considerar os componentes da violência doméstica e familiar contra a mulher, descriminalizando a violência, afirma que esta questão causou desdobramentos importantes. (BARSTED, 2005). Um desses desdobramentos foi o surgimento de manifestações lideradas pelas organizações não governamentais e por membros do legislativo que resultaram na aprovação da Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006, que prevê a criação de varas e Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Essa deixa de caracterizar a violência conjugal como crime de menor potencial ofensivo, determina a retirada desses casos da esfera dos JECRIMs e dá cumprimento à Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Estado brasileiro em 1994), bem como a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Organização das Nações Unidas, ratificada pelo Estado Brasileiro em 1979). Informações disponíveis na própria Lei 11.340/06.

Contudo, Romeiro (2009) salienta que apesar da inserção dos debates sobre violência conjugal no Poder Judiciário, a maior parte das discussões ainda não contempla debates conceituais a respeito das relações de poder envolvidas nos relacionamentos conjugais. Para a autora, as discussões estão voltadas para as questões de operacionalização da lei e seu caráter normativo. As feministas reivindicam uma noção de direitos humanos voltada para o combate e erradicação das desigualdades de gênero, os operadores jurídicos pautam-se nas premissas dos direitos humanos, que garantem o cumprimento dos direitos individuais dos cidadãos, como o acesso à Justiça e a possibilidade de um julgamento justo. Assim, a concentração das discussões nessas questões pode estar relacionada ao fato de que tanto feministas quanto operadores jurídicos compreendem a violência contra a mulher como um tipo de crime que necessita de um entendimento específico por parte do Estado. Entretanto, “um dos principais pontos de discordância diz respeito à forma como essas medidas são construídas e executadas, já que entre esses atores há discordância sobre quem são os “sujeitos de direito” e quem são os “beneficiários” dos direitos humanos.” (ROMEIRO, 2009, p. 70). Nesse sentido, apesar de ambos os atores entenderem que a violência conjugal é um problema real e que precisa ser

enfrentada pelo Estado, a forma encontrada por eles para a resolução desse tipo de conflito é muito distinta e afeta um dos pilares da luta feminista, a penalização dos casos de violência conjugal.

Do ponto de vista de Romeiro (2009, p.71) há uma concorrência entre as duas perspectivas sobre os direitos humanos “entendidos pelos dois como de suma importância, mas tratados normativamente de forma distinta”, também destaca citando Kant de Lima (2000) que essa concorrência se deve ao fato de que no Brasil os direitos humanos são entendidos de forma particularizada, fazendo com que cada categoria reivindique competitivamente os seus direitos humanos, como se a concessão dos direitos de uns excluísse o dos outros. Insere-se nesta perspectiva o que Bárbara Soares (2009, p. 145) destaca como crucial “minimizar a importância das relações de gênero pode significar que se perde de vista um elemento axial na compreensão de uma parte das manifestações da violência conjugal estruturada no exercício de poder e controle de uma pessoa em relação à outra”.

Nesse sentido, as limitações de qualquer um desses caminhos, bem como o recorte que situa a origem da violência em algum fator isolado, seja a dominação de gênero, problemas familiares, o abuso de substâncias psicoativas, a crise de valores ou alguma psicopatologia, deixam de fora todo o complexo de elementos, cuja articulação dinâmica conforma a vida doméstica.

Essas disparidades advindas da forma de entender a violência de gênero fazem com que haja muitas controvérsias a despeito da aplicação da Lei 11.340/06. Conforme entrevista concedida a esta pesquisa pela advogada da COMDIM, Dra. Patrícia Silva Moura Vale (Depoimento verbal concedido em 16/08/2010) com relação ao enfrentamento à violência conjugal, as prerrogativas da Lei 11.340/06, seus avanços, desafios e sugestão para melhor aplicabilidade; para ela, o principal avanço é o de levar a questão que era antes pensada no âmbito privado para o âmbito público, exigindo, dessa forma, um ordenamento de direitos, a Lei, então, vai ser muito discutida e estimulada a ser cada vez mais bem sucedida.

O grande desafio:

é o ordenamento jurídico existente”, pois, “teoricamente falando a Lei Maria da Penha é muito completa, uma Lei de caráter social forte, uma Lei que procura incentivar o trabalho em Rede, então nesse sentido é fazer isso sair do papel e funcionar”. Pois na prática a gente esbarra com problemas, um deles é a demora do

pedido da Medida Protetiva¹ que é realizado na Delegacia e este demora a chegar na Vara Criminal e, chegando na Vara Criminal, o Juiz demora para deferir ou não a Protetiva; deferindo ou não, há demora para que o Oficial de Justiça leve a intimação ao agressor. Então, esta parte prática ainda é um desafio para a Lei. Tem um artigo da Lei, por exemplo, que prevê que em 48 horas o pedido da mulher que foi feito na Delegacia já tem que estar no Fórum e isto é inviável, pois a gente vê Medidas Protetivas que saem com mais de um mês, até seis meses. (Advogada Dra. Patrícia Silva Moura Vale. Depoimento verbal concedido em 16/08/2010).

Outro grande desafio:

melhorar cada vez mais o atendimento e as informações nos órgãos protetores, como por exemplo, na Delegacia da Mulher, onde a maioria das mulheres não ficam sabendo a diferença entre Representação Criminal e Boletim de Ocorrência. Muitas são induzidas a não representar porque para elas é feita uma pergunta: você quer que ele seja preso? Sendo que na situação que ela está, com uma alta vulnerabilidade, ela vai responder que não quer que ele seja preso, sem saber que esta resposta significa que não vai começar nenhuma ação criminal contra ele. E o reflexo disso é que o Juiz, na hora que pega o Boletim de Ocorrência e vê que ela não fez Representação Criminal, muitas vezes o Juiz não defere a Medida Protetiva. É como se ela mesma estivesse mostrando para o Juiz que aquele agressor não tem periculosidade e, então, muitas Medidas não são deferidas, mesmo sendo o agressor muito perigoso. Pode também acontecer o contrário, o agressor não ser perigoso e o Juiz deferir a Medida. (Advogada Dra. Patrícia Silva Moura Vale. Depoimento verbal concedido em 16/08/2010).

A sugestão:

cada vez mais a Rede funcionar, para não ter sobreposição de atendimento, a mulher chega num lugar conta sua história, é encaminhada para outro lugar, conta novamente sua história e é encaminhada de novo e assim vai... logo precisa de incentivar as informações e a prevenção por meio de Centros de Referência, mídia entre outras vias de informação para a mulher. (Advogada Dra. Patrícia Silva Moura Vale. Depoimento verbal concedido em 16/08/2010).

Tomando como base a entrevista explicitada acima, percebe-se que a situação apontada por Passinato (2006) quanto ao atendimento à mulher, o qual é qualificado por essa

¹ De acordo com o Art. 22 da Lei 11.340 as Medidas Protetivas pode ser aplicadas de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente e constam-se de: I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente; II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III – proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

autora como em “corda bamba” pela Rede, continua sendo um dos entraves à dimensão prescrita para acolhimentos e encaminhamentos, fatores indicativos de eficácia de atendimento em Rede. Também as considerações oriundas aos desentendimentos quanto às especificidades e peculiaridades do fenômeno da violência de gênero pelos diversos profissionais tornam visíveis a multi-vulnerabilidade da mulher em situação de violência e denunciam que, mesmo apesar dos esforços de formação continuada dos/as participantes da Rede, esta ainda se mostra fragilizada.

Ao longo das leituras sobre o tema da violência de gênero, percebe-se o quanto essas duas questões, o entendimento da lógica da violência de gênero e o trabalho em rede, são recorrentes na literatura e inserem-se na atualidade como fatores desafiantes a uma intervenção que seja calcada nas desigualdades de gênero.

Gregori (2006), em pesquisa realizada nas Delegacias de Defesa da Mulher em São Paulo, analisa o atendimento, averiguando as articulações e conexões entre os serviços prestados e o universo político e institucional (rede de movimentos sociais e o universo de instituições de assistência social, psicológica e jurídica), destinado à defesa e proteção dos direitos, sobretudo os relativos à problemática da violência de gênero. Para Gregori (2006, p.61), percebe-se notadamente o “significativo paralelismo institucional – ou melhor, um isolamento de ações no atendimento prestado e uma capacidade limitada em articular soluções junto a outros atores que compõem o campo”.

Para a autora, tal fenômeno resulta de uma multiplicidade de fatores que, menos do que indica deficiência ou limitações individuais, revela a complexidade do processo que envolve as contingências políticas e as várias formas ou modo de atuação institucional. Também considera que existe uma dificuldade significativa na definição do objeto da intervenção pois, de acordo com ela:

não há consenso entre os vários atores do campo (inclusive, entre os estudiosos) do fenômeno que se está enfrentando: ora qualifica-se como violência doméstica, ora violência familiar, entre outros, sendo o mais recente violência de gênero. Cada uma dessas expressões traz um significado diferente, correspondendo a comportamentos, relações sociais com dinâmicas e envolvidas diferentes. Também, é preciso que se considere que os atores institucionais e, em particular, os agentes judiciários não operam com uma definição minimamente consensual sobre o que entendem ser uma delegacia especializada no atendimento à mulher. De certo modo, existe uma representação majoritariamente difundida, inclusive, uma cultura jurídica de que o serviço policial deve Ter uma conotação universalista. (GREGORI, 2006, p. 63).

Contudo, do ponto de vista da autora essas questões não esgotam a problemática, uma vez que as injunções políticas, interpretações variadas e a ausência de redes realmente integradas de atendimentos ilustram uma situação repleta de inquietações.

Essas colocações, de certa forma, reiteram as observações feitas no início desse capítulo, ou seja, de que trabalhar com o fenômeno da violência de gênero exige um esforço de entendimento das lógicas que atravessam discursos e práticas de todos os atores envolvidos – agressores, vitimados, instituições, seus operadores, as políticas de gênero e os sujeitos políticos.

Em seu artigo, Romeiro (2009) faz questão de ressaltar que um dos fatores que contribuíram para dar visibilidade à Lei está diretamente ligado à história pessoal de Maria da Penha Fernandes, a mulher que emprestou seu nome à Lei 11.340/2006. Descreve a autora que, em 1983, Maria da Penha sofreu uma tentativa de homicídio pelo seu marido e, em decorrência dos tiros nas costas que levou, acabou paraplégica. Seu marido foi levado a julgamento e acabou condenado pelos tribunais de Fortaleza, mas, no entanto, devido aos recursos utilizados, em nenhuma dessas duas condenações ele foi preso. A impunidade e a morosidade na resolução do caso levaram Maria da Penha a recorrer, em 1998, ao Centro para Justiça e o Direito Internacional e ao Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, que levaram o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos que, pela primeira vez, acatou a denúncia de um crime de violência conjugal.

A Organização dos Estados Americanos responsabilizou o Estado brasileiro por omissão e negligência em relação ao caso e recomendou que medidas fossem tomadas. Somente em 2002, dezenove anos após a tentativa de homicídio e por causa das pressões exercidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o processo foi encerrado e o ex-marido de Maria da Penha foi preso por dois anos.

Para Romeiro (2006), esse é um caso que ilustra os trâmites para se fazer valer os direitos, bem como a complexidade das relações políticas hoje existentes entre os Estados Nacionais e as organizações internacionais permeadas pela demanda da sociedade civil. A importância da condenação do Brasil nos foros internacionais encorajou as feministas brasileiras a reivindicarem uma lei mais afinada com a sua agenda de combate à violência conjugal. Mais ainda, a experiência de Maria da Penha revela que embora tradicionalmente a mulher tenha pouco espaço nos processos de formulação e tomada de decisão, esse caso transcendeu essa normativa e acolheu outras mulheres que, guardadas algumas diferenças,

também necessitam do suporte da Lei para alcançar sua cidadania; contudo, resta ainda a necessidade de um esforço conjunto para fazer valer a integralidade de suas prerrogativas.

No que diz respeito às entrevistadas com as mulheres que estiveram e que se encontram abrigadas na CASV, para além dos avanços das determinações da Lei, que influem positiva e consideravelmente na rotina da violência em que foram mantidas, essas aguardam também “uma chance”, “uma oportunidade” para alcançar a “liberdade” tão sonhada de conquistar também a inserção no mercado de trabalho, como parte de suas necessidades e se tornar agentes no mundo público, a fim de poder traçar novas estratégias para suas vidas e a de seus filhos. Tendo em vista que se trata de um processo novo e transformador, faz-se necessário nas próximas seções contemplar a política de atenção à mulher no município, em especial a de enfrentamento à violência de gênero.

3.3 Breve histórico das políticas de atenção à mulher no município

No texto intitulado “Políticas Públicas para Mulheres na Cidade de Belo Horizonte”, elaborado pela executiva do CMDM ano 2002, consta que, historicamente, foram priorizadas as políticas de combate à violência e de atenção à saúde da mulher.

Com a pressão do movimento de mulheres e do reconhecimento pelo Estado das reivindicações, foi criada a primeira delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher no ano de 1985 (nesse mesmo ano, foi criada, também, a primeira Delegacia Especializada nos atendimentos às mulheres no Estado de São Paulo). Em 1990, vereadoras/es da Câmara Municipal entregaram à população da cidade a Lei Orgânica do Município, estando previsto no artigo 180, ações voltadas para a implantação de equipamentos nas áreas da saúde, violência, direitos humanos e de serviços.

De acordo com Gomes (2002), no rol de propostas demandadas pelo movimento de mulheres, em 1992 foi instalada na Câmara dos Vereadores a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar assassinatos e violência contra mulheres que, após receber e avaliar as denúncias de violências, entre conclusões e recomendações, solicitou a criação de uma Casa Abrigo para mulheres em situação de violência, incluindo crianças, quando necessário; a melhoria, ampliação e aparelhamento da infraestrutura dos recursos humanos das DECCM; a criação de um Centro de Referência da Mulher, composta de uma equipe interdisciplinar e a criação de um órgão público municipal com atribuição e poder para formular e executar, com

outras instâncias do Município, políticas de promoção pelo fim da discriminação e da opressão contra a mulher.

Gomes (2002) descreve que como consequência da luta dos grupos feministas pela garantia dos direitos às mulheres, os trabalhos para a implementação dos equipamentos públicos específicos para o atendimento à mulher iniciaram-se em 1993, a partir do Programa Cidadania da Mulher (da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social). Em 1996, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher iniciou suas atividades e passou a fazer parte desse processo. O processo de formulação e implementação dessas ações foi construído conjuntamente com o movimento de mulheres.

Em maio de 1996, começou a funcionar em duas salas do Centro de Apoio Comunitário Gameleira, na Regional Oeste, o Bemvinda - Centro de Apoio à Mulher, oferecendo atendimento jurídico, social e psicológico às mulheres vítimas de violência. Em 20 de agosto desse mesmo ano, inaugurou-se a sede do Bemvinda. Também em 1996 foi inaugurada a Casa Abrigo Sempre Viva, mas suas atividades se iniciaram somente em junho do ano seguinte.

Em entrevista a esta dissertação a gestora da COMDIM, Márcia de Cássia Gomes nos conta:

o nome do Bemvinda Centro de Apoio à Mulher foi escolhido num coletivo composto por vários grupos de mulheres lideranças comunitárias da regional Oeste e a equipe técnica. O nome próprio de uma mulher: Bemvinda foi inspirado na letra e música do compositor Chico Buarque. (Depoimento verbal em 22/11/2010).

Em 1997, com a mudança de gestão e as incertezas e retrocessos de implementação desses serviços, formou-se uma rede de solidariedade (integradas por instituições filantrópicas, movimentos organizados, famílias, etc.) para abrigar e receber as mulheres que buscavam o Bemvinda. Contudo, foi contratada uma equipe para o atendimento às vítimas e, no final de agosto, a CASV já estava funcionando.

A atuação do Conselho dos Direitos da Mulher e o amadurecimento trazido pela oferta dos serviços prestados pela CASV e pelo Bemvinda colocaram a necessidade de se criar um órgão executivo para a articulação e coordenação de uma política de gênero no município. Com esse objetivo, surgiu em 1998 a Coordenadoria dos Direitos da Mulher (COMDIM), a princípio vinculada à Secretaria Municipal de Governo e em 2001, após a reforma administrativa, o Bemvinda e a CASV passaram a ser vinculados à COMDIM, que por sua vez

passou a integrar a Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania, que é vinculada à Secretaria Municipal de Políticas Sociais.

3.4 A Coordenadoria dos Direitos da Mulher - COMDIM

A COMDIM foi criada pela Lei nº 7.552 de 16 de julho de 1998, que em seu Art. 3º define como seus objetivos: “elaborar, coordenar e executar políticas públicas que garantam o atendimento das necessidades específicas e colaborem no combate das diferentes formas de discriminação contra a mulher (...) Possui em sua estrutura uma coordenadora, três gerentes, três agentes da área administrativa, estagiárias de primeiro e segundo grau, técnicas das áreas do serviço social, jurídica, psicologia e ciências sociais, pessoal de serviços gerais, vigilância e Guardas Municipais”. A Lei de criação da COMDIM está disponível no Diário Oficial do Município – Belo Horizonte Ano IV – Nº 684 – 17 de junho de 1998.

Conforme entrevista da gestora da COMDIM,

as ações executadas pela COMDIM estão fundamentadas em quatro eixos: Inclusão Social e Produtiva, Serviços de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial e Jurídico, Ações e Políticas Emancipatórias, Formação e Educação Política em Direitos Humanos e Cidadania, e se estrutura a partir de três frentes de atuação: O Núcleo Central, parte executiva da Coordenadoria, o Benvinda Centro de Apoio à Mulher e a Casa Abrigo Sempre Viva.

O núcleo Central, parte executiva da Coordenadoria, conta com uma equipe formada por uma Coordenadora, agentes públicas da área do serviço social, psicologia, ciências sociais, uma agente administrativa, uma estagiária de nível médio e outra de nível superior. É nesse espaço que são desenvolvidos os projetos relativos à prevenção da violência de gênero, inclusão socioeconômica de mulheres em situação de violência de gênero, vulnerabilidade e/ou exclusão econômica e social. Atua também participando da Rede de Enfrentamento à violência, Rede da Saúde da Mulher, integrando as políticas e realizando ações com outras secretarias do nível municipal, estadual, federal e internacional.

O Núcleo Central se localiza na sede da Secretaria de Políticas Sociais, juntamente com outras Coordenadorias municipais (Coordenadorias: da Pessoa Idosa, das Pessoas com Deficiência, dos Direitos Humanos e da Promoção da Igualdade Racial).

O Benvinda Centro de Apoio à Mulher funciona numa casa e sua equipe é composta por profissionais (agentes públicas) especializadas nas áreas social, psicológica e jurídica, estagiárias, agente administrativa, funcionárias (terceirizadas) que desempenham os serviços gerais de limpeza, uma motorista e agentes da Guarda Municipal (são os únicos profissionais masculinos que trabalham no local em regime de plantão).

O Benvinda é um programa voltado para mulheres em situação de violência de gênero, que presta atendimentos psicológico, social e jurídico, buscando criar condições necessárias para que as mulheres, a partir do suporte técnico recebido, possam construir possibilidades de ruptura com a violência que vivenciam”. (Márcia de Cássia Gomes. Depoimento verbal em 22/11/2010).

No ano de 2010 o Benvinda atendeu 1.328 mulheres, advindas de encaminhamentos realizados pela Rede de Enfrentamento à Violência e ou espontaneamente (ficaram sabendo dos serviços pela mídia e/ou foram informadas por alguém. (COORDENADORIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, 2010).

A maior parte dos atendimentos realizados pelo Benvinda são previamente agendados por telefone pela própria instituição que está acompanhando o caso (pela/o técnica/o) ou pela usuária, entretanto, conforme já mencionado, podem ocorrer atendimentos sem ter sido agendados previamente.

Conforme descrito por Gomes (2008), o primeiro atendimento é realizado por uma dupla interdisciplinar de profissionais, que busca trabalhar sempre a partir da transversalidade de gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual. A duração desse atendimento é cerca de 01:30 h, podendo se estender, dependendo da complexidade do caso. No decorrer desse primeiro atendimento, é preenchida a ficha de anamnese psicossocial e jurídica, que contém dados relativos à mulher, ao seu companheiro e sobre a situação de violência que ela está vivendo; dessa forma é a escuta do caso buscando compreender a história de vida da mulher e a história de violência.

Nesta escuta, procura-se avaliar a estrutura familiar, social e financeira da mulher e a história do relacionamento, localizando o início da violência, sua dinâmica e a gravidade (ciclo da violência, conforme já visto no capítulo “Visitando o tema da violência no espaço da conjugalidade”). Com esta escuta ativa, busca-se identificar as suas demandas e construir, em conjunto com ela, o encaminhamento do caso, bem como estratégias de proteção.

São realizados encaminhamentos externos (para a Rede de Atendimento: Delegacia de Mulheres, Núcleo de Atendimento à Mulher da Defensoria Pública, Promotoria da Mulher, serviços de saúde, Proteção à criança e ao adolescente entre outros) e internos (realizados no próprio equipamento, acompanhamentos jurídicos, psicológicos individual e em grupo) e triagem para a CASV. Nesse caso, de encaminhamento para a CASV, acontece quando a equipe avalia um risco em potencial e na escuta ativa, leva em consideração o perfil do agressor, seus antecedentes criminais, a existência de denúncias anteriores. Avalia-se, também, se a mulher já fez outras tentativas de sair dessa situação e se, nessas tentativas, ela e sua família sofreram ameaças e agressões. Investiga-se, ainda, a família estendida da mulher, procurando identificar estratégias de proteção. Quando necessário, é feito contato com a família, no sentido de buscar soluções conjuntas para o caso e, sendo avaliado risco iminente de morte devido à violência de gênero, a mulher poderá ser encaminhada para a CASV.

A Casa Abrigo Sempre Viva tem por finalidade abrigar, em caráter emergencial e provisório, mulheres que estão em risco iminente de morte devido à violência de gênero no âmbito conjugal e que não possuem alternativa de proteção e podem estar acompanhadas de seus filhos e filhas menores de 18 anos.

A Casa Abrigo é um equipamento direcionado para casos gravíssimos de violência sexista, em particular de violência doméstica, em que a vida da mulher está ameaçada pela convivência com o agressor, tornando necessário seu afastamento imediato, com um corte radical de todo e qualquer contato. A permanência na casa é, portanto necessariamente por tempo limitado. (GODINHO; COSTA, 2006, p.50).

O abrigo oferece um espaço que possibilita que a mulher se retire do contexto de violência, proporcionando a ela um lugar de proteção, viabilizando outros atendimentos (médico, odontológico, psiquiátrico, entre outros).

Conforme Gomes (2008), a CASV é uma casa grande e tem capacidade para abrigar 10 famílias (mulheres e seus filhos(as), independente do número que as acompanham) em quartos individuais e mobiliados. As famílias costumam permanecer no Abrigo pelo período de 90 dias em média, mas, há casos que demandam um tempo maior.

A equipe é formada por profissionais das áreas social e psicológica, sendo que os atendimentos jurídicos, bem como os acompanhamentos dos processos, são realizados pela advogada que atende aos dois equipamentos, ou seja, tanto o Benvinda como a CASV; conta ainda com uma agente administrativa, estagiárias, profissionais terceirizados (limpeza do equipamento, cozinheiras, uma motorista e vigilantes de ambos os sexos).

Ainda de acordo com Gomes (2008), os principais critérios de abrigo são: vivenciar situação de violência de gênero no âmbito conjugal, estar em risco iminente de morte devido à violência de gênero, não contar com alternativa de proteção, oficializar denúncia na Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher (DECCM), concordar com as normas e regulamentos da instituição e querer ser abrigada. Essas normas se conformam como regras de funcionamento da instituição, e ela assina um termo concordando com as mesmas, bem como assina os termos de sigilo (comprometendo-se a não revelar o endereço da CASV), da conservação do imóvel (comprometendo-se a zelar pelo espaço) e o abrigo por vontade própria. Também, por ocasião do abrigo, são entregues os materiais de que a abrigada necessita para sua permanência no Abrigo (roupas, materiais de higiene pessoal, de limpeza, roupas de cama e banho).

No ano de 2010 a CASV abrigou 119 mulheres e 275 crianças, perfazendo um total de 394 pessoas; importante destacar que muitas das mulheres, no momento mesmo de seu abrigamento, estavam grávidas, vindo dar à luz no período de abrigamento. (COORDENADORIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, 2010).

Durante o período de abrigamento, as crianças são encaminhadas à creches ou escolas da rede pública localizadas nas imediações da CASV, mesmo fora do período de matrícula. As crianças também são ouvidas e encaminhadas para serviços médicos quando necessário e participam das oficinas em grupo, cujos temas são levantados de acordo com o grupo, principalmente levando em consideração a faixa etária. O endereço e telefones da CASV são mantidos em sigilo e todo contato é feito pelo Benvinda – Centro de Apoio à Mulher, que é a porta de entrada para a Casa Abrigo.

3.5 O cotidiano da mulher abrigada

Nesta sessão, teceremos algumas considerações acerca do cotidiano da mulher em situação de violência, tendo em vista que todas as nossas entrevistadas permaneceram no Abrigo durante algum tempo, que essa experiência trouxe para elas uma releitura de sua situação de violência e, também, essa permanência é um elemento deflagrador da falta de controle e autonomia sobre seus corpos.

Conforme entrevista concedida à esta pesquisa pela advogada da COMDIM, Dra. Patrícia Moura Vale, em 16/08/2010, a partir da denúncia ou do aguçamento do conflito doméstico, as mulheres em situação de violência ficam em posição vulnerável, uma vez que prevalece a impunidade, expressa desde a dificuldade de obtenção de Medidas Protetivas em tempo hábil ou mesmo de sua real eficácia, com o afastamento do agressor. Nessas condições, a mulher é exposta a sérios riscos, mesmo quando busca proteção junto aos órgãos competentes.

Dentro da estrutura municipal de abrigamento, a mulher tem muitas chances de ficar sob proteção juntamente com suas crianças; nesse sentido, estando abrigada, a mulher recebe atendimentos individuais e a partir da escuta realizada pelas técnicas, são definidos, conjuntamente, os encaminhamentos a ser dados, como por exemplo, na área social (principalmente os relativos à providência de documentos pessoais) e jurídica (tanto criminais quanto cíveis).

Durante todo o período que estiver abrigada, a mulher participará dos atendimentos individuais e em grupo (oficinas), realizados pelas profissionais e estará recebendo informações sobre o andamento jurídico de seu processo. O objetivo dessa dinâmica é, entre outros, dar suporte para que a mulher possa construir novos rumos para sua situação e buscar estratégias seguras de desligamento, visando a reconstrução de sua família.

Com relação às oficinas em dinâmica de grupo “os temas trabalhados com as abrigadas são: gênero, relações pessoais e institucionais e saúde da mulher (...) buscando discussões de raça/etnia, geração, orientação sexual, compreendendo a mulher como um sujeito de desejos e de direitos, buscando promover sua autonomia.” (GOMES; COELHO; CALDAS, 2008, p. 22).

No Abrigo, a mulher tem autorização para se comunicar com sua família, informando e sendo informada sobre sua situação, também pode receber pertences de uso pessoal, caso seja necessário; nesse caso, a comunicação deve ser feita via Benvinda ou Núcleo Central, uma vez que se resguarda o sigilo da instituição.

Ela participa juntamente com seus filhos e com as outras famílias abrigadas, de comemorações festivas promovidas pela equipe, como Natal, Páscoa entre outras e também recebe apoio na área de saúde (acompanhamento médico e hospitalar, odontológico, pré-natal, entre outros). Quando nas ocasiões de participação em audiências, utiliza o carro da instituição e sempre é acompanhada pela técnica da área jurídica.

De acordo com Gomes, Coelho e Caldas (2008, p.22), o desligamento da CASV é um processo construído junto com a mulher e cada caso é pensado de maneira singular. Um aspecto importante a ser trabalhado é a relação da abrigada com sua família, pois o apoio dos familiares é um fator facilitador para seu desligamento, bem como para a ruptura com a situação de violência. Após o desligamento, a mulher poderá continuar ser acompanhada pela equipe técnica do Benvinda se assim o desejar, realizando atendimento psicológico ou acompanhamento jurídico. A equipe do Abrigo mantém, embora de forma assistemática, contato com as ex- abrigadas por meio de visitas domiciliares e atendimentos no Benvinda.

Conforme destacado, a violência conjugal e de gênero é um fenômeno complexo, que possui profundas raízes na organização social, nas estruturas econômicas e de poder na sociedade e que, de acordo com dados da Fundação Perseu Abramo (2004), atinge cerca de dois milhões de mulheres por ano no Brasil. Enfrentá-lo exige o desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas, a mobilização e conscientização da sociedade, bem como a articulação em rede dos programas e serviços de atendimento. O engajamento dos governos e

dos mais amplos setores sociais é fundamental para que se ergam bases para a construção de um profundo compromisso de respeito e igualdade nas relações de gênero.

As políticas de proteção e segurança são essenciais para o enfrentamento à violência, mas, segundo Camargo e Aquino (2003, p. 48), é preciso avançar tanto em políticas de prevenção como na ampliação de políticas que articuladamente trabalhem para uma reversão da dependência financeira, elevação da autoestima das mulheres, fortalecimento da capacidade de representação e participação na sociedade, enfim, criem condições favoráveis à autonomia pessoal e coletiva.

Nesse sentido, Gomes, Coelho e Caldas (2008, p. 22) ressaltam que as experiências advindas no decorrer do processo de desligamento das mulheres na CASV ficam evidentes o envolvimento dos aspectos subjetivos e objetivos, como empoderamento, autonomia, moradia e principalmente trabalho. Para essas autoras é fundamental maiores investimentos em políticas públicas, programas e serviços que promovam as condições necessárias para que a mulher em situação de violência conjugal possa alcançar a autonomia e direitos de cidadania tão sonhados.

No que diz respeito aos objetivos desta dissertação, será exposto no próximo capítulo algumas considerações sobre o trabalho objetivando trazer contribuições para as reflexões posteriores.

4 OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DO TRABALHO

O trabalho está intrinsecamente ligado à vida humana e tem sido abordado por vários autores dos mais diversos campos do conhecimento e com diferentes enfoques. Os efeitos do trabalho na vida dos indivíduos já foram e ainda são estudados pela psicologia, sociologia, administração, história, geografia, política, filosofia, medicina, antropologia, direito e economia. Dessa forma, o conceito de trabalho vem assumindo diferentes conotações conforme época, sistema cultural ou referencial adotado, ocupando lugar central nas teorias sociológicas.

Annie Jacob, em seu texto “Emergência do valor social do trabalho no pensamento econômico do século XVIII”, investiga as várias denominações acerca do trabalho e revela que: “a palavra “trabalho” em francês encontra sua origem no “tripalium”, instrumento de tortura com três pés; e que essa palavra passou lentamente, ao longo de vários séculos, de um valor fortemente negativo a um valor fortemente positivo.” (JACOB, 1995, p. 1).

De acordo com a autora, até o fim do século XVI, o conceito de trabalho, antes de designar uma atividade produtiva, considerada útil e necessária a todos, significava dor, sacrifício, obrigação e sofrimento, sendo utilizada pelos poetas para descrever a dor amorosa. Também compreendia uma ação destinada aos pobres e errantes que deveriam “ganhar sua vida com o trabalho de seu corpo”. “Não é então este ou aquele trabalho nem o emprego que define o lugar do indivíduo na sociedade em que ele se encontra (ou não) de ‘ganhar sua vida’ para viver. É essa necessidade que define o pobre.” (JACOB, 1995, p. 2).

A partir do século XVII, desenvolvem-se os argumentos para apresentar o trabalho como útil e necessário à sociedade, assim, citando Antoyne de Montchnrétien, em seu *Tratado de Economia*, Jacob (1995, p. 3) relata que “se o Estado consegue assegurar a produção e a ocupação dos súditos, dispondo de equidade para cada um o seu ofício, o resultado disso é a ordem social”. Para a autora, essa premissa coloca de maneira explícita o trabalho no primeiro plano das atividades humanas.

Ainda segundo Jacob (1995, p. 5), no século XVIII desenvolve-se na França a Fisiocracia, teoria econômica cuja corrente do pensamento marca a autonomização do campo da economia. Os fisiocratas, contrários à escravidão, pois consideram que um sistema de coerção não é eficaz para produzir, vão tecer suas teorias de forma a convencer sobre os vários benefícios de uma “sociedade econômica” de modo a construir uma moral social no sentido de que “o trabalho deveria, pois, ser reconhecido como um valor em si mesmo e não

apenas como uma necessidade”. Nesse sentido, inscreve-se que antes de poder colocar o problema da organização e da racionalização do trabalho, era necessário persuadir os homens a trabalhar para produzir.

A Revolução Industrial, ocorrida no último terço do século XVIII, teve um profundo impacto no ser humano, pois, pela primeira vez na história a economia pôde fornecer os bens e serviços em larga escala. Passou-se do trabalho manual para a máquina/ferramenta, do atelier ou manufatura para a fábrica e pouco a pouco o trabalho cotidiano, a mentalidade, a cultura, enfim todos os setores da vida foram atingidos e transformados.

O século XIX também é marcado pelo surgimento de outros significados do trabalho e, entre eles está a formulação teórica de Karl Marx, herdeiro do ideário iluminista, que postula que:

o fundamento da alienação na sociedade capitalista, encontra-se na atividade prática: o trabalho. (...) Em condições de alienação, o trabalho faz com que o crescimento da riqueza objetiva se anteponha à humanização, sirva crescentemente como meio de exploração e só se realize como meio de vida. (...) Marx considera que o trabalhador não se sente feliz, mortifica seu corpo e arruína seu espírito no trabalho que é obrigado a fazer, que é externo a ele. (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002, p. 51; 54).

De acordo com Marx, o operário não se reconhece no produto que criou, em condições que escapam a seu arbítrio e às vezes até à sua compreensão, nem vê no trabalho qualquer finalidade que não seja a de garantir sua sobrevivência. E a própria “força de produção multiplicada que nasce por obra da cooperação dos diferentes indivíduos sob a ação da divisão do trabalho” aparece aos produtores como alheio, sobre o qual não tem controle, não sabem de onde procede e sentem como se estivesse situado à margem deles, independente de sua vontade e de seus atos.

Na seqüência, Émile Durkheim, um dos primeiros teóricos da sociologia lança sua tese intitulada “De la Division du Travail Social”, na qual aborda a interação social entre os indivíduos que integram a sociedade. Tema central no pensamento de Durkheim, cujo principal interesse é desvelar os fatores que possibilitam a coesão e a permanência das relações sociais ao longo do tempo e das gerações. Para ele, a existência de uma sociedade só é possível a partir de um determinado grau de consenso entre seus membros. Esse consenso se assenta na divisão mecânica do trabalho que prevalece nas sociedades arcaicas, e na divisão orgânica do trabalho, que predomina nas sociedades complexas, onde os interesses individuais são bastantes distintos e a consciência de cada indivíduo é mais acentuada. A divisão

econômica do trabalho social é a mais desenvolvida e complexa e se expressa nas diferentes profissões e variedades industriais. O trabalho por meio da divisão social funciona para além de integrar a sociedade moderna e estabelece:

(...) Se se fizer abstração das formas variadas que a divisão do trabalho toma segundo as condições de tempo e lugar, resta esse fato geral de que ela se desenvolve regularmente à medida que se avança na história.

Esta causa não poderia consistir numa representação antecipada dos feitos que a divisão do trabalho produz, ao contribuir para manter o equilíbrio das sociedades. (...) Em qualquer caso não podia começar a tornar-se sensível senão quando a divisão do trabalho estivesse já muito avançada.

Segundo a teoria mais divulgada, não poderia ter outra origem que não fosse o desejo que o homem tem de aumentar incessantemente a sua felicidade. Sabe-se, com efeito, que quanto mais o trabalho se divide mais elevado é o rendimento. Os recursos, que põe à nossa disposição, são mais abundantes; são também de melhor qualidade.

A ciência faz-se melhor e mais depressa; as obras de arte são mais numerosas e mais aperfeiçoadas; a indústria produz mais, e os seus produtos são mais perfeitos. Ora o homem tem necessidade de todas essas coisas; parece, portanto que deve ser tanto mais feliz quanto mais possui e, por consequência, que é naturalmente incitado a procurá-la. (DURKHEIM, 1984, p. 10).

Encontra-se em Max Weber uma leitura do capitalismo como vinculado à racionalização na vida prática. Weber (1991), por meio da análise de obras de puritanos e autores que representavam a ética calvinista – baseada numa atividade incessante no mundo – procurou encontrar uma possível relação entre os valores protestantes e as condições para o estabelecimento do capitalismo. Nesse sentido, suas considerações captam o “trabalho como um valor em si mesmo, e o operário ou o capitalista puritanos, que condenavam o ócio, o luxo, a preguiça e a perda de tempo, passam a viver em função de sua atividade ou negócio e só assim têm a sensação de tarefa cumprida.” (WEBER, 1991, 84). Para estarem seguros quanto à sua salvação, ricos e pobres deveriam trabalhar sem descanso.

A partir desse impulso inicial, o capitalismo libertou-se do abrigo do um espírito religioso e a busca de riquezas passou a associar-se a outras intenções de âmbito material. O capitalismo moderno já não necessitava mais do suporte de qualquer força religiosa e sente que a influência da religião sobre a vida econômica é tão prejudicial, quanto a regulamentação do Estado.

Conforme Segnini (2000), os séculos XIX e XX foram marcantes pela necessidade de aumentar a margem de lucro, através da redução de custos e aumento das taxas de produtividade obtida graças à ordenação racional e científica do processo produtivo. De acordo com Antunes (2000), surgiram modelos de gestão patronal, preocupados em atingir

metas de produtividade em massa: o Taylorismo, que promoveu uma revolução na administração ao propor uma separação entre execução e planejamento, cronometragem gestual dos processos de trabalho; intensificação da divisão do trabalho e assalariamento individual e o Fordismo que possibilitou ao capitalismo o crescimento em massa da produção.

Ainda conforme Antunes (2000), o modelo Toyotista foi fundamentado nas mesmas preocupações lógicas da economia capitalista, ou seja, necessidade de aumentar as margens de lucro como modo de crescimento e desenvolvimento material. A novidade foi a aplicação de intervenções pedagógicas na estrutura produtiva, como a formação dos Círculos de Controle de Qualidade - CCQ's, a formação de técnicas de gestão, táticas ideológicas de convencimento e incorporação da identidade do proletário, colocando limites na articulação do movimento operário e enfraquecendo-o enquanto classe.

Já o século XX, conforme Antunes (2000) observa, marca a consolidação da indústria e do processo de trabalho, sendo que os elementos constitutivos básicos consistem na aplicação das novas ideologias e tecnologias cujos efeitos se traduzem no aumento do desemprego estrutural, crescimento do mercado informal como terceirização e trabalho temporário, a queda na qualidade de vida e enfraquecimento da organização sindical.

4.1 O trabalho feminino

O mundo do trabalho não é unificado e homogeneizado a tal ponto que basta explicitar como se desenvolve as relações de produção para compreender como se constituem as formas de exploração e dominação no seu contexto. As condições em que vivem homens e mulheres, não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. No caso do trabalho as relações sociais se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, nomeada de divisão sexual do trabalho. Dentro dessa divisão do trabalho, percebe-se que apesar das transformações sociais do mundo moderno, ainda cabe às mulheres as atividades reprodutivas e os cuidados da casa e da família. Essa definição social de papéis no âmbito da família tem consequências diferenciais na participação do homem e da mulher no mercado de trabalho.

Fatores familiares e domésticos pouco interferem na determinação do trabalho masculino, da mesma forma que o trabalho produtivo é parte inerente e inquestionável da identidade masculina, construída em torno do papel de provedor. Com as mulheres ocorre o contrário, pois a manutenção de um modelo de família segundo o qual cabe a elas as

responsabilidades domésticas e socializadoras, e assim como a persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico condicionam sua participação no mercado de trabalho.

A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares. Tal complexidade está em consonância com a presença ou não de filhos, ausência de oportunidades e autonomia econômica, escolarização, participação nos processos de decisão, entre outros quesitos. Contudo, mesmo apontando tais situações, ainda assim percebe-se cada vez mais a presença das mulheres no mercado de trabalho.

Vera Soares argumenta que:

o trabalho induz à cidadania, aos direitos de cidadania que oferecem o status de trabalho diferenciado em termos de renda, estabilidade, segurança no local de trabalho, controle sobre a qualidade e a quantidade das responsabilidades no trabalho. (...) o fato de que as mulheres substituem ou complementam muitas necessidades coletivas que não são oferecidas pelo Estado de Bem-estar Social – o cuidado com as crianças e os idosos dependentes – reverte-se para o trabalho feminino como uma condicionante de sua fragilidade. Mais ainda, a posição da mulher no trabalho se conecta com essa “suposição” do seu lugar natural produzindo efeitos negativos para a sua cidadania política. (SOARES, 2003, p.96).

Contudo, de acordo com a autora, apesar de complexa, a questão do trabalho da mulher como relação entre cidadania e gênero pode ser uma relação positiva, gerando novos temas, pois reconhecer essa relação permite reconhecer o significado da emergência das formas e os impasses da difusão da cidadania.

Encontra-se na literatura variadas abordagens sobre o trabalho feminino, Bruschini (1994) salienta o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, desde a década de 1970, chamando a atenção para a diversificação e a intensificação dessa participação, sobretudo no espaço urbano. Para a autora, não foi apenas a busca da complementação salarial em face da deteriorização dos salários reais dos trabalhadores, mas também as expectativas de maior consumo que redefiniram o conceito de necessidade econômica. Isso impulsionou não apenas as mulheres pobres a ingressar no mercado de trabalho, como também as de classe média que se viram com novas necessidades geradas pela diversificação das pautas de consumo e pela crescente responsabilização dessas pelo sustento do lar.

Ainda de acordo com a autora, é fundamental considerar que a participação feminina no mercado de trabalho foi definida não só pelas condições do próprio mercado, mas pelas possibilidades de que a mulher dispõe ao se oferecer a esse mercado; tais possibilidades são determinadas por características individuais, além do próprio sexo, a cor, a idade, o estado civil, a escolaridade, a presença de filhos, entre outras (BRUSCHINI, 1994).

Toneli (2002), buscando discutir os aspectos que, no século XX, engendraram a entrada maciça das mulheres no mercado formal e informal, cita uma pesquisa realizada por Hirata (1995). Esta última, em seu estudo comparativo entre Japão, França e Brasil para uma pesquisa sobre as formas de vigência do trabalho feminino, relata que no que diz respeito à organização do trabalho, a primeira conclusão foi que:

nos estabelecimentos dos três países o pessoal envolvido era masculino ou feminino de acordo com o tipo de máquinas, o tipo de trabalho e a organização do trabalho (...) o trabalho manual e repetitivo era atribuído das mulheres e aquele que requeria conhecimentos técnicos era atribuído aos homens” e por fim: “os empregadores reconheciam facilmente, nos estabelecimentos dos três países, as qualidades próprias da mão de obra feminina, mas não havia o reconhecimento dessas qualidades como sendo qualificações. (TONELI, 2002, p. 14).

Seguindo essa mesma perspectiva, Magda de Almeida Neves analisa a reestruturação da cadeia produtiva da empresa Fiat incorporando à análise as relações de gênero, objetivando com isso investigar a presença das mulheres ao longo da cadeia produtiva. Segundo a autora, no contexto de reestruturação produtiva na cadeia automotiva, “o que tem sido observado até agora é que as mulheres continuam confinadas a certos tipos de funções e ocupações trabalhando em empresas cujos produtos têm menor conteúdo tecnológico e em funções onde o treinamento não é considerado necessário, onde o trabalho tende a ser pior remunerado, menos qualificado e instável.” (NEVES, 2000, p.10).

Nesta perspectiva, ressalta que se pode perceber claramente a dimensão histórica e cultural da qualificação expressando as relações de gênero na sociedade, onde as mulheres ocupam na maioria das vezes situações de subordinação.

Apesar de todo processo de reestruturação produtiva e de mudanças tecnológicas o que se verifica é que as representações sobre o gênero masculino e o feminino construídas social e culturalmente condicionam a forma de inserção dos homens e das mulheres no mundo do trabalho. Estas representações que são constituídas no interior da sociedade, na articulação entre o privado e o público, formam a identidade do “ser feminino” e do “ser masculino” definindo para cada um a esfera de sua inserção. (NEVES, 2000, p.14).

Sueli Carneiro, em seu texto “Identidade Feminina”, compartilha com Neves (2000) de que o processo histórico cultural define um campo específico para a atividade feminina e para a atividade masculina e desse modo, a identidade feminina, “enquanto projeto em construção, depende hoje da aquisição de um conjunto de direitos capazes de garantir às mulheres o exercício de uma plena cidadania.” (CARNEIRO, 1994, p. 190).

Vera Soares (2003) relata que em todas as diferentes teorias feministas há uma crítica à pretensa universalidade do pensamento político e da construção da cidadania, pois se o trabalho induz à obtenção das condições de autonomia – cidadania e direitos de cidadania, a cidadania das mulheres denuncia, assim, os limites de seu próprio modelo. Conforme a autora, às mulheres é designada uma função de cuidado da família e só depois lhes são oferecidas possibilidades no mercado de trabalho e na política.

Desse ponto de vista, relata que as mulheres podem ingressar no mercado de trabalho e na política, sob duas perspectivas: ou paritariamente (quando liberadas das tarefas domésticas, e nesse contexto as mulheres podem “escolher” a assimilação que estimula a igualdade), ou protegidas no mercado de trabalho, usufruindo algumas tutelas que lhes permitem manter o desempenho das funções domésticas.

No tocante à evolução do trabalho feminino, Helena Hirata revela que nos anos 90 os efeitos da globalização afetaram desigualmente o emprego masculino e feminino.

Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres ao nível mundial, com a exceção da África sub-sahariana. Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis. (HIRATA, 2002, p. 143).

São várias as consequências dessa evolução da atividade feminina, segundo a autora, e uma delas consiste no fato de que esse trabalho precário, vulnerável e flexível pode constituir um modelo que prefigura um regime por vir de assalariamento masculino e feminino. Ou seja, “(...) as trabalhadoras podem ser vistas como cobaias para o desmatelamento das normas de emprego predominantes até então. Um cenário possível neste contexto seria a extensão ou a generalização deste modelo a toda população ativa, inclusive a masculina.” (HIRATA, 2002 p.144). Entretanto, a autora acredita que isso possa gerar também uma dupla segmentação,

com a constituição de dois segmentos do emprego masculino e dois segmentos do emprego feminino, um estabilizado, outro precarizado.

Neves (2008), em seu texto “Relações de Gênero: Informalidade e Experiências de Economia Solidária”, destaca que as mudanças no mundo do trabalho cada vez mais estabelecem vínculos pouco protegidos e instáveis para os indivíduos e grupos, e na medida em que se aprofunda a crise provocada pela reestruturação econômica na sociedade contemporânea, o conceito de exclusão possibilita identificar grupos que se encontram em situação de maior desigualdade social. Entre os segmentos de maior vulnerabilidade, a autora cita as mulheres em ocupações precárias e em tempo parcial e chama atenção citando Bandeira e Melo (2005) de que a pobreza não é assexuada.

Na perspectiva da autora,

o conceito de feminização da pobreza tem como objetivo demonstrar o estado de privação causado por questões inerentes às desigualdades de gênero. As diferentes abordagens partilham do argumento de que as mulheres estão em maior número entre os pobres. Essa constatação demonstra a importância de criar mecanismos capazes de dar visibilidade a esse tipo de situação. (NEVES, 2008, p. 3).

Ainda de acordo com Neves (2008), as assimetrias entre mulheres e homens manifestam-se de diversas formas e essas desigualdades possibilitam um complexo sistema de interações que provocam o acúmulo de desvantagens femininas: “a exposição a fatores como vulnerabilidade, pobreza e privação são responsáveis por manter as mulheres em círculos de precariedade, muitas vezes difíceis de serem rompidos. Tais redes, pelo contrário, tendem a se retro-alimentar e produzem efeitos potencializados.” (NEVES, 2008, p. 4).

Nesse sentido, segundo Guérin (2003) a pobreza na categoria “mulher” deve, então, ser compreendida em termos de insuficiência de direitos e de incapacidade de fazê-los valer ou de tomar consciência deles.

Na categoria “mulher”, independentemente das diferenças de desenvolvimento entre países e entre meios sociais, em um contexto socioeconômico dado e com o mesmo nível de renda, é possível observar uma grande disparidade de situações, no caso ligado a história pessoal das mulheres. A questão do acesso à liberdade real levanta finalmente duas questões: a da avaliação dos déficits de liberdade e a do caráter incompleto dos direitos formais. (GUÉRIN, 2003, p. 77).

Visando a promoção de uma mudança da situação feminina, a autora lança as bases de uma alternativa nomeada por ela como “justiça de proximidade”, que objetiva atenuar as

lacunas de uma justiça centralizada e padronizada, revelando-se necessária para garantir o acesso à liberdade real.

Para Guérin (2003), a “justiça de proximidade” consiste em corrigir as desigualdades resultantes de uma prática deficiente dos direitos, ajudando as mulheres a melhor converter seus direitos formais em direitos reais, além de completar esses direitos, cuja neutralidade mostra-se insuficiente para atenuar as desigualdades resultantes de sua trajetória pessoal, do fato de pertencer ao sexo feminino. Contudo, prossegue Guérin (2003, p. 78), “toda justiça de proximidade somente é legítima se for articulada a uma justiça global, única garantia do interesse geral e do acesso da sociedade civil”.

Nesse sentido, Guérin (2003) traduz muito sabiamente o que o movimento de mulheres, os grupos organizados vêm tentando revelar desde o princípio de suas manifestações, nesse sentido, como movimento de contestação, além de recusar-se a todo tipo de estereótipos tradicionais existentes sobre a mulher, ou seja, contra o mito da fragilidade, contra seu confinamento em âmbito doméstico, entre outros, almeja políticas que realmente possam incidir em maior equidade de gênero com garantias sociais.

Por hora, o que se tem revelado segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é que: “apesar das transformações ocorridas nas famílias e do maior acesso das mulheres aos bancos escolares, às universidades e ao mercado de trabalho, persiste praticamente intocável a responsabilidade feminina pelo chamado trabalho doméstico.” (IPEA, 2010, p.4).

A isso se soma o fato de que as mulheres continuam ocupando posições mais precarizadas e auferindo, na média, rendas inferiores às dos homens. “Algumas causas dos diferenciais de rendimento estão nas jornadas de trabalho remunerado menores das mulheres, na própria ocupação de postos de má qualidade e que, portanto, remuneram mal. Uma outra causa está na existência de barreiras para a ascensão profissional das mulheres nos ambientes de trabalho.” (IPEA, 2010, p.9).

Os dados do IPEA fornecem ainda informações quanto à ocupação das mulheres mais escolarizadas que se lançam no mercado de trabalho, porque podem delegar as atividades que lhes são atribuídas no âmbito doméstico para outras mulheres, em regime remunerado, ou de favores. “Com isto, forma-se um verdadeiro encadeamento de mulheres na sociedade brasileira, que se ligam por meio da atribuição pelas atividades domésticas. O trabalho doméstico remunerado se configura, portanto, como uma porta de entrada das mulheres no mercado de trabalho.” (IPEA, 2010, p.12).

De acordo com as análises do IPEA (2010, p.12), o trabalho doméstico remunerado no Brasil se constitui histórica e persistentemente como uma atividade feminina e negra, revelando-se, portanto, “um dos nichos contemporâneos de exposição do legado histórico escravocrata e patriarca lista, perpetuadores das desigualdades de gênero e raça”.

Conforme discutido anteriormente e reiterado pelas conclusões realizadas pelo IPEA as políticas públicas, ao assumir que a equidade de gênero é um objeto fundamental em si mesmo para qualquer sociedade que se pretenda democrática, podem cumprir pelo menos dois relevantes papéis:

de um lado, podem assegurar proteção social e legal às famílias, em suas mais variadas composições, principalmente por meio do oferecimento de serviços coletivos que permitam socializar partes dos custos dos cuidados com a família. De outro, podem estimular o processo de transformação das tradicionais convenções sociais de gênero, em especial por meio da implementação de mecanismos que visem tornar mais igualitária a divisão de tarefas no âmbito doméstico, sempre com o intuito de que os custos derivados da reprodução das famílias deixem de ser naturalmente associados às mulheres. (IPEA, 2010, p. 14).

A partir das análises, fica evidente que, apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a segregação sexual do trabalho persiste, e nesse cenário, o Estado também se beneficia da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros. Não se pode negar que, em alguma medida, as políticas de gênero tenham evoluído, mas, em linhas gerais, a literatura sobre o trabalho feminino demonstra mais continuidades que avanços. Nesse sentido, cabem investimentos em estudos sobre as relações de gênero no espaço do trabalho e a construção de políticas mais consistentes que traduzam a cidadania das mulheres.

Ao propor a discussão sobre o significado do trabalho remunerado para mulheres em situação de violência conjugal, procuramos indícios que permitam a reflexão sobre como as mulheres nessa situação assimilam os significados do trabalho remunerado, e como nossa sociedade, na configuração atual do trabalho, atendem às demandas dessas mulheres.

Bila Sorj ao investigar as produções científicas acerca do trabalho, constata que “(...) o trabalho, na pluralidade das formas que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas. Isto porque o sustento da maioria dos indivíduos continua a depender da venda de seu tempo e de suas habilidades no mercado.” (SORJ, 2000, p.26).

A autora, numa breve retrospectiva acerca da evolução advinda dos estudos sobre o trabalho, relata que a Sociologia do Trabalho construiu seu objetivo visando identificar os limites dos modelos interpretativos dominantes, pois, ao se identificar com os clássicos das ciências sociais, esta incorporou o ponto de vista então predominante entre os intérpretes das sociedades modernas de que a economia formava uma esfera central e socialmente diferenciada do conjunto de vida social. Sorj (2000, p. 28) ressalta: “o interesse em relacionar a experiência no trabalho com outras esferas da vida ficou, na verdade, negligenciado diante do horizonte de indagações marcado pelo consenso ortodoxo”.

Contudo, salienta que os estudos de gênero ao questionar a construção do conceito de trabalho prevalecente na Sociologia, colocaram em vidência a influência dos valores da cultura mais ampla sobre a organização e a experiência do mundo do trabalho, articulando assim um novo discurso sobre a condição das mulheres.

Não apenas aquilo que se considera como esfera própria do trabalho, como também os modelos interpretativos oferecidos pela Sociologia passaram a ser revistos por diferentes princípios – isto é, de que as regras do mercado se aplicariam à produção, ao passo que o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural que as mulheres aportariam ao casamento em troca do seu sustento -, consolidada no século passado com a emergência da família nuclear que acompanhou a industrialização. Passou-se a questionar também as diferenças nos atributos de gênero estabelecidas e justificadas, até pouco tempo atrás, como verdades eternas pelo discurso do senso comum e concebidas, em algumas abordagens sociológicas, como um pré-requisito funcional da sociedade moderna. (SORJ, 2000, p. 28).

É nessa perspectiva que a autora ressalta: “abrir a caixa preta da esfera doméstica e expô-la ao debate político ajudaram a dissolver a noção de harmonia ou equilíbrio entre os sexos, os tabus sobre o casamento, a sexualidade e a maternidade. Isso chamou atenção para um problema político: a condição feminina subalterna.” (SORJ, 2000, p.28).

Essas análises sobre a posição e experiência das mulheres no mundo do trabalho mostraram a existência de um estreito vínculo entre o trabalho remunerado e o doméstico, uma vez que, os indivíduos ou coletividades de trabalhadores não estão condicionados apenas por fatores de ordem econômica, tecnológica ou políticas. Sendo assim, de acordo com (SORJ, 2000, p.28), a posição diferencial de homens e mulheres no espaço doméstico é “um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários”. Também a esfera familiar não pode mais ser vista como um modelo ou um sistema de posições fixas, livres dos constrangimentos externos, gerados pelo mercado de trabalho.

Danièle Kergoat aponta que foi a partir de uma tomada de consciência de uma opressão específica, que o movimento de mulheres tornou evidente que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, “que esse trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal.” (KERGOAT, 2003, p.56). A autora constata que, pouco a pouco, as pesquisas começaram a analisar o trabalho doméstico como atividade de um trabalho com o mesmo peso do trabalho profissional, e isso permitiu considerar simultaneamente a atividade realizada nas esferas doméstica e profissional, o que permitiu raciocinar em termos de divisão sexual do trabalho.

Essa forma de raciocínio então abriu a possibilidade para o aparecimento de muitas pesquisas que utilizavam a abordagem da divisão sexual do trabalho a fim de se repensar o trabalho e suas categorias, suas formas históricas e geográficas, a inter-relações das múltiplas divisões do trabalho socialmente produzido. Para Danièle Kergoat, a construção teórica do conceito, sofreu muitos debates e hoje “falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades.” (KERGOAT, 2003, p. 59).

A autora utiliza-se de duas noções: a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo, e as define:

a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (KERGOAT, 2003, p.59).

Seguindo a perspectiva acima, Vera Soares (2003) ressalta que é necessário articular o prisma das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho com a construção da cidadania, pois só assim se evidencia as ambiguidades e impasses na formação teórica da cidadania na sociedade contemporânea. Dessa forma, é a reflexão sobre a relação cidadania – mulheres que permite pensar a qualidade a quantidade e a especificidade dos direitos disponíveis à população inclusive nas formas de contrato aí definidos. Para a autora, os novos comportamentos femininos, sobretudo no mundo do trabalho, são promotores de conflitos porque:

estão sendo interpretados como projetos que buscam alocar impropriamente à coletividade responsabilidades que deveriam permanecer próprias das mulheres. Assim, respondendo a uma forte retomada da centralidade da família, várias questões emergem: como fomentar a solidariedade e, conseqüentemente, a interdependência sem enveredar por uma rígida divisão do trabalho e das responsabilidades, sem deixar emergir uma simples boa vontade dos indivíduos e dos grupos? Como garantir a autonomia individual sem recorrer ao mito do indivíduo totalmente livre, desvincilhado da responsabilidade em relação aos outros nas suas escolhas, sem abandonar ou perder como referência, no discurso público, em nível simbólico, os vínculos e as interdependências pessoais que finalmente sustentam o indivíduo e sua autonomia? Como realizar essa expressão da individualidade deixando de lado a exclusividade da força de representação do código da família, até hoje tão marcado por estruturas materiais e simbólicas de gênero?. (SOARES, 2003, p. 94).

Dessa forma, a Vera Soares revela que a configuração dos direitos da cidadania está sendo desafiada exatamente porque deveria estar em consonância com o “amadurecimento dos projetos da subjetividade feminina, que tem abandonado a centralidade da família e reduzido à disponibilidade das mulheres para cumprir exclusivamente as “atividades privadas.” (SOARES, 2003, p.94).

Toda essa reflexão leva a autora externar que a “cidadania fragilizada das mulheres” é fruto de um duplo contexto, de um lado estão as menores dotações sociais que elas acumulam ao longo de sua experiência, de outro, o fato de que as regras e as organizações não pressupõem suportes para que se realizem os direitos. Logo, deve ser evidenciada a construção do sistema político como caminho público responsável por oferecer a condição de fruir da tutela e das garantias.

Para todas as cidadanias fragilizadas ou parciais, como é o caso das femininas, os processos da construção da cidadania têm andado de mãos dadas com os de conquista da autonomia. Porque a falta de autonomia das mulheres na época moderna tem andado de mãos dadas com a limitação de seus direitos de cidadã. A luta para alcançar a cidadania é uma luta pela autonomia, diante das restrições e barreiras impostas ou assumidas. (SOARES, 2003, p.95).

Assim como Kergoat (2003), Vera Soares (2003) sustenta que os direitos como produtos sociais emergem na medida em que as instituições oportunizam um acesso a eles e em que há regras que delimitam o seu uso e possibilitam a tutela por parte da população. O que está em jogo é a capacidade do sistema democrático de elaborar estratégias de inclusão, que possam expressar a abertura de oportunidades para os indivíduos e garantir autonomia, e é nesse sentido, então, que o caso das mulheres, na opinião das autoras, ensina muito para definir a cidadania como desafio para as políticas públicas de gênero.

O II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, realizado no Brasil no ano de 2007 definiu em seu Capítulo: “Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social” que:

insere-se nessa proposta o reconhecimento do Estado de que é preciso elaborar ações estratégicas que: “amplie o acesso das mulheres no mercado de trabalho; promovam a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio; promovam a oferta de equipamentos sociais que contribuam para ampliar o tempo disponível das mulheres; promovam a proteção social das mulheres em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional de pobreza e para a melhoria das condições de vida de suas famílias; garantam o cumprimento da legislação e promova a valorização do trabalho doméstico remunerado e não remunerado; promovam relações de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, raça/etnia, orientação sexual, geração ou deficiência com equidade salarial e no acesso a cargos de direção; promova políticas de previdência social inclusiva para as mulheres; promova o acesso das mulheres à documentação civil. (BRASIL, 2008, p.31).

Essas prioridades compreendidas como ações políticas, reforçam a necessidade de investimentos sociais e políticos que favoreçam a equidade de gênero e raça/etnia, até porque os dados disponíveis sobre a situação feminina mostram as fragilidades das mulheres empregadas e demonstram que se fazem necessários avanços nessa área.

Os dados do IPEA 2008, lançados em março de 2010, apontam que em relação às mulheres:

as dificuldades para entrar no mercado de trabalho são maiores, para nele permanecer e encontrar uma colocação também o são. E quando elas conseguem, ocupam posições mais precarizadas e auferem, na média, rendas inferiores aos homens; (...) das 16,5 milhões de mulheres ocupadas em posição de má qualidade, em 2008, 6,2 milhões eram trabalhadoras domésticas. Esta é a ocupação que mais emprega brasileiras na atualidade, revelando-se um dos nichos contemporâneos do legado histórico escravocrata. Sua desvalorização se traduz na grande desproteção social: somente 25,8% das trabalhadoras domésticas possuíam carteira de trabalho assinada e 29,3% delas contribuía para o instituto de previdência social. (IPEA, 2010, p. 5; 12).

Hirata identifica que esse crescimento atual dos empregos de serviços principalmente domésticos está “ligado à crise econômica e à recessão que levam mulheres inativas e sem qualificação profissional reconhecida a se integrarem no mercado de trabalho. Os efeitos perversos do crescimento desses empregos são conhecidos: diminuem o *status*, já precário e subvalorizado desse.” (Hirata, 2003, p.20).

Gomes e Matos (2010), tomando como referência as prerrogativas do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como os programas sociais executados em 2006 pela Prefeitura de Belo Horizonte, buscam ilustrar, por meio de uma pesquisa, como o governo municipal tem incorporado o tema gênero em suas agendas.

De acordo com Ana Paula Salej Gomes e Marlise Matos, dentre os 78 programas municipais pesquisados, cinco eram direcionados prioritariamente para mulheres, o Benvinda – Centro de Apoio à Mulher, a Casa Abrigo Sempre Viva, a República Maria Maria, (que acolhe mulheres moradoras de rua), a Atenção e Prevenção à Violência Doméstica e Sexual, a Atenção à Saúde da Mulher. “Ao estudar esses programas sociais a partir da perspectiva da (in) justiça social, a pesquisa além de nos ajudar a mapear a dispersão da temática gênero na PBH, também nos ajuda a qualificá-la.” (GOMES; MATOS, 2010, p. 30).

Em linhas gerais, as referidas autoras ressaltam que as políticas públicas para mulheres no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte ainda têm muito a evoluir, e que seria interessante no mínimo a existência de programas que atuassem junto às mulheres, que apesar de vulneráveis, ainda não tiveram seus vínculos familiares ameaçados ou rompidos, em uma perspectiva de promoção da mulher e prevenção de risco.

No que diz respeito às políticas de inclusão econômica Gomes e Matos (2010, p.32): “surpreendeu, também, a pouca expressividade de programas específicos para aprimorar as condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Existem atividades dessa natureza dentro dos programas citados, mas mais uma vez, prevalece a perspectiva curativa”. Nesta perspectiva, sugerem que a agenda política deveria conter políticas de inclusão orientadas para debilitar os fatores geradores das dinâmicas múltiplas de marginalização social, e explicitam Gomes e Matos (2010, p. 32), que “o caso das mulheres é absolutamente emblemático nesse sentido”.

Essas reflexões esboçadas pelas autoras nos levam a perceber que muitos desafios estão postos, e que as políticas municipais deverão tentar respostas complexas por meio de um conjunto de programas que possam produzir efeitos mais efetivos das ações políticas por parte da agenda municipal.

As análises da coordenadora da Unidade Temática “Gênero e Municípios” da Rede Mercocidades, Mazzoti (2003), versam em torno dos desafios enfrentados pelas instituições municipais ligadas às políticas pela equidade de gênero, diante do impacto provocado pela crise socioeconômica na qualidade da vida das mulheres.

Para Mazzoti (2003, p. 109), o desafio é: “estabelecer os componentes a serem incluídos nos programas municipais como contribuições para o desenvolvimento da cidadania ativa das mulheres enquanto sujeitas de direitos que, ao mesmo tempo, se convertam em respostas para a resolução das urgências cotidianas, nos limites das competências atribuídas”.

Nesta perspectiva sugere:

o fortalecimento dos municípios, enquanto instituições públicas capazes de se converterem em impulsionadores do desenvolvimento local, implica uma estratégia que posiciona as instituições municipais como agentes de intercâmbio mais que como executores diretos de programas e projetos na área de emprego. Nesse sentido, os municípios podem estabelecer canais de comunicação e coordenação, com uma diversidade de atores sociais: organizações, universidades, empresários, com os quais devem desenvolver acordos para a ação coletiva por meio de interesses. (MAZZOTTI, 2003, p. 111).

Sua conclusão reside na ideia de que a lógica da elaboração de respostas diferenciais, orientadas ao desenvolvimento da cidadania, está centrada nas formas em que se seleciona a contrapartida municipal e se estabelecem os termos de intercâmbio. Pois, de acordo com Mazzotti (2003), só assim os municípios podem desenvolver um conjunto articulado de programas que atendam às questões de melhora da qualidade de vida e do desenvolvimento.

Embora essas duas estratégias apresentadas não sejam as únicas, elas evidenciam que os desafios de alta complexidade que ora emergem, os quais dizem respeito às ações políticas integralizadas, estão sendo pensados em âmbito das resolutividades.

No que diz respeito às expectativas e chances de inclusão no mundo do trabalho, mais especificamente para as mulheres que se encontraram numa situação de violência conjugal e que foram abrigadas na Casa Abrigo Sempre Viva, será apresentado, a seguir, uma entrevista realizada em novembro do ano de 2010, concedida a esta dissertação pela gerente da Casa Abrigo Sempre Viva, Gleizer Mirtes de Souza. Do seu ponto de vista, e no que diz respeito às chances que as mulheres abrigadas têm para ser incluídas no mercado de trabalho, a mesma revela:

a questão do trabalho é muito importante, talvez a mais; e hoje essa é a questão mais difícil, pois para recuperarem sua autonomia as mulheres precisam trabalhar e no município não há políticas efetivas que facilitem sua inclusão. No máximo que as políticas públicas oferecem são cursos de profissionalização que muitas vezes

exigem uma habilidade e nível de escolaridade que elas não têm, ou que às vezes não a estimulam.

A maioria das mulheres abrigadas aqui não possuem qualificação profissional, nem escolaridade que permitam competir no mercado de trabalho para melhor emprego; as experiências que trazem é do trabalho doméstico e renda que possuem advém dos programas assistenciais, tipo Bolsa Família, no máximo R\$140,00 reais por mês.

Também, por terem permanecido muito tempo numa situação de violência, tendem ao isolamento, muito adoecidas e também passam com os filhos todos esses problemas.

Só depois de algum tempo, aqui no Abrigo, que essas mulheres conseguem perceber a necessidade de darem um salto. E apesar de trazerem todas essas características que as limitam, elas conseguem viu! De uma forma ou de outra conseguem reverter a lógica da dominação e expandir para o campo das habilidades que estavam adormecidas. (Gleizer Mirtes de Souza, gerente da Casa Abrigo Sempre Viva. Depoimento verbal em 22/11/2010).

Tomando como premissa que as mulheres para serem desligadas do Abrigo precisam estar em uma posição de maior autonomia, esta questão é hoje um grande desafio tanto para elas, como para a equipe técnica do Abrigo, que se veem muitas vezes sem recursos efetivos para desligar as famílias com razoável segurança.

De acordo com Mariella Mazzotti, a ampliação da cidadania das mulheres e a promoção de seu exercício ativo requerem o fortalecimento da autonomia como uma dimensão que as define como sujeitos de direitos. A autonomia representa uma dimensão complexa e sua aquisição implica o desenvolvimento de processos de transformação em vários níveis, os quais são identificados

quatro níveis de autonomia foram proposta pelo Escritório de Cooperação do governo da Holanda, em 1997: a *autonomia física*, que implica o autocontrole da sexualidade e da fertilidade; a *autonomia econômica*, sustentada no acesso e controle dos meios de produção; a *autonomia política*, que implica o acesso das mulheres a direitos políticos básicos e a *autonomia sociocultural*, que é a afirmação da identidade das mulheres, no desenvolvimento de sua auto-estima e da possibilidade de contar com organizações próprias. (MAZZOTTI, 2003 p.114).

Na perspectiva de Mazzotti (2003), esses níveis deverão ser levados em conta de maneira articulada, até porque a dimensão da autonomia econômica, por trazer elementos inovadores nas capacidades individuais, vai favorecer o resgate da autonomia pessoal.

Ainda conforme a entrevistada Gleizer Mirtes, a falta de trabalho é um fator gerador de demora do desligamento da Casa:

na verdade, apesar de teoricamente o tempo de abrigamento ser de três meses, há famílias que ficam mais de cinco meses; já teve uma família que ficou aqui nove meses, até estarem em condições favoráveis para serem desligadas. Um dos fatores

que mais impedem o rompimento da situação de abrigamento é a falta de trabalho remunerado, a outra é a falta de apoio da família, e uma ainda é a falta de referência familiar. (Gerente da Casa Abrigo Sempre Viva. Depoimento verbal em 22/11/2010).

E o que informam essas mulheres acerca de suas condições? Como avançar nas políticas públicas de gênero se não houver uma tentativa de compreender seus fundamentos por intermédio das próprias pessoas?

5 O SIGNIFICADO DO TRABALHO REMUNERADO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Considerando que esta dissertação tem como objetivo principal identificar os significados do trabalho remunerado para mulheres em situação de violência conjugal, foram analisados os discursos de dez mulheres que passaram pela experiência do abrigo em uma instituição de âmbito público municipal e especializada para esse tipo de atendimento: a Casa Abrigo Sempre Viva.

Partindo das considerações metodológicas já apontadas na primeira seção desta pesquisa, cabe agora reiterá-las, afim de que se possa justificar nossa abordagem metodológica, tendo em vista o tipo de análise realizada nesta pesquisa, na qual foi priorizando o uso de método qualitativo. Isso significa que, na nossa análise, buscamos observar, conforme Minayo (1998, p.22), o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos”.

Nesse percurso de exploração dos sentidos e percepções que as mulheres atribuíam às suas experiências, foi notória a dificuldade de se trabalhar com o conteúdo da violência, seja ela explícita, seja implícita que, frequentemente, a própria entrevistada não reconhece ou mal vislumbra. Na própria formulação de determinadas perguntas, a entrevistadora já sentia essa dificuldade de lidar com tais conteúdos que remetem para o mundo da intimidade, dos sentimentos, do que se convencionou nomear como privado. Heilborn (1992, p. 128) sugere que a inquirição propicia um estado de fragilidade, “versando sobre privacidade e afetos, temas tratados em um encontro face a face, a inquirição propicia um estado confessional que frequentemente induz a uma sorte de vulnerabilidade da parte dos entrevistados”.

Levando em consideração esta dinâmica, foi utilizada como principal técnica desta pesquisa a entrevista individual, semi-estruturada e, apesar do uso de um roteiro pré-estabelecido (ver APÊNDICE), optou-se diante de cada narrativa as possibilidades da entrevistada estender-se ou não a respeito de determinado fato. Dessa forma, foi priorizada a pesquisa tipo relato de vida, sobre a qual Isabelle Guérin observa que permite restituir a dimensão ao mesmo tempo dinâmica e social das práticas dos indivíduos:

o relato de vida não se aproxima em nenhum caso de um relato completo, no qual o pesquisador nos faria voltar a sua mais tenra infância para nos entregar integralmente seu percurso pessoal. O relato tem a vantagem apreciável de dissecar

em uma dimensão temporal a articulação concreta entre os diferentes domínios da existência – o emprego, a família, as relações extrafamiliares. Uma outra qualidade desse tipo de procedimento reside no caráter dinâmico das informações recolhidas. (GUÉRIN, 2005, p. 90).

Somando a esta perspectiva, vinculou-se a prática de uma postura de muito cuidado com a entrevistada, tendo em vista o que Smigay (2000, p. 151) chama atenção: “O gravador pode ser aterrorizante para alguns. Mas, sobretudo, o desnudar-se pode (e frequentemente é) aterrorizante para o entrevistado, sobretudo em uma cultura que valoriza e incentiva o silenciar sobre a intimidade, sobre o pessoal, que culpabiliza e responsabiliza a própria vítima pela violência sofrida”.

Logo na primeira entrevista, percebeu-se a fragilidade desse “desnudar-se” e, dessa feita, foi adotado, como estratégia, sempre ouvir e quase nunca intervir, apenas pontuar, sugerir brevemente uma direção, mas, sobretudo, acompanhar os depoimentos, pois, afinal, cada entrevistada manifestou sua lógica pessoal. Um ir e vir com muitas repetições, sobretudo o que ficou mais evidente dentro das “explosões de sentimentos” foram as marcas no corpo, entre outras formas de mutilações que se repetiam nas falas e no apontamento dos locais onde ficaram cravadas as marcas das feridas.

Por essas razões, a metodologia utilizada, por apresentar certa flexibilidade, permitiu a emergência de variadas experiências e vivências, que por meio da busca de certa uniformidade, a fim de permitir às análises posteriores, foram, enfim, encontrando caminhos. Sendo assim, a nossa proposta metodológica foi no sentido de tornar possível a captura das diferentes dimensões dos significados do trabalho para essas mulheres, tendo em vista os lugares simbólicos onde se inscrevem as construções dos gêneros masculino e feminino, sobretudo no âmbito da conjugalidade.

Desde a infância até a vida adulta, com suas propostas, escolhas e experiências pessoais, o modo como foram compondo o registro de suas vidas, os encontros e desencontros, os conflitos e as percepções já alcançadas sobre a violência que sofreram entre outras tantas. Tudo isso me convenceu mais uma vez que, a escuta não é passiva e a cada narrativa surgia uma emoção ligada aos novos aportes teóricos, dos quais me apropriei antes mesmo de iniciar esta jornada, pois, naquele momento não era mais uma técnica que estava em atendimento e sim uma pesquisadora que, em prol de suas investigações, estava com uma escuta voltada para uma outra finalidade.

5.1 O acesso às entrevistadas

Das 10 mulheres entrevistadas, entre o período de agosto a novembro de 2010, cinco ainda se encontravam abrigadas no momento das entrevistas na Casa Abrigo Sempre Viva e as outras cinco eram egressas desta Instituição. Esses dois conjuntos de entrevistadas têm em comum a experiência de abrigamento por violência conjugal. Por se tratar de uma entrevista na qual assuntos de natureza pessoal foram tratados, todas as entrevistadas tiveram seu nome preservado, recebendo um codinome para a análise das entrevistas.

Como já foi explicitado, as entrevistas com abrigadas só foram realizadas após concordância das mesmas, bem como agendamento prévio (dia e horário, conforme a disponibilidade da mulher), feito pelo setor administrativo da Casa Abrigo, que se incumbiu, também, de arcar com os cuidados das crianças acima de dois anos, durante o momento da entrevista.

Quanto às egressas, observa-se que de modo geral o contato com as mesmas não é fácil, pois na tentativa de distanciar do agressor, ou mesmo da família estendida desse, elas não retornam mais para os locais onde moravam antes de serem abrigadas e, estando instaladas, caso o agressor as encontre, elas também se mudam. Também como as questões de moradia é um dificultador, elas sempre estão em busca de lugares mais facilitadores, seja para perto do novo emprego, ou para perto das escolas dos filhos, ou mesmo por causa dos custos de aluguel.

Dessa maneira, após identificá-las, as entrevistas foram agendadas previamente por mim, e a seleção levou em consideração a disponibilidade, o vínculo que ainda guardam com a Instituição (por estarem buscando atendimento no Benvinda, mesmo de forma eventual), a credibilidade que renderam a esta pesquisa e principalmente ao desejo manifestado em participar.

No momento da entrevista foi explicado o motivo de minha presença e as razões do meu interesse na entrevista e confirmamos mais uma vez se elas concordavam mesmo em serem entrevistadas, e também se a entrevista poderia ser gravada. Cada entrevista durou em média 90 minutos e no caso das mulheres abrigadas com filhos em idade de amamentação, houve intervalos.

Ao serem entrevistadas, foi perceptível o medo das mulheres abrigadas em externarem seus conflitos: o drama vivido não deveria ser mostrado para outras pessoas e os motivos são muitos: o temor da possibilidade de serem reconhecidas pelo agressor e esse vir a descobrir seu paradeiro, bem como das suas crianças, a vergonha de estarem passando por aquela

situação, pela culpa de não terem conseguido manter harmoniosa a família pois, afinal, foram várias “as tentativas” que fizeram nesse sentido.

Já com as egressas, ao contrário, foi percebido claramente o prazer de estarem relatando o ocorrido, se sentiam como se fossem sobreviventes ao conseguirem romper com a violência em suas vidas. Para elas, a emoção de repassar o drama vivido, suas experiências, a coragem que tiveram entre outros sentimentos, se sustentavam na possibilidade de servirem como exemplos, para que outras mulheres não precisassem passar pela mesma situação. O uso do termo “sobrevivente” reporta à observação de Suely de Souza de Almeida sobre mulheres que vivenciaram situações de violência conjugal:

no contexto da violência doméstica, sobrevivente designa o sujeito que foi capaz de reunir forças para lutar contra intensas e multidimensionais condições de opressão, expressas, diretamente, através das relações de gênero processadas em contextos familiares (em sua dimensão crônica) e, indiretamente, por meio de constrangimentos e limites institucionais, gerados e impostos a partir de um campo de forças determinados. (ALMEIDA, 1998, p. 10).

Duas das entrevistadas egressas chegaram a declarar ter um sonho de um dia poder lançar um livro para relatar suas vidas, e uma delas contou, então, que já escreveu dois capítulos e que foi esse desejo que a fez retornar aos estudos, comprar computador e aprender a manuseá-lo.

5.2 Características gerais das mulheres entrevistadas

Continua

CARACTERÍSTICAS	ABRIGADAS	EGRESSAS
IDADE		
20-30	2	1
30-40	2	1
40-50	1	3
COR/RAÇA		
Negra	2	1
Parda	3	1
Branca	0	3
Nº DE FILHOS/AS		
Dois Filhos/As	2	1
Três Filhos/As	1	1
Quatro Filhos/As	1	3
Cinco Filhos/As	1	0

ESCOLARIDADE		
Ensino Fundamental	4	1
Ensino Médio	1	4
OCUPAÇÃO/ATIVIDADE		
Não Trabalhava Fora de Casa	3	3
Doméstica eventual sem Carteira	2	2
ABRIGAMENTO		
Serviços Gerais (Com Carteira)	-	2
Escritório	-	1
Artesanato	-	2

QUADRO 2: Características gerais das mulheres entrevistadas

FONTE: Entrevistas realizadas com mulheres egressas e abrigadas, entre os meses de agosto a outubro de 2010.

Quanto à renda e à propriedade da casa, todas as mulheres atualmente abrigadas são beneficiárias do Bolsa Família e até o momento, contavam com esta alternativa para sobreviver, sendo que só duas delas faziam faxinas eventuais (ganhando entre R\$30,00 a R\$50,00 por faxina) e apenas uma delas tinha casa própria. As egressas possuem renda mensal mínima de R\$ 550,00 e máxima de R\$ 1.400,00, todas possuem casa própria e são as principais responsáveis pelo lar.

5.3 Os relatos das mulheres abrigadas

Os depoimentos que obtivemos fazem referências aos conflitos vividos por elas e permitiram recuperar, de certa forma, histórias de violência e de superação que talvez jamais seriam escritas. Também, a partir das análises da fala das mulheres entrevistadas, foi possível a compreensão do significado que elas atribuem ao trabalho remunerado. Ao aprofundarmos nesses temas, esperamos contribuir para a prevenção, enfrentamento e a superação da violência conjugal.

A primeira entrevistada entre as abrigadas foi Dália (codinome escolhido pela própria), que tinha 29 anos na época da entrevista. Ela se autodeclarou negra e que estudou até à 3ª série, tendo sempre trabalhado como faxineira. Ela está na CASV há 21 dias, com seus três filhos e, no momento da entrevista, estava grávida de sete meses e meio, preparando-se para dar a luz ao seu quarto filho.

Dália relata que desde pequena foi criada com outras famílias: “cada dia estava num lugar”; não sabe do seu pai nem da sua mãe, é natural de São Paulo, diz não ter muito o que lembrar de sua vida ou infância, a não ser o fato de que começou a trabalhar muito cedo com

serviços domésticos sem remuneração e que também não frequentou regularmente a escola e não sabe se tem irmãos. Quando tinha 20 anos, conheceu um rapaz que estava em São Paulo de passagem, ele era de Minas Gerais e convidou-a para vir com ele, ela diz ter topado o convite de imediato, mas, por motivos que Dália não quis comentar, eles romperam o relacionamento e ela ficou com um filho dele. Hoje, não sabe do paradeiro dele e também não quer saber de “nada dele”.

Trabalhando como doméstica, voltou a estudar numa escola em Vespasiano e lá conheceu seu último companheiro, todos dois cursando a 3ª série e ele com 28 anos. Foram então morar juntos e durante 08 anos assim permaneceram. Nesse período, ela teve mais dois filhos, tendo então de parar de trabalhar para cuidar das crianças, pois, “o mais velho nasceu muito doente”. Como já relatado, está atualmente grávida. Durante a entrevista, perguntamos se ela sabia qual o sexo da criança, ela então respondeu: “eu não sei, pois, quando no momento do ultrassom, o meu marido começou a brigar com o médico, o médico então não me informou nada e eu também não perguntei, mas eu acho que é um menino, estou torcendo para ser menino.” (Dália, 29 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

O motivo de estar abrigada, seu companheiro era muito agressivo e ela como não tinha para onde ir e nem informação de seus familiares ou amigas/os, e estando correndo risco de vida foi encaminhada para a CASV.

Com um mês e meio ele começou a me agredir; aí, depois de lá para cá, ele começou a mexer com bebida, não sei se com drogas, mas ele ficava doido. Então, a gente começou a ficar separados e depois decidia voltar e assim foi. Eu sempre achava que ele ia melhorar, sempre tinha esperanças e assim foi indo. Ficou assim uns quatro ou cinco anos, mas nos últimos anos as agressões aumentaram, pois ele começou a agredir meus filhos. (...) punha as crianças debaixo da chuva, jogava a comida no chão e fazia a gente comer, falava que a gente era que nem porco. (...) até que começou a falar que eu estava tendo um caso com o assistente social, que foi lá em casa entregar a cesta básica. Ele ficou furioso, começou a me bater, eu grávida, ele me chutava e me estuprou. (...) isso acontecia direto e ele sempre me pedia desculpas e eu aceitava, mas, nesse dia 30 de setembro eu resolvi a fugir, até porque ele jurou vingança de morte, não sei até hoje porque; no outro dia de manhã quando eu já estava melhor, eu fugi de casa, eu peguei a bolsa com os documentos, as crianças e fui procurar ajuda. (Dália, 29 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Dália relata uma convivência de oito anos, na qual o ciclo da violência se interpõe cronicamente; assim como Dália, todas as entrevistadas, sem exceção, descrevem as várias tentativas de idas e voltas. É claro que os contextos são diferentes, mas o que há em comum entre eles está no fato de as brigas tornarem-se cada vez mais violentas. Contudo, é importante

lembrar, conforme já apresentamos em discussão anterior, o círculo da violência que avança em suas fases de forma cada vez mais agudas, compondo-se de um processo que segue um ciclo composto por três fases: a tensão no relacionamento, a explosão da violência e a fase da reconciliação.

Conforme Saffiot (1999), Smigay (2000) e Bárbara Soares (2005) observam o ciclo da violência conjugal, caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, isto é, pela sua repetição sucessiva ao longo de meses ou anos, podendo ser cada vez menores as fases da tensão e de apaziguamento e cada vez maior e mais intensa a fase do ataque violento. Em situações limites, o culminar desses episódios poderá ser o homicídio, por isso, faz-se necessário a identificação desse ciclo, a fim de impedir sua continuidade e prevenir maiores danos. Entretanto, na opinião de Welzer-Lang (2004), as mulheres em situação de violência conjugal dificilmente fazem essa leitura, por não compreenderem os efeitos das relações sociais de sexo nas representações e práticas masculinas, como pode ser exemplificado pelo caso de Alice.

A entrevistada Alice tem 19 anos, estudou até à 6ª série e nunca desenvolveu outras atividades que não fossem trabalhos domésticos com remuneração. Ela tem dois filhos, uma menina de 02 anos e um menino de 08 meses e estão no Abrigo há 02 meses. Conta que aos quatro anos sua mãe a deu para uma outra família, pois “não tinha condições de criar mais filhos”. Nesta família, Alice não podia estudar, pois todo o serviço de casa era realizado por ela. cursou as séries obrigatórias com muita dificuldade, pois não “tinha cabeça para estudar”, foi abusada desde pequena e “apanhava muito, de todos da casa”. Cansada dos espancamentos voltou para a casa da mãe com 10 anos e lá encontrou uma família totalmente diferente e que não a identificava como membro familiar; novamente, “apanhava de todos da casa”, nesse momento mostra as marcas mais visíveis pelo corpo: pernas, braços, mãos, rosto.

Conheceu seu companheiro aos quatorze anos num jogo de futebol, em um campinho próximo à sua casa, ele tinha 40 anos e trabalhava como acabador. Contou então para a mãe, que queria morar com ele e a mãe permitiu. Alice desejava mesmo era sair de casa e ter sua própria família, dizia que estava muito cansada de apanhar, contudo “eu achava que era normal apanhar e quando eu fui morar com ele eu já comecei apanhar. Depois que eu tive minha primeira menina, logo assim tive de sair do emprego, e aí eu apanhei demais, eu e ela.” (Alice, 29 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 24/08/2010).

Segundo Alice, “ele era muito agressivo com a gente e eu só fui mesmo na delegacia, não porque eu queria, mas, porque meus vizinhos falavam que eu tinha de ir. Prá mim, aquilo

era normal ele sempre gostou de fazer sacanagens com a gente mesmo.” (Depoimento verbal em 24/08/2010).

Alice revela uma relação muito conflituosa, ela desqualifica os golpes recebidos ao defini-los como “sacanagens”, mas não violências. Na sua fala, transparece o que Daniel Welzer-Lang identificou “como duplo padrão assimétrico”, que “não só os homens violentos e as mulheres vítimas de violência não falam sempre da mesma coisa quando enunciam as violências, (...) o que me deixou perplexo é que os homens violentos sabem do que estão falando e podem enumerar mais violências que suas companheiras.” (WELZER-LANG, 2004, p.114).

Karin Smigay relata:

os homens depois de bater, pedem desculpas, se justificando e prometendo não recomeçar, colocando em ação o conhecido ciclo da violência. Para obter o perdão, acionam figuras do masculino – são irresponsáveis, incriminam a perda de controle, a raiva momentânea e explosiva, o álcool. As mulheres, diante desses argumentos, não deixam de sentir dor, nem medo da repetição; mas uma dificuldade em entender o sentido mesmo da violência, e sem poder explicar sua origem, adotam o discurso de perda de controle do companheiro e passam a viver em estado de alerta, com permanente incerteza estruturando a relação nessa direção. (SMIGAY, 2000, p.111).

No caso de Alice, foi possível romper a relação por causa da intervenção dos vizinhos, mas, há casos que se a mulher é mantida em cárcere privado isso dificulta a possibilidade de fuga como Dália o fez, ou de ser incentivada pelos vizinhos como aconteceu com Alice. Já Luana não teve tanta chance de fugir.

A próxima entrevistada Luana, tem 24 anos, estudou até à 8º série e nunca desenvolveu outras atividades que não fossem trabalhos domésticos não remunerados. Ela tem três filhos homens, fato que a torna muito feliz, pois acha que “mulher sofre muito”. Ela está na CASV há dois meses e meio com dois filhos: um de 1 ano e 08 meses e outro de 01 mês. O mais velho está no Pará com a avó paterna, que é mãe do primeiro companheiro de Luana, sobre o qual ela não quis falar a respeito. Natural do Estado do Pará e filha mais velha de uma família de seis irmãos, ela conta que a mãe e o pai sempre se desentenderam, fato que levou a mãe a fugir para Minas Gerais no ano de 1997, deixando os filhos separados em famílias e lugares diferentes.

Para Luana, a mãe não tinha alternativa, pois o pai a agredia, bem como a todos os irmãos, tanto com palavras quanto com ameaças de morte: “o dia em que minha mãe foi embora foi o pior dia da minha vida, mas meu pai colocou o facão no nosso pescoço e ela não

teve outra saída. Ela foi embora e a gente se separou, eu perdi o contato com todos meus irmãos e não sabia o que estava acontecendo.” (Depoimento verbal em 28/09/2010).

No caso da entrevistada, esta foi deixada aos dez anos num convento e a freira que a recebeu a encaminhou para uma família. Assim como ocorreu com Alice, nesta família ela teve de largar os estudos, porque os trabalhos da casa eram muitos, “eu trabalhava para comer, não tinha roupas, nem estudo, nem amigos, nunca brincava e quando chegava a época de Natal e as festas de final de ano, eu era trancada no quarto, porque a dona da casa ia com os filhos para as festas e nunca me deixou ir com ela.” (Luana, 24 anos, abrigada no CASV. Depoimento verbal em 28/09/2010). Lamenta também por não ter tido festa de aniversário, nem páscoa, nem dia das crianças. Ela também apanhava muito; se caso “as coisas não estivessem arrumadas de acordo, eu era castigada, vivia me dizendo que eu era uma pessoa desonrada, que eu era um encosto na vida dela...” (Luana, 24 anos, abrigada no CASV. Depoimento verbal em 28/09/2010).

Aos 16 anos, um dia depois de ter sido espancada, fugiu dessa casa e foi para uma outra e depois outra. Por fim, trabalhou em várias casas até que um dia descobriu o paradeiro da mãe que estava em Minas Gerais. Chegando a Minas, ela foi morar com a mãe no município de Sabará, onde conheceu seu companheiro e foi morar com ele. Diz que a mãe a aconselhou muito para não ir, queria que Luana estudasse, trabalhasse e que pudesse melhorar de vida e que quando voltasse ao Pará, voltasse diferente, mas, Luana “estava apaixonada”.

Seu companheiro com 37 anos e administrador de empresa “me prometeu que íamos ser muito felizes, (...) vivi com ele a mesma situação que eu vivi com minha família, (...) eu apanhava muito, eu não podia trabalhar, até por causa das crianças, e também nem conversar com ninguém, (...) eu não tinha direito de viver nem de respirar, pois ele fechou todas as janelas do lado de fora e eu só via a luz quando ele abria a porta.” (Luana, 24 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 28/09/2010).

Luana tem muito medo que o ex-companheiro venha descobrir seu paradeiro e diz que depois de muito tempo, sente-se livre e esta sensação “é tão bom, eu poder dormir com sossego, falar com as pessoas, ver meus filhos felizes, era prá gente tá tudo morto agora... imagina... se não fosse os traficantes que arrombaram a minha casa eu não sei não.” (24 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal 28/09/2010).

Conta que se aproveitava das saídas do companheiro para pedir socorro, mas, ninguém a ajudava porque “tinham medo dele”. Um dia, pediu socorro e os traficantes que ficavam na rua resolveram ajudá-la, impondo-lhe a condição de nunca mais voltar. Ela aceitou e eles então “quebraram os cadeados que ficavam do lado de fora da porta e das janelas”. Vivia

isolada de qualquer tipo de contato, “nem chegar da janela eu podia, comecei a ficar muito doente, pois além de não ter o que comer eu só ficava deitada, (...) nem televisão, nem rádio, nem celular, nada eu tinha.” (Luana, 24 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 28/09/2010).

Conforme Saffiot (2004), o isolamento, muitas vezes, é parte da própria estratégia de violência e torna-se relevante quando a violência se cronifica na relação. Estabelece-se um rompimento dos vínculos afetivos e familiares, pouco ou nenhum contato social, como no caso do cárcere privado, onde o impacto desta se estende também aos filhos, provocando adoecimentos, baixo rendimento escolar e outras manifestações de caráter mais agudo, como traumas, entre outros, que interferem no desenvolvimento pessoal e social. Também é importante considerar que, tanto o isolamento social e perda de vínculos afetivos, quanto as perdas materiais representadas principalmente pelo êxodo para fugir do agressor, acarretam a desarticulação dos recursos de suporte social anteriormente adquiridos. Derivados dessa realidade estão também a violência sexual e mais especificamente o estupro que se articulam com as diferentes contaminações na etiologia de doenças venéreas, e articulam-se com os agravos à saúde, decorrentes de gravidez indesejada.

Na medida em que a família é considerada como a principal instituição social de reprodução biológica e social e onde se estabelecem as normas para regular a afetividade, a sexualidade e toda a vida conjugal, a questão da violência conjugal situa-se no mundo privado, no espaço do cotidiano, do intrascendente, contraposto ao mundo público. Esse contexto proporciona à violência conjugal seu caráter de invisível. Conforme vimos, Bárbara Soares (2005, p. 27) destaca variadas razões para o não rompimento conjugal, mas, de acordo com a autora, o “maior de todos os riscos é justamente romper a relação”, essa questão se insere muitas vezes como um paradoxo, pois, o que pode ser ainda pior? A autora, então, remete ao fato das mulheres que são mortas, muitas vezes por tentar romper a relação e lembra que a violência e as ameaças contra a vida da mulher e dos filhos tornam-se mais intensas no período de separação. Ao ver que a mulher está disposta a sair da relação violenta, o agressor recorre a todo tipo de chantagens e ameaças, situação que o caso de Aparecida ilustra.

A entrevistada Aparecida (codinome escolhido pela própria) tem 45 anos, é negra, estudou até a 6ª série e sempre trabalhou como faxineira. Está na CASV há 13 dias com seus dois filhos menores. Aparecida não sabe dizer sobre o paradeiro de seus irmãos, só se lembra de que o pai era uma “boa pessoa, o maior amigo”, mas a mãe, segundo ela, era “super

violenta” e por esta razão, saiu de casa “muito nova”. Ela não quis comentar muito mais sobre sua infância.

Com seu primeiro companheiro, já falecido, teve dois filhos que já estão casados e “têm uma vida independente”. Eles ficaram juntos durante 15 anos, mas ele morreu em um acidente. Nessa relação, ela descreve uma divisão de trabalho doméstico não tradicional: “ele era um bom marido, nunca trabalhou fora, ele cuidava de tudo em casa, das compras, ensinava o dever de casa às crianças, médico, deixava tudo ajeitadinho e eu podia trabalhar tranqüila.” (Aparecida, 45 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Após oito anos de viuvez, conheceu um rapaz numa festa, ele com 25 anos na época e trabalhando como auxiliar de borracharia. Segunda a entrevistada, a relação aconteceu muito rapidamente “eu fiquei muito apaixonada; um dia ele foi dormir lá em casa e nunca mais saiu. Daquele dia em diante começou meus problemas.” (Aparecida, 45 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Conta que sempre trabalhou fora e manteve a casa. Ela tinha uma vida social ativa com muitas amigas e que seus dois filhos da primeira relação “nunca deram problemas”. Contudo, ao ficar grávida desse último companheiro, ela descreve que “não sei o que aconteceu, o que pode ter havido para eu ficar longe das minhas amigas, eu só sei que as coisas foram acontecendo e a cada dia eu sentia mais medo dele.” (Aparecida, 45 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Depois da segunda gravidez, Aparecida teve de parar de trabalhar e “ele tomou meus dois celulares, não deixava ninguém ir lá em casa e eu morria de vergonha disso estar acontecendo comigo, logo comigo” (choro e comoção). Aparecida se sentia muito angustiada mas, ao mesmo tempo, a esperança dele um dia mudar foi se acabando, devido às “muitas humilhações que passei, o medo, a vergonha”.

De acordo com Aparecida, a vergonha estava no fato de que “depois de estar com a vida toda arrumada” o que as pessoas podiam pensar, a quem recorrer se ela era independente e sempre se responsabilizou pelo lar e como agora estava completamente dependente do parceiro; esta questão a deixava atordoada. Um dia em que apanhou muito ele a levou ao Hospital de Pronto Socorro e então ela decidiu que ia contar para a assistente social, ou para o guarda ou para o médico “mas como ele estava junto e tinha uma arma de fogo”, ela ficou com medo. Na saída, ela, então, aproveitou-se que ele ia pegar uns remédios e foi confidenciar o fato aos dois vigilantes de plantão “eles então começaram a rir de mim e me disseram que em briga de marido e mulher, ninguém metia a colher”. Tão logo voltou para casa Aparecida, ao ver que não podia contar com ajuda de outras pessoas, foi então

construindo sua fuga, pois não queria perder seus pertences “conquistados durante anos com muito suor.” (Aparecida, 45 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Fica claro que o processo de isolamento social é agravado pela falta de preparo dos profissionais pertencentes às instituições do sistema de saúde, deles não serem treinados para identificar e lidar com situações de violência doméstica. Talvez, se os profissionais a quem Aparecida recorreu fossem sensibilizados para as questões de violência e se médicos, enfermeiras e assistentes sociais fossem treinados para fazer perguntas chaves durante o atendimento (longe da presença do companheiro), mulheres como Aparecida poderiam passar por menos constrangimentos e correr menos riscos para ser atendidas. Por ser um fenômeno complexo, a violência conjugal demanda uma qualificação maior dos profissionais, o que também fica claro no caso de Aline.

A entrevistada Aline está no abrigo há três meses, tem 34 anos e 2º grau completo. Conta que sua família sempre foi “tranquila e nunca tivemos problemas com agressão ou bebida em casa. Meu pai era um homem honesto e bom, mas faleceu muito cedo e minha mãe então assumiu eu e meu irmão sozinha, ela trabalhava como doméstica e nunca deixou a gente sem amparo, (...) tudo era a minha mãe que me ajudava.” (Depoimento verbal em 16/08/2010).

Casou-se com 21 anos e seu marido com 28 (ele só estudou até a sexta série) e ficaram casados durante 14 anos. Ele foi o primeiro namorado de Aline, e namoraram durante 03 anos antes de se casarem. Ele trabalhava fazendo lanternagem e pintura de carro com oficina própria. Ela já o conhecia do próprio bairro e segundo ela, desde o namoro, combinavam tudo que iam fazer, inclusive como seria o casamento, o número de filhos/as e até a casa própria foi construída, com propósito de ter um grande quintal para as crianças.

Ela trabalhava como operadora de caixa na época em que se casou, e continuou trabalhando 4 anos e meio após se casar, até engravidar do primeiro filho. Foi quando deixou o emprego para tomar conta do bebê. Para ela, essa situação de desemprego e dependência foi quando se deram início as brigas e a violência. Contudo, Aline conta que nunca deixou totalmente de trabalhar, fazendo salgados e doces para festas, pois com três crianças era impossível pensar em trabalho fora de casa.

Ela descobriu que o marido era violento na época do nascimento de seu primeiro filho e tentou reagir, desde o início, às agressões, recorrendo ao apoio legal.

Quando ele me deu o primeiro soco, fiquei alerta e descobri com quem eu estava casada: então, eu fui à Delegacia e fiz o Boletim de Ocorrência várias vezes e pedi

ajuda, falava que tinha certeza que ele ia me matar” (...) Entrei então com um pedido de separação e lá com as medidas protetivas, no Fórum me falaram do Processo de Conciliação e a advogada dele usou como argumento a minha falta de condições financeiras para cuidar de meus filhos; ela me constrangeu, dizendo que eu podia perder os meninos, foi então que eu voltei (...). Olha, quando eu voltei tudo piorou, a violência foi absurda. Eu acho que as advogadas deveriam ser mais preparadas para trabalharem com a violência. (Aline, 34 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 16/08/2010).

Após esse episódio, Aline também permaneceu em cárcere privado durante um ano e quatro meses e só se libertou dessa situação porque a professora de seu filho mais velho “começou a desconfiar pelas atitudes do menino em sala” e comprou um celular que deu para a criança entregar para a mãe, às escondidas. A professora colocava crédito para conversar com Aline e também enviava alimentos. Foi assim, graças a essa intervenção que ela pode construir sua fuga e ir para o Benvinda e de lá para a Casa Abrigo.

A família de Aline tentava intervir, mas, o marido ameaçava matar seu único irmão; logo, tanto Aline quanto sua mãe escondia a situação, por medo de vingança.

Aline é revoltada com o atendimento que passou no Fórum e não se conforma de ter corrido tantos riscos com as crianças. Ela conta as torturas pelas quais ela e as crianças passaram, narrando sua história num misto de raiva, medo e dor como se a tivesse revivendo novamente.

Quando ele chegava da rua, ele fazia meu filho mais velho levantar da cama, mandava o menino tirar as roupas, ligava a mangueira e mandava água fria nele. Eu muitas vezes tomei banho no lugar dele e é horrível, também fiquei na chuva forte com relâmpagos, de dia de madrugada, ele não escolhia hora. Ele fazia isso com a gente e ficava bem assistindo. Ele era tão maldoso que ele mesmo me dava o telefone para ligar para minha mãe e ficava por perto, ia ditando tudo para eu falar. (Aline, 34 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 16/08/2010).

Contudo diz estar feliz, pois se sente “livre e viva” agora, com a oportunidade de construir uma nova história. (Aline, 34 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 16/08/2010).

A dependência financeira do parceiro, provocada pelo abandono do emprego é um ponto em comum nas histórias dessas cinco mulheres, aparecendo sempre como um fator agravador (ou mesmo iniciador) da violência conjugal. Todas elas declararam explicitamente ter, na época do nascimento de seus filhos, de ser obrigadas a parar de trabalhar de forma remunerada para cuidar dos filhos. Justificam a decisão tomada considerando que seus companheiros estavam empregados naquele momento e “as crianças precisavam de cuidados”

(Aline, 34 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 16/08/2010). Mas em geral, a experiência de parar de trabalhar não foi positiva e afetou negativamente suas vidas no sentido de torná-las alvos fáceis de violência por parte dos parceiros.

É claramente perceptível em seus discursos que o processo de socialização de gênero que vivenciaram, naturalizou as formas de dominação masculina e de submissão da mulher, na medida em que atribuem somente às mulheres o papel social de responsáveis pelos cuidados dispensados à prole, ao cônjuge e a casa. O rompimento com o vínculo empregatício, muitas vezes, tem como catalizador a falta de alternativas que possam conciliar as duas tarefas: o trabalho doméstico exercido no âmbito doméstico e que se expandiu com o nascimento dos filhos e o trabalho remunerado. Como vimos, após terem rompido o vínculo com o trabalho remunerado, todas as cinco mulheres entrevistadas relatam que passaram por uma angustiante experiência de submissão e violências. Conseguem, então, descrever o começo das crises conjugais a partir desse episódio e deixam transparecer os desdobramentos advindos, tais como seu afastamento com a rede de relacionamentos, os familiares e amigos, os constantes adoecimentos, as crises de medo e insegurança aliados à falta de recursos financeiros, fatos que, segundo elas, as deixavam cada vez mais reféns da própria situação. Logo, creditam ao trabalho remunerado a chance de (re)construção da autonomia, o fortalecimento de sua identidade para além das funções de mãe e esposa, bem como a possibilidade de resgatar uma vida nova, livre de violência.

No discurso de Dália fica evidenciada essa valorização do trabalho.

Quando sair daqui vou começar a trabalhar de novo e dar uma vida melhor para meus filhos, o trabalho liberta a gente, (...) porque por um lado eu fico pensando, se eu tivesse trabalhando, eu não ia ser tão submissa, não ia ser espancada, ele não ia me dominar tanto né, (...) mulher quando fica submissa a homem dentro de casa, não está trabalhando, ela vira um lixo, (...) pode até ter mulher que não trabalha e não apanha, mas como eu estou te falando, no meu caso eu tenho certeza que eu apanhei dele e passei por tantas humilhações porque estava dependente dele e meus filhos também. (Dália, 29 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Na perspectiva de Dália, a dependência econômica foi o fator para desencadear os desentendimentos conjugais, ela entende que se estivesse trabalhando não teria passado pelo que passou; para ela o trabalho é seu “*libertador*”. Mesmo quando a perspectiva de inserção profissional não chega a ser qualificada, ainda assim traz esperanças de mudança, como declarou Alice: “Eu gosto de trabalhar como doméstica, sempre foi assim, (...) eu quero ser

doméstica de novo e poder cuidar dos meus filhos, sou doméstica desde pequena, mas agora quero ter carteira assinada.” (Alice, 19 anos. Depoimento verbal em 24/08/2010).

Do mesmo modo que Alice foi doméstica desde pequena, Dália sempre o foi e também Luana, que foi entregue à uma família aos dez anos para ser doméstica sem remuneração, assim como Aparecida que começou “cedo na lida”. Todas elas nos contam a relação do trabalho infantil, pobreza e da baixa escolaridade com o trabalho doméstico. Essas mulheres nos informam, na expressão de Luana, que trabalhavam “para comer e não morrer de fome”. A história de pobreza dessas famílias vai tecendo uma rede, na qual a exclusão e as poucas oportunidades impõem certa inibição das chances futuras dessas mulheres; elas recomeçam sempre, como Luana, “de uma casa para outra... e para outra...”. Também reitera a subordinação aos papéis de gênero, já que, culturalmente, as tarefas domésticas são “naturalmente” realizadas pela mulher.

O trabalho infantil doméstico, realizado majoritariamente por crianças e jovens do sexo feminino, é, em larga medida, invisível: por ser realizado no âmbito da residência, onde não é possível uma fiscalização sistemática, ele expõe o/a trabalhador/a uma série de injustiças, desde a baixa remuneração e longas jornadas de trabalho até as mais críticas desde abusos sexuais e atos de violência.

Contudo, o mesmo tipo de trabalho, que na infância roubou dessas quatro mulheres a oportunidade de estudar e obter outro tipo de qualificação, torna-se, na atualidade, sua única oportunidade para construção de certa autonomia financeira. Contudo, quando Luana vislumbra para ela e os filhos um outro tipo de futuro, ela lança mão do trabalho doméstico para tal: “vou voltar para o Pará diferente, estou fazendo curso de manicure e chegando lá eu vou trabalhar com isso, (...) minha mãe sempre me falava: ‘o meu melhor marido é o meu emprego’, hoje eu sei do que ela estava falando.” (Luana, 24 anos Depoimento verbal em 28/09/2010).

O trabalho como fator principal para obtenção da sua independência aparece claramente nas palavras de Aparecida, 45 anos, abrigada na CASV, que diz: “sempre confiei no trabalho, tudo que consegui devo ao meu suor, e vou conseguir de novo a tomar conta de mim como sempre fiz.” (Depoimento verbal em 21/10/2010). Para ela o resgate ao trabalho lhe trará a possibilidade de cuidar de si mesma novamente, ela se consola com essa esperança de reconquistar parte do que perdeu por meio do trabalho. Pois, em situação de abrigo, como vimos, pode ocorrer perda de alguns bens conquistados, devido à ausência da mulher no domicílio.

Aline foi a única das abrigadas que tinha algum outro tipo de formação profissional e, no seu depoimento, menciona os desafios a superar: “agora estou atualizando meu currículo, perdi muito tempo e para assumir as despesas da casa e de meus filhos, preciso correr, (...) o mais importante agora é conseguir meu emprego e não olhar para trás.” (Depoimento verbal em 16/08/2010).

Assim como Aline, todas as abrigadas manifestam esta perspectiva, o trabalho como a possibilidade de trazer um futuro mais promissor, no qual elas poderão ter suficiência própria para as provisões. Ao mesmo tempo, também estão cientes da outra face desse mesmo processo, as novas exigências colocadas para as trabalhadoras, como maior nível de escolarização, alternativas para profissionalização e a importância da regularização trabalhista.

Nesta perspectiva Segnini (2000, p. 50) relata “as mulheres que deixaram de trabalhar para cuidar de seus filhos enfrentam muitas dificuldades para voltarem ao mercado de trabalho, em qualquer nível de escolaridade e em qualquer idade”.

Na narrativa dessas mulheres fica claro que sempre pertenceram a grupos sociais, famílias, relações de vizinhança que reafirmam espaços fragilizados, nos quais, para muitas, o passado teceu em torno delas as malhas da vulnerabilidade, pobreza, desemprego, da informalidade, dos recorrentes trabalhos temporários em meio à violência conjugal. No entanto, agora, vislumbram a possibilidade de construir estratégias para continuar elaborando formas de resistências às dificuldades vividas, numa sociedade que não engendrou politicamente suportes sociais que pudessem apoiar essas mulheres e suas famílias na situação descrita.

Nesse sentido, o que esta análise traz de mais relevante, é a possibilidade de que essas observações possam fornecer elementos para o desenvolvimento de outros estudos, estratégias políticas que revertam o quadro das desigualdades de gênero e possam propor politicamente, alternativas em âmbito socioeconômico e cultural, que favoreçam o resgate da autonomia das mulheres.

5.4 Os relatos das mulheres egressas

Val esteve abrigada no ano de 1997 e permaneceu no Abrigo por mais de um ano com seus seis filhos. A principal memória que traz das condições em que vivia quando chegou ao Abrigo é bastante dramática.

Quando eu fui para o Abrigo, eu estava muito doente e meu mais novo tinha dois meses, eu achava que estava condenada e fracassada, com tantos filhos e doente, sem ninguém (...) não sinto vergonha de falar que eu e meus filhos éramos mendigos, catava lixo e comia tudo que estava na rua, Um dia uma assistente social da Igreja São José me viu toda cheia de hematomas; ela então atendeu a gente e nos encaminhou para a Delegacia e de lá eu fui para o Benvinda. (Val, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Em contraposição, Val relata que atualmente suas circunstâncias mudaram consideravelmente graças ao trabalho.

Hoje eu falo, se não fosse por minha força de vontade em arrumar um trabalho e ir cuidar da minha vida eu estava de novo passando dificuldades. Desde que eu saí do Abrigo eu consegui levar minha vida prá frente, eu fiz inscrição numa firma de faxina e sou fixada. Não trabalho mais em casa de família, porque nunca fui valorizada pelo meu trabalho. Hoje eu olho na geladeira e vejo comida, como o que quero, abro meu armário e vejo que tenho roupas e vejo meus filhos. Mas, olha, o mundo lá fora dá medo, o mundo lá fora é medonho (...) os fantasmas aparecem, pois a gente pensa na conta de água, luz, gás, na alimentação dos filhos, quem vai tomar conta deles (...) é muita coisa. (Val, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Para Val estar na situação atual é sinônimo de vitória, ela conseguiu romper com a situação de violência, diz reconhecê-la muito bem e consegue classificá-la: “eu sofri muita violência psicológica, desde criança, muita violência verbal também e as físicas eu nem te conto, quem sabe um dia...” (Egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Essas considerações feitas pela entrevistada remetem à observação de Welzer-Lang (2004), de que as mulheres vítimas de violência que passaram pela intervenção e conscientização feminista conseguem definir e qualificar a violência sofrida.

Val também descreve a conquista do trabalho como um “fantasma” que teria de ser superado “prá mim o principal fantasma é conseguir o emprego, depois a moradia, é aonde vem a fraqueza, porque parece que a gente não vai conseguir.” Depoimento verbal em 30/11/2010). Ela conseguiu o trabalho e esse lhe resgatou a identidade, sua autonomia, sente-se cidadã: “eu consegui ter meu nome de novo, olha eu posso comprar a crédito e tenho cartão”, também conseguiu adquirir uma casa “é pequena na verdade sabe, mas, é minha, lá entra quem eu quero.” (Depoimento verbal em 30/11/2010). Seu maior sonho agora é conhecer seu neto e depois se aposentar.

Assim como Val, também Cecília tem muitos sonhos, sonhos que vão se tornando realidade com o seu crescimento profissional e pessoal. Cecília chegou ao abrigo no ano de 1997 e permaneceu durante sete meses com seus dois filhos. Conta que sempre trabalhou

desde os 8 anos como babá, e a potencialidade que conquistou trabalhando foi sua “*grande herança*”, quando teve de parar de trabalhar por causa da maternidade “foi a pior coisa que aconteceu comigo.” (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

As lembranças que ela relata antes de estar abrigada são muito fortes, e entre tantas torturas pelas quais passou, chama atenção, especialmente, para uma que a comprometeu fisicamente e de forma definitiva.

Ele dizia que queria ter muitos filhos, então um dia, quando ele soube que eu estava com diu, ele queria arrancar o diu à força (...), ele então me amarrou e com a chave de fenda foi perfurando meu útero, (...) isso fez com que eu tivesse uma grande infecção e estava mesmo quase morrendo em casa. Até que ele então me levou para o hospital, ele achava que eu ia morrer lá, (...) pegou meus filhos e entregou para minha mãe, mas quando tive alta, a conselho de minha mãe, fui direto para a delegacia e aí de lá fui para o Benvinda, tudo escondido dele. (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Cecília conta que quando chegou ao Abrigo estava muito doente: “a impressão que tinha era de que eu estava voltando de uma guerra, (...) eu estava toda machucada e assim que cheguei fui novamente direto para o hospital e fiquei internada, (...)”, quando retornou do hospital (após nove dias internada) teve de fazer um longo tratamento e hoje um dos seus sonhos é de poder repor seus dentes por meio de implante. “Quero remover essa prótese e colocar tudo novinho.” (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Quando saiu do Abrigo, “fui morar com minha irmã e fiz vários cursos, pintura em tecido, cabelo (corte e penteado), manicure, sobrancelha, voltei aos estudos, (...) até hoje vou ao Abrigo arrumar os cabelos das mulheres, faço as unhas delas, sobrancelha, tudo voluntário, (...) como uma forma de pagamento pela minha vida recuperada lá.” (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Hoje ela tem um namorado e diz gostar muito dele, “ele é um homem bom”; Cecília trabalha numa firma e nos finais de semana abre seu salão de beleza que montou em sua casa, “as mulheres têm de ficar muito bonitas e serem felizes.” (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Com relação ao trabalho, destaca que:

eu só peço à Deus para continuar trabalhando para cuidar da minha família. O trabalho é fundamental para a vida, sem o trabalho não há como resolver as coisas, não há como crescer e eu pretendo crescer através do meu trabalho, (...) no ano que vem eu termino meus estudos, depois vou fazer vestibular. (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Seu grande sonho é de poder escrever um livro sobre sua vida, contar sua história e contribuir para que outras mulheres não passem o que ela passou: “quero contar pro mundo que ninguém precisa passar pelo que eu passei, (...) acho que as mulheres sofrem porque não sabem que têm direitos e que podem sair dessa.” (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Assim como Val e Cecília, Lurdinha também venceu muitos obstáculos. Ela relata que chegou ao Abrigo no ano de 2002, com seus três filhos pequenos e todos “traumatizados: as crianças não conseguiam dormir, achava que o pai estava escondido em algum lugar e que poderia aparecer, (...) eu vivia com a pressão lá em cima e tudo que eu fazia era chorar.” (Lurdinha, egressa da CASV. Depoimento verbal em 19/08/2010).

Para Lurdinha a experiência de ter passado por uma situação de violência “deixou marcas que nunca mais vão sair da cabeça da gente, (...) só quem passou é que sabe tá vendo essa marca? (mostra uma marca de queimadura no braço), pois é, ela já sarou, né? Mas, na minha cabeça, ela continua na ferida vivinha.” (Depoimento verbal em 19/08/2010).

Lurdinha e seus filhos ficaram abrigados por oito meses, chegaram todos muito traumatizados, mas aos poucos foram se recuperando, na medida em que se engajavam com outras atividades, com outras mulheres, com a terapia, com os grupos de reflexão. Também teve a oportunidade de aprender com uma das abrigadas a confecção de tapetes de retalhos.

Quando vim para o Abrigo eu pensei que ia morrer lá, de tão depressiva, (...) então comecei a aprender com uma das mulheres a confecção de tapetes. (...) aquilo refrescou minha cabeça, quanto mais eu fazia tapetes, mais eu gostava, aí os meninos também começaram a fazer comigo, enquanto a gente tava tecendo junto a gente ia conversando, foi assim que conheci meus filhos (...) soube então que eu poderia vender e comecei a vender para as funcionárias, (...) ía juntando o dinheiro e um dia comecei a entregar minha produção para as funcionárias venderem fora do Abrigo, (...) o negócio deu certo. (Lurdinha, egressa da CASV. Depoimento verbal em 19/08/2010).

Lurdinha conta feliz que hoje está recuperada e relembra: “a época mais feliz da minha vida foi quando eu estava abrigada, eu e meus filhos longe do perigo, (...) foi lá que eu aprendi a viver”, e tudo que conquistou “eu devo ao meu trabalho, meu trabalho, (...) hoje a gente vive na nossa casa, ela é simples mas é nossa; todo mundo estuda e a gente é unido.” (Depoimento verbal em 19/08/2010). Atualmente, seus tapetes são vendidos no “Espaço da Cidadania” e em outras feiras; ela e sua família fazem parte dos Grupos de Inclusão Produtiva de Empreendimentos Econômicos e Solidários, organizados pela COMDIM, conforme já descrito.

Como já foi visto, os traumas advindos da situação de violência prejudica tanto a mulher quanto aos filhos. No caso de Lurdinha e sua família, a qualificação para o trabalho artesanal foi fundamental para possibilitar a sua retomada para vencer a depressão, conquistar sua independência financeira, organizar sua família e recuperar todos os bens perdidos.

Assim como Lurdinha, Rosa e sua família também fazem artesanato, e participam dos Grupos de Empreendimentos Solidários. Ela e seus quatro filhos chegaram ao Abrigo no ano de 1997 e permaneceram por seis meses: “no princípio foi muito difícil a convivência com as outras mulheres e as outras criança, meus meninos não eram fáceis. Até porque a gente vivia na rua mesmo, mais na rua do que em casa; em casa a gente só ia para apanhar.” (Rosa, egressa da CASV. Depoimento em 13/09/2010). A história da infância de Rosa “foi muito dolorida, pois perdi minha mãe com sete anos e eu e meu irmão fomos para a FEBEM, depois a gente fugiu de lá, (...) nas ruas era mais seguro.” (Depoimento em 13/09/2010). Conheceu seu companheiro e foi morar com ele, o irmão de Rosa não queria que ela fosse, mas Rosa foi e viveu muitas violências.

Na verdade seu sonho era “constituir uma família que nunca tive, poder ter filhos (...) ter uma casa”. (Rosa, egressa da CASV. Depoimento em 13/09/2010). Ela foi morar com o companheiro, os dois trabalhavam, ela era diarista e ele bombeiro. Um dia, Rosa descobriu que estava grávida mas, mesmo assim, continuou a trabalhar; depois do segundo filho viu que não era mais possível continuar trabalhando e aquele sonho, à princípio tão desejado, tornou-se

um grande pesadelo (...) tudo ele implicava; até a comida que a gente comia ele reclamava (...) batia muito na gente. Minha última filha foi fruto de estupro, quando ela nasceu eu tinha muita raiva dela. Na maternidade todo mundo ouvia a menina chorar, eu nem queria pegar nela e então ela foi ficando muito fraca. Eu queria era fugir dali e nunca mais voltar. (...) A enfermeira veio pedir para que eu segurasse a menina, eu não queria, mas peguei e queria jogar ela pela janela. De repente, quando eu peguei nela, ela parou de chorar, foi quando vi que ela precisava de mim. Não poderia abandonar a menina, não queria que ela passasse pelo que passei. (Rosa, egressa da CASV. Depoimento em 13/09/2010).

Quando saiu do hospital e voltou para casa “foi a pior fase da minha vida” (Rosa, egressa da CASV. Depoimento em 13/09/2010). Por fim, foi para as ruas com seus filhos até que de lá para a Delegacia de Mulheres, que a enviou para o Benvinda e de lá para a Casa Abrigo.

Ainda no Abrigo, Rosa começou a fazer artesanato com miçangas e gostou muito da experiência.

Uma mulher voluntária vinha ao Abrigo e ensinava a gente a fazer bijouterias, ela chegava com todo o material que a gente ia precisar”, suas crianças vendo-a “tão diferente, começaram a se interessar também, chegavam da aula, tomavam banho depressa e iam sentar comigo para ver o que estava fazendo, foi assim que eu comecei a me conhecer, saber que dentro de mim tinha uma coisa boa, boa e bonita. (Rosa, egressa da CASV. Depoimento em 13/09/2010).

De seu trabalho, Rosa relata que “foi a partir dele que recuperei toda minha história e pude dar para meus filhos outra criação, aprendi a respeitar as pessoas (...) hoje eu sei administrar as tarefas, aprendi a ser mãe, a ser dona de meu próprio corpo, da minha vida”. (Rosa, egressa da CASV. Depoimento em 13/09/2010).

Rosa mora, atualmente, numa casa própria “com um quintal que dá gosto, tem frutas e verduras que a gente planta” (Depoimento verbal em 13/09/2010), com seus três filhos (um deles se encontra preso) e o irmão; todos fazem artesanato. Ela relata:

outro dia fiquei vigiando uma lagarta, parece que foi de propósito que ela veio ficar na porta da minha cozinha, eu via todos os dias suas transformações até que um dia, eu tava fazendo meus trabalhos e começou a ventar, tava um sol bonito e ela foi saindo do casulo aos poucos, devagar e eu comecei a chorar, e chorei e chorei muito, porque aquela borboleta linda era eu. (Rosa, egressa da CASV. Depoimento em 13/09/2010).

Isa, a quinta egressa do abrigo a ser entrevistada, também revela que é possível ir atrás dos sonhos, “mesmo com muito esforço é possível”, para ela a família sempre deu apoio; no seu caso, o fato de ter sido abrigada por três meses, no ano de 2010 com seus filhos, era porque o companheiro “era um bandido muito perigoso e por isso eu não podia mais ficar em São Paulo, então o Abrigo de lá me encaminhou para cá.” (Depoimento verbal em 30/11/2010).

Ela revela que é “um arquivo vivo” e as coisas que sabe poderiam comprometer toda a família, “pai, mãe, irmãos, (...) inclusive meus filhos”, também “a polícia não poderia saber onde eu estava.” (Isa. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Aos 28 anos, em entrevista concedida no dia 30/11/2010, Isa conta: “a melhor fase da minha vida foi eu estar abrigada, foi lá que eu conheci a vida e mudei os planos de me matar, (...) eu quero estar viva e com meus filhos em volta”. Atualmente, Isa mora em uma cidade mineira, com seus filhos, numa casa de aluguel, pois “não posso nem passar perto de São Paulo”; é secretária de um consultório médico e está fundando uma ONG (Organização não Governamental), “que vai tratar das questões da violência contra a mulher”. Ela também vai fazer vestibular no final do ano, “quero ser jornalista e contar a minha história”.

Para Isa, o trabalho remunerado e a perspectiva de avançar em prol da prevenção da violência conjugal formando uma ONG, são ações que lhe renderam forças para superar o anonimato de sua vida marcada pela violência, ela consegue perceber sua situação anterior e o “encontrar outras saídas.” (Depoimento verbal em 30/11/2010).

Embora a violência conjugal de suas formas mais sutis até às mais brutais, estiveram presentes no cotidiano das mulheres egressas, bem como a interrupção de seus trabalhos, principalmente em função da maternidade, o período de estadia no Abrigo deu suporte para que essas mulheres conseguissem conduzir suas vidas. As práticas posteriores ao abrigamento, como ficou evidenciado por elas, afirmam essa perspectiva e reforçam a dinâmica recorrente dos modos de condução para recuperação da autoestima e autonomia. Nas palavras de Val: “eu tenho nome, tenho cartão” (Depoimento Verbal em 30/11/2010), Cecília: “hoje meu trabalho é regularizado” (Depoimento Verbal em 30/11/2010), Lurdinha: “quem é dona de mim sou eu mesma” (Depoimento Verbal em 19/08/2010), Rosa: “eu administro meu empreendimento e minha casa” (Depoimento Verbal em 13/09/2010) e Isa: “nossa ONG vai chamar Bem Me Quero” (Depoimento verbal em 30/11/2010). Nesse sentido, conseguem vencer os desafios de ordem sócio/econômicos e reconhecem nos episódios de suas relações conjugais anteriores ao abrigamento, os poderes desiguais entre elas e os cônjuges.

Conforme nos informou Rosa em seu depoimento, “o sonho que virou pesadelo”, percebe-se que a egressa identifica que sua expectativa foi frustrada em relação à formação de uma família tradicional. A questão do contrato conjugal tradicional é discutida por Lia Zanota Machado que nos revela:

as vezes, é no contrato amoroso marcado pelas posições hierárquicas entre o masculino e o feminino, presente nas expectativas femininas, muitas vezes vivida na ordem do impensado, que se pode entender como se realizam os contratos conjugais tão pouco negociados entre os parceiros, e que, ao pactuarem, aparentemente de forma consensual, mantêm expectativas de direitos sociais tão distantes e contraditórios entre si. (...) muitas são as narrativas de mulheres que, depois de um contrato conjugal fracassado, sabem (reconhecem) a divisão de poderes na sociedade conjugal. (MACHADO, 2000, p. 14).

Partindo-se das considerações argumentadas por Gregori (2006), Welzer-Lang (2004), de que é preciso investigar o lado dos homens, não tomando o masculino como dado, mas também como uma identidade que se constitui na trajetória, na vivência, revelou-se que a especificidade de cada entrevista não impediu que se percebesse a existência de uma estrutura

muito semelhante entre as mesmas no que tange às práticas de violência levadas a cabo. Contudo, isso não quer dizer que a problemática das relações sociais entre os sexos reifica e (re)naturaliza o gênero criando dois grupos distintos, percebidos como socialmente homogêneos e antagônicos. Pois,

o estudo do concreto dos homens e do masculino mostra que os homens estão longe de ser um grupo ou uma classe homogênea, e que o que faz deles um grupo social, uma classe (os privilégios atribuídos aos homens, a aspiração de se igualar dos homens, tidos como superiores, as representações e práticas comuns...), não é suficiente para dar conta das relações entre eles. (WELZER-LANG, 2004, p. 117).

Lia Zanota Machado, numa pesquisa na qual ouviu os agressores em relações conjugais violentas, ressalta:

é no contrato conjugal que buscam o sentido de seus atos violentos: são considerados atos “corretivos”. Alegam que as mulheres não obedeceram ou não fizeram o que deviam ter feito em função dos cuidados dos filhos, ou do fato de serem casadas ou “amigadas”. A violência é sempre disciplinar. Eles não se interpelam sobre por que agiram desta ou daquela forma. Sua interpelação é apenas e somente sobre seus excessos: descontrole, bebida ou *eu não sei o que me deu*. O descontrole, o ficar *transtornado* não constituem o ato violento. É a sua função disciplinar que o constitui, cabendo à fraqueza apenas os “excessos”. Os espaços lacunares em que se constroem os atos de violência não são vividos como falta ou dificuldade de argumentação, mas como uma resposta rápida que devem dar a um “não saber” sobre quaisquer outras formas de reação. Os atos de violência parecem não interpelar os sujeitos agressores sobre por que, afinal, agrediram fisicamente, e se têm alguma culpa. São vividos como decisões em nome de um poder e de uma “lei” que encarnam. (MACHADO, 2004, p. 47).

Partindo-se então da perspectiva de Lia Zanota Machado e tendo como pano de fundo as considerações nas quais se inserem as vivências de violência conjugal descritas pelas mulheres entrevistadas, as quais por sua vez, estão inscritas no âmbito das desigualdades de gênero, seguiu-se o percurso promovido por Welzer-Lang (2004, p. 115) na “compreensão de que a diferença entre homens e mulheres é construída.... sobretudo por meio da dupla função assimétrica dos fatos sociais”. Ou seja, os homens só existem como categoria, grupo (ou classe) em relação estrutural com as mulheres, e “comparando palavra por palavra como homens e mulheres, em nome de sua educação (ainda) diferenciada, enunciam e definem certas práticas sociais, evidenciou-se logo que nós não tínhamos as mesmas visões do social.” (WELZER-LANG, 2004, p. 113).

Lia Zanota Machado numa pesquisa na qual ouviu os agressores em relações conjugais violentas ressalta:

é no contrato conjugal que buscam o sentido de seus atos violentos: são considerados atos “corretivos”. Alegam que as mulheres não obedeceram ou não fizeram o que deviam ter feito em função dos cuidados dos filhos, ou do fato de serem casadas ou “amigadas”. A violência é sempre disciplinar. Eles não se interpelam sobre por que agiram desta ou daquela forma. Sua interpelação é apenas e somente sobre seus excessos: descontrole, bebida ou *eu não sei o que me deu*. O descontrole, o ficar *transtornado* não constituem o ato violento. É a sua função disciplinar que o constitui, cabendo à fraqueza apenas os “excessos”. Os espaços lacunares em que se constroem os atos de violência não são vividos como falta ou dificuldade de argumentação, mas como uma resposta rápida que devem dar a um “não saber” sobre quaisquer outras formas de reação. Os atos de violência parecem não interpelar os sujeitos agressores sobre por que, afinal, agrediram fisicamente, e se têm alguma culpa. São vividos como decisões em nome de um poder e de uma “lei” que encarnam. (MACHADO, 2004, p. 47).

Desse ponto de vista, uma leitura contextualizada sobre as maneiras como gênero se inter-relaciona, leva-nos a perceber que em muitos laços de conjugalidade, conformam muitas vezes em um universo desarmônico e estruturado por relações de poder, também pode nos indicar sobre os caminhos que podemos percorrer para a prevenção desse tipo de violência.

Por outro lado, o relato dessas mulheres reafirma a história de desigualdade em termos tanto das relações sociais de classe, como das relações sociais de sexo, elas expressam a pobreza e a dificuldade em conseguir e manter um trabalho, assim como Val as identifica como “um fantasma”. É necessário salientar a determinação dessas mulheres que, frente a frente com situações sociais que engendram um cotidiano marcado por muitas dificuldades, desigualdades, permanecem buscando novas possibilidades, oportunidades e aglutinam em torno de si suas famílias e seus filhos. Em seus percursos, aparecem como “sobreviventes” e participantes de um contexto no qual se tornaram protagonistas; de alguma forma, conseguem reconstruir suas vidas, cada uma a seu modo, envolvendo estímulos acessíveis de acordo com suas habilidades e afetos.

5.5 À guisa de conclusão

Os relatos que analisamos trazem à tona histórias de violências vividas em âmbito conjugal que, embora focalizem mulheres abrigadas, não são restritas a essas. As histórias de violência conjugal muitas vezes fazem parte de um universo circunscrito entre quatro paredes

e vivido no silêncio. Pois, por ser uma questão que envolve tabu, aspectos morais, sociais, ideológicos, a mulher na situação de violência conjugal, em geral convive com o isolamento social e o silêncio.

Ainda que esse tipo de violência venha ganhando visibilidade social, foi reconhecida nesta pesquisa a necessidade de aprofundamentos na compreensão da complexidade desse fenômeno, a fim de desencadear mecanismos de ordem política e social para seu enfrentamento. Isso porque muitas pessoas entendem os comportamentos violentos como algo natural e impossível de serem mudados, sendo que algumas mulheres os aceitam como parte do destino, até porque esse tipo de violência pode se inscrever como uma “herança” geracional, ou seja, a mãe sofria violência, a tia, a avó entre outras mulheres do círculo familiar.

Conhecer como as mulheres concebem esse fenômeno e como ele afeta suas vidas, certamente possibilitará a identificação de caminhos que levem à superação das contradições que alimentam as desigualdades de gênero, e reiteram a banalização da violência tida como “coisas de marido e mulher”. Nesse sentido, faz-se necessário ampliar as investigações e aprofundar a discussão sobre o fenômeno, para que se tenha uma compreensão mais qualificada e, ainda, que se dê visibilidade ao problema. Além disso, permite oferecer subsídios para que as políticas públicas e a atuação dos profissionais incidam em ações mais sensíveis e assertivas na coibição do fenômeno e, principalmente, valorizem estratégias para o fortalecimento e resgate da autonomia das mulheres, possibilitando, assim, uma possível ruptura das amarras da situação de violência.

No que diz respeito aos significados do trabalho remunerado, a partir da perspectiva das mulheres entrevistadas, ficou claro que esse é o fator principal, a primeira estratégia para romper com o vínculo ao agressor, já que, anteriormente, o abandono do trabalho reforça esse mesmo vínculo. Em muitas situações, o início da violência física dentro do relacionamento estava ligado ao momento que elas pararam de trabalhar, em geral devido à gravidez. A dependência econômica que elas estabelecem com o parceiro marca o começo dos processos de submissão física.

Para elas, a retomada do trabalho remunerado reúne em si todas as qualidades essenciais para a (re)conquista de seus direitos e de sua autonomia; somente à partir dele é que se abrem as possibilidades de sua participação nos espaços sociais/econômicos, o sentimento de pertencer a uma categoria que a represente para além do espaço privado. Esta perspectiva ficou muito clara em todas as entrevistas, pois, apesar de continuarem exercendo as tarefas domésticas cotidianas, o trabalho remunerado abre outra dinâmica que as incluem

no processo social e econômico, não somente como reprodutoras (mães de família), mas como agentes sociais capazes de se reproduzirem enquanto cidadãs.

A apresentação da divisão sexual do trabalho, como elemento a partir do qual se estabelecem as diferenciações entre as oportunidades de ingresso das mulheres no mundo do trabalho, também marcou nesta pesquisa, principalmente, a relação com a maternidade. Pois, das dez mulheres entrevistadas, todas romperam com os seus vínculos empregatícios, sejam eles dentro das disposições legais da lei do trabalho, ou não, após o parto – sobretudo a partir do segundo filho.

Araújo e Scalon (2005), no seu livro “Gênero família e trabalho no Brasil”, demarcam claramente a fronteira da divisão sexual do trabalho doméstico e a responsabilização pelos filhos, quando identificam em sua pesquisa que, na sociedade contemporânea, o espaço da casa se define também pela manutenção cotidiana das relações entre seus membros.

Para as autoras, apesar de tais relações receberem diferentes variações quanto ao tipo de atividades compartilhadas entre outras, no que concerne à sua frequência e o grau de autonomia pessoal nas tarefas que viabilizam sua reprodução, percebe-se que nem todos os membros têm as mesmas possibilidades e essa divisão se insere, sobretudo, pelo gênero e, sendo assim, revelam:

a centralidade que os filhos adquirem cria novas formas de afeto, mas também de demandas. As expectativas sobre as trocas emocionais, sobre quem dá e quem recebe apoio e sobre os tipos de apoio não são igualmente distribuídas no interior da família: o *afeto* entre os parceiros conjugais e entre filhos e pais é predominantemente atribuído às e esperado das mulheres. Esse tipo de referente afetivo gera um cenário de tensões e de novas formas de sobrecarga no âmbito da domesticidade, com impacto sobre a subjetividade feminina e também sobre sua vida na esfera pública. (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 21).

No âmbito dessas expectativas em relação às trocas emocionais, Araújo e Scalon (2005, p.22) chamam atenção para o aspecto do cuidado a partir da perspectiva do reforço à feminização dessa atividade como elemento de valorização moral das mulheres. Ou seja, trata-se de discutir o cuidado, atividade constitutiva da vida social e, portanto, das relações sociais, mas que se realiza na dicotomia pública *versus* privada, perdendo sua característica social. “Entende-se por cuidado a provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas”, esse cuidado, atribuído “exclusivamente às mulheres, prejudica-as e tem consequências no desenvolvimento de sua cidadania social”

A incorporação desse conceito, conforme Araújo e Scalón (2005, p.22), permite resgatar um aspecto importante da dimensão das relações sociais cotidianas que ocorrem no espaço doméstico, mas que ultrapassam um enfoque centrado apenas nas ideias de atividades mecânicas e tarefas. Nele estão inscritas a construção subjetiva das emoções, do afeto e da solidariedade, como partes constitutivas do desenvolvimento das interações humanas e, esta prática, ao ser socialmente construída e imputada como “responsabilidade ou naturalizada como atributo feminino, se enfraquece como processo social e também onera as mulheres”. Logo, as formas de viabilizar o cuidado nos âmbitos privado e público, numa dinâmica de tempo cada vez mais marcada por imperativos econômicos, afetam a vida das mulheres.

Com relação às políticas, Araújo e Scalón (2005, p. 23) revelam “a ausência de uma contrapartida social e pública que ofereça redes de segurança e atenção gera um déficit de cuidado, particularmente no tocante a crianças, enfermos e pessoas idosas, com impactos especiais sobre as mulheres”.

As conclusões a que chegam, reiteram mais uma vez o que outros autores já haviam exposto, ou seja:

os dados para o Brasil confirmam o que vem sendo constatado por vários estudos: a divisão do trabalho doméstico ainda continua sendo amplamente dominado pelo padrão tradicional, (...) o tempo de lazer das mulheres aparece relacionado com o tempo do outro – da casa, dos filhos, do cuidado, (...) as mulheres tendem a sentir maior pressão em relação ao excesso de atividades domésticas e essa pressão se manifesta em relação tanto à conciliação quanto à sensação de estresse, em casa e no trabalho. (ARAÚJO; SCALON, 2005, p.63).

Hirata (2002) nos adverte que, enquanto a atribuição social das responsabilidades domésticas e familiares continuarem a recair sobre a mulher e o modelo de reconciliação entre a vida profissional e a vida familiar pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não parecem estar ameaçadas nos seus fundamentos.

Até porque, como vimos nas entrevistas, ter um trabalho é fundamental para a vida das mulheres, e as condições sociais que ora se estabelecem não criam chances para que as mesmas possam viver essa prática. Afinal, conforme Cappellin (2005, p. 246), citando Maruani e Reynaud (2001), declara “ter um emprego é ter um trabalho e um salário, mas também ter um lugar na sociedade”.

Em sua pesquisa, Cappellin (2005, p.249) destaca que entre as formas de sociabilidade, o exercício de atividade profissional fora do lar é sem dúvida uma prática que

se generalizou e assumiu referência central na vida das pessoas. Nesse sentido, à pergunta (nº61) de sua pesquisa: “exercer uma atividade profissional é importante para as pessoas se sentirem realizadas e felizes?”, as respostas de homens (87%) e mulheres (86%)”, constatam que a visão sobretudo das mulheres, educadas para serem socialmente presentes por sua contribuição exclusivamente doméstica, vem sendo modificada.

A constatação das referidas autoras, somada às análises desta pesquisa chama atenção para a necessidade de se buscar estratégias que incidam na formulação de novos modelos de desenvolvimento, que permitam a ampliação de oportunidades para um maior número de mulheres. Mas, para isso é importante que haja mais estudos e pesquisas que incidam em temáticas que abordem e ponham em evidência os arranjos familiares, as definições culturais, a participação nos espaços de poder e decisão políticas, entre outras questões, a partir da perspectiva interpretativa sobre o viés de gênero.

5 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, buscou-se analisar os significados do trabalho remunerado para mulheres que experimentaram estar abrigadas, juntamente com seus filhos, na Casa Abrigo Sempre Viva. Para isso, foram entrevistadas tanto mulheres que ainda estão abrigadas quanto mulheres que já foram abrigadas e hoje estão inseridas no mercado de trabalho. As análises das entrevistas tiveram como perspectiva o enfoque de gênero/masculinidade e a questão principal a ser considerada desde o início foi: como referendar tais significados sem cair na armadilha do senso comum e/ou de uma visão maniqueísta das relações entre homens e mulheres, mesmo sabendo que as posições ocupadas por ambos em nossa sociedade prescrevem um enlace dentro de um modelo de organização assimétrica e hierarquizada, que historicamente, vem condicionando as mulheres a ocupação de lugares menos valorizados.

Cabe aqui ressaltar que esse modelo permeado pela ligação entre relações de gênero, trabalho doméstico e os direitos sociais, nos informam sobre os desafios a serem enfrentados principalmente pelas mulheres de forma intensa, tendo em vista a conformação das identidades e as possibilidades de concretização de projetos pessoais emancipatórios.

Foram ouvidas, então, as declarações de dez mulheres, cinco egressas e outras cinco que na ocasião das entrevistas se encontravam abrigadas e observou-se que, embora as dominações, as discriminações, bem como as diversas formas de violências sofridas por elas em âmbito familiar impeçam sua plena cidadania, essas práticas não se inscrevem necessariamente somente no universo das particularidades pessoais e em situações de conjugalidade. Nas declarações das entrevistadas, foi possível identificar que as formas de reiterar o comprometimento de seus direitos humanos tanto em âmbito privado, quanto em público, são sustentadas pela aprovação social e denunciam que esse modelo se inicia mesmo antes da união conjugal.

Na realidade, a trajetória de submissão dessas mulheres se inicia a partir de sua infância, quando ingressam no mercado de trabalho infantil de forma doméstica não remunerada e permeada pelos abusos de ordem sexual e de violências físicas e psicológicas, exercidos em âmbito privado por várias pessoas, uma vez que trabalham em uma multiplicidade de residências. Esta circunstância para além de promover o comprometimento de sua autonomia pessoal e autoestima, inibe as chances futuras de crescimento com vistas à construção de projetos emancipatórios, restringendo, assim, a possibilidade de um futuro promissor.

Nesta perspectiva, percebe-se que o trabalho doméstico, em geral desempenhado pelas mulheres, é sustentado pelo próprio reforço dos papéis sociais pré-determinados que engessam a superação da divisão sexual do trabalho. Contudo, a sociedade convive com esse modelo e o absorve dissolvendo os antagonismos quando cria leis para coibição do trabalho infantil, para a coibição da violência de gênero, entre outras que, em geral, nunca são cumpridas a contento. Logo, para análises das entrevistas, buscou-se rever as possibilidades de resgate da cidadania, bem como dos direitos humanos das meninas e das mulheres no universo social, quando a cultura e o modelo econômico pré-determinam os lugares ocupados, tendo em vista a assimetria ditada pela divisão sexual do trabalho.

Em outras palavras, sem o reforço do resgate dos direitos infantis e humanos, como também da alteração do padrão atual da divisão sexual do trabalho, tornam-se remotas as chances de aquisição de autonomia dessas mulheres. Contudo, o que se percebe é que embora a tensão entre as relações de gênero e trabalho doméstico estabeleça um contínuo de desapropriação de direitos e de autonomia, é nessa dinâmica que vão sendo tecidos os suportes para a construção de uma nova perspectiva, e vai, então, se gestando um movimento antagônico, quando tratam de achar caminhos para uma releitura: fazer do trabalho até então tido como seu algoz, o seu libertador.

É a partir da construção, ainda que incipiente, de um projeto de autonomia pessoal que as mulheres vão desenvolvendo o estranhamento de uma situação de submissão, até então tida como “normal” e importando para si mesmas uma nova posição social e econômica, que proporcione o rompimento com o isolamento, trazendo à tona o abrigo coletivo e de direitos. Vão construindo, então, uma nova história, ou pelo menos trazem as possibilidades de traçarem novas estratégias para a busca de novos itinerários, almejando um novo modelo, o qual possibilite o resgate de seus direitos com vias à emancipação e a uma nova identidade – agora não só como mães e demandantes de recursos oriundos de políticas sociais distributivas, mas, sim, como agentes capazes de protagonizar processos políticos.

E é nesta perspectiva, que se revela a defasagem das atuais políticas públicas voltadas para o atendimento da mulher em situação de violência, como instrumento capaz e comprometido em dar suporte para um salto realmente significativo para alcance da equidade. Percebe-se, assim, que as oportunidades de autonomia que emergem na conjuntura atual da sociedade não alcançam o rompimento do confisco de sua cidadania, desenhado pela herança do modelo histórico de exclusão das mulheres nos processos participativos e de tomadas de decisões.

Entretanto, apesar disso, acreditamos que os diagnósticos promovidos pelas pesquisas são capazes de abrirem novos debates e as vias para a construção de novos contextos políticos, mesmo que sejam por força da pressão dos movimentos organizados de mulheres que, afinal, nunca estiveram ausentes das revoluções de cunho social.

Espero, sinceramente, que esta pesquisa possa contribuir para o alcance de novas releituras, na iniciativa mesma de servir como catalizadora a fim de estimular a proposta de novos modelos de programas e políticas públicas, que primem pelo resgate de relações sociais mais justas, democráticas e plurais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, 186 p.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. **Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do sul de Portugal**, Anuário Antropológico/95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- ALMEIDA, Suely de Souza de. **Femicídio: algemas in(visíveis) do público e privado**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- ALPIZAR, Lydia; BERNAL, Marina. A construção social da juventude. In: ALPIZAR, Lydia; BERNAL, Marina (Org.). **Mulheres e Jovens e Direitos Humanos**. Manual de capacitação das mulheres jovens e a ampliação da CEDAW. São Paulo: REDLAC, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do trabalho. 7 ed. **Revista e ampliada**. Campinas, SP: Cortez, 2000.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR. **PMMG lança Serviço de Prevenção à Violência Doméstica Contra a Mulher**. 2010. Disponível no site www.ascobom.org.br. Acesso em 10 out. 2010.
- BANDEIRA, Lourdes. **Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM). Brasília, Jan. 2005.
- BANDEIRA, Lourdes; **Desafios da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas Brasileiras**. Florianópolis: Mulheres, 2005.
- BARBIERE, Teresita de. Sobre la categoría género: un a introducción teórico – metodologica. **Revista Interamericana de Sociologia**, Ano VI, n. 2-3 (segundo semestre), maio/dez. 1992. Publicada pelo Instituto Mexicano de Cultura e Associação Mexicana de Sociologia.
- BARBOSA, Mirella Vasconcelos. A gestão de políticas públicas com uma visão integral. Belo Horizonte. **Revista Pensar BH/Política Social**, n.26, p.28-33, jun. 2010.
- BARSTED, Leila Linhares. O avanço do legislativo no enfrentamento da violência contra as mulheres. In: LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene. (Org.). **O Desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência**. Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. Brasília, nov. 2006, p. 66 -89.

BARSTED, Leila Linhares. **Os direitos humanos na perspectiva de gênero**. Texto produzido para o I Colóquio de Direitos Humanos. São Paulo, 2001, p.9. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/a_pdf/barsted_dh_perspectiva_genero.pdf. Acesso em 10/12/2010.

BARSTED, Leila Linhares. Reflexões e opiniões: Projeto de Lei: violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. **Revista de Saúde Sexual e Reprodutiva Ipas Brasil**. Ed n. 20, nov. 2005. Disponível www.ipas.orgf.br/revista/nov05. Acesso em 10/12/2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Relatório Final de Implementação: I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – 2005 - 2006**. Brasília: SPM, 2009, 132 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Documento de debate. Participação Política: Mulheres nos Espaços de Poder**. Brasília: 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação**. Brasília, 2008.

BRASIL, Medida Provisória no. 103 de 01 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília. **DOU**, 1/1/2003. Disponível no site www.presidencia.gov.br. Acesso em 04/06/2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1998, 168p.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOT, Heleieth; MUNOZ, Mônica (Org.). **A Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 179-199.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Márcia; AQUINO, Silvia. Protocolo: orientações e estratégias para a implementação das Casas Abrigo. In: CAMARGO, Márcia; AQUINO, Silvia (Org.). **Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero**. Construindo políticas públicas. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ago. 2003, p. 47 -49.

CAPPELLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempos de crise do emprego: territórios e fronteiras entre público e privado. In: CAPPELLIN (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 241- 267.

CARNEIRO, Sueli. Identidade Feminina. In: SAFFIOT, Heleieth; MUNOZ, Mônica (Org.). **Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 187-193.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres negras, violência e pobreza**. In: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programas de Prevenção, Assistência e Combate à Violência

contra a Mulher. Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres. Brasília, 2003, p. 11-19.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa (Org.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: 34, 1998, 416 p.

CASTELS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; MAIA, Mônica; CAMARGOS, Malco Braga. Desigualdade, autonomia e trabalho entre mulheres jovens moradoras de bairros e favelas da região centro-sul da cidade de Belo Horizonte. In: 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu/MG, out., 2008. **Anais...** Caxambu/MG, 2008. p. 236-237.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre a mulher e violência. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro, n.4, p. 23-62, 1985.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER. **As políticas públicas de gênero**. Texto elaborado pela comissão executiva - 2º Gestão 1998/2000. Belo Horizonte, 2002.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**. Cap I, Art. 2º, 1994.

COORDENADORIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER. **Relatório interno de final de gestão do ano de 2010**. Belo Horizonte: COMDIM, 2010.

COSTA, Ana A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Salvador: NEIM/CARR, 2000. Texto de apoio I Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero. Mimeo.

DAGNINO, Renato; FONSECA, Rodrigo. Economia Solidária, Incubadoras Universitárias Cooperativas e Tecnologia: uma definição de papéis. **Tecnologia Social: Uma Estratégia para o Desenvolvimento**. **Proposta: Revista Trimestral de Debate da FASE**, n. 112, p. 16-24, 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral** – memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DURKHEIM, Emile. **A Divisão social do Trabalho Social**, v. 2. Lisboa: Presença LDA, 1984.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p.47-71, jan./abr. 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Políticas Públicas e Gênero** In: GODINHO, Tatau (Org.). **Política Pública e Igualdade de Gênero**, São Paulo: Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004, p.127- 142.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Vocabulário referido a gênero**. Guatemala: FAO, Grupo Consultivo em Gênero, 1996.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. 2006.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Racionalidade dos Formatos Produtivos Autogestionários. Sociedade e Estado**, v.21, n.2, p. 513-545, maio/ago. 2006.

GALDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 19, n. 01, p. 29-47, jan/jun 2002.

GALDANI, Ana Maria. Famílias e Gênero: uma proposta para avaliar (des) igualdades. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu/MG, 23- 27 out. 2000. **Anais....** Belo Horizonte: ABEP, 2000, p. 113-116.

GALVÃO, Elaine. **Vocabulário referido a gênero**. Londrina: FAO/FIAT, 2003.

GARCIA, Ivete. **Gênero e Políticas Públicas Municipais**. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulher e Política: Gênero e Feminino no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GODINHO, Tatau. Construir a Igualdade Combatendo a Discriminação. In: Godinho, Tatau (Org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo. Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher- Prefeitura Municipal de São Paulo, p. 55- 64, 2003.

GODINHO, Tatau; COSTA, Maria Luiza da. Para discutir uma política nacional de combate à violência contra a mulher. In: LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene (Org.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: AGENDE, 2006, p. 45-63.

GOMES, Ana Paula Salej; MATOS, Marlise. As Mulheres e as Políticas Públicas: a necessidade da reconstrução do estado para a inclusão de uma nova perspectiva de democracia. Belo Horizonte. **Revista Pensar BH/Política Social**, n.26, p.28-33, jun. 2010.

GOMES, Márcia de Cássia. Políticas Públicas para as Mulheres na Cidade de Belo Horizonte. **Revista Planejar Belo Horizonte**, n7, p.19-21, ano 2002.

GOMES, Márcia de Cássia; COELHO, Carolina Marra Simões; CALDAS, Daniele Aparecida Costa. Políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres em Belo Horizonte: Metodologias de atendimento. Belo Horizonte. **Revista Pensar BH/Política Social**, n. 20, p. 19-22, mar. 2008.

GONÇALVES, Liane. **Pensando o Gênero como categoria de análise**. Estudos de Gênero. Goiânia: Editora UCG, p. 41-60, 1998 (Cadernos de Área, 7).

GREGORI, M. F. Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos. In: GREGORI, Maria Filomena; DEBERT, Guita G; PISCITELLI, A. (Org.). **Gênero e distribuição da justiça**: As delegacias da mulher e a construção das diferenças.. Campinas: Pagu, v. 1, p. 55-86, 2006.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Loyola, 2005.

GUÉRIN, Isabelle. **Sociologia econômica e relações de gênero. Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. **Fazendo Gênero**: A antropologia da mulher no Brasil. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

HERINGER, Rosana. Diversidade Racial e Relações de Gênero no Brasil Contemporâneo. HERINGER, Rosana (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil**. Brasília, 2006, p.140 - 165.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. Campinas/SP: **Cadernos Pagu**, p. 139-156, 2002.

HIRATA, Helena. **Por quem os sinos dobram?** Globalização e divisão sexual do trabalho. Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de estudos do trabalho**. São Paulo: Associação latinoamericana de estudos do trabalho, ano 4, n. 7, p. 5-27, 1998.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. Gramática moral dos conflitos sociais. 2 ed., São Paulo: 34, 2009.

IPEA. **Mulher e trabalho**: Avanços e continuidade. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, p. 01 – 17, mar. 2010.

JACOB, Annie. **Emergência do Valor do Trabalho no Pensamento Econômico do Século XVIII**. Texto extraído do livro *L'inscription Sociale du Marché*. Paris, 1995.

KABEER, Naila. **Desde as contribuições feministas, para um quadro analítico**: as desigualdades de gênero em uma perspectiva institucional. Tradução de Cecília M. B. Sardenberg. Salvador: NIIM/UFBA, 1999.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações de sexo. Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001.

LAGOS, Marta. A máscara sorridente da América Latina. **Opinião Pública**. Campinas, n. 1, p. 1-6, 2000.

LAMAS, Marta. Gênero: Os conflitos e desafios do novo paradigma. In: PORTUGAL, Ana Maria, et. al. (Org.). **El siglo de las Mujeres**. Santiago do Chile: Las Mujeres, 1999, p.1 – 14.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa (Org). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, ROCCO, 1994.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JR., Orlando Alves dos. (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.169-187.

LAVINAS, Lena. Gênero, Cidadania, e Políticas Urbanas. In Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. Civilização Brasileira, 1997.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. Rio de Janeiro: **Revista Econômica**, v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002.

LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene. **O desafio de construir redes de atenção às mulheres vítimas de violência**. Brasília: AGENDE, 2006.

LOURO, Guacira Lopes; **Gênero sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACHADO, Lia Zanota. Gênero e mal estar na sociedade contemporânea. In: Mônica SCHPUN, Raisa (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 35 – 78.

MACHADO, Lia Zanota. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Brasília: UNB: Série Antropologia, 2000.

MAPA da Violência no Brasil (DATASUS 2010). **Jornal O Estado de São Paulo**, 04 jul. 2010.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Vocabulário referido a gênero**. Londrina: FAO, 2003.

MATOS, Marlise. As Mulheres e as Políticas Públicas: a necessidade da construção do Estado para a inclusão de uma nova perspectiva da democracia. Belo Horizonte. **Revista Pensar BH/Política Social**, n. 20, p. 28-33, mar. 2008.

Teorias de Gênero ou Teorias e Gênero: se como os estudos de gênero se transformaram num novo campo para as ciências humanas e sociais. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA - SOCIOLOGIA E REALIDADE: PESQUISA SOCIAL NO SÉCULO XXI, 2005, Belo Horizonte. **Anais....** Belo Horizonte, 2005, p. 33-38.

MAZZOTTI, Mariella. **O município como articulador de interesses e oportunidades para as mulheres. Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

MELO, Hildete Pereira de. **Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero Em América Latina Y EL Caribe.** Brasília: CEPAL, 2005.

MINAYO, M. Cecília de S. **Pesquisa social.** Teoria, método e criatividade. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MINAYO, M. Cecília, **O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. In: INGOLD, T. (Org.) **Companion encyclopedia of anthropology.** Tradução de Júlio Assis Simões. London: Routledge, 1997.

MORAES, Aparecida Fonseca e Sorj, Bila. Os paradoxos da expansão dos direitos das mulheres no Brasil. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila. (Org.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 10 – 22.

MORAES, Aparecida Fonseca; GOMES, Carla de Castro. O caleidoscópio da *violência conjugal*: instituições, atores e políticas públicas no Rio de Janeiro. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila. (Org.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 75 – 109.

NALU, Faria; NOBRE, Miriam. **Gênero e Desigualdade.** Coleção Cadernos Sempre Viva. São Paulo: SOF, 1997.

NEVES, Magda de Almeida; COSTA, Bianca. A. Lima . Relações de gênero, informalidade e experiências de economia solidária.. In: Avila, Betania; et.al.. (Org.). **Reflexões feministas: sobre informalidade e trabalho doméstico.** Recife: SOS Corpo. 2008, p. 33-64.

NEVES, Magda de Almeida. Cadeia automotiva: flexibilidade, precarização e relações de gênero. In: XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Out. 2000, Petrópolis-RJ. **Anais....** Caxambu/MG, 2000, p. 22-36.

NEVES, Magda de Almeida. Dinâmicas De Trabalho Na Cidade: Informalidade E Autogestão. In: XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu/MG, out. 2009. **Anais...** Caxambu/MG, 2009.

OLIVEIRA, Fernanda Martinez de; LOTTA, Gabriela Spanghero. **Vinte Experiências de Gestão Pública e Cidadania.** São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2005.

PASINATO, Wânia. **Atendimento às mulheres em situação de violência em Belo Horizonte.** O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência. LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene (Org.). Brasília: AGENDE, 2006.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PIOVESAN, Flávia. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. 2006, p.32 - 52

POCHMANN, Márcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

QUINTANEIRO, Tânia; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**, 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. O legado de Pequim. **Revista do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Disponível no site www.iadb.org/idbamerica/index.cfm . Acesso em 05/12/2010.

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da “violência conjugal” no Brasil. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (Org.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 49 – 74.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOT, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O, BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 183- 215.

SAFFIOT, Heleiete. **Gênero e Patriarcado**. São Paulo, 2000, mimeo.

SAFFIOT, Heleiete. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOT, Heleiete. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 82-91, out./dez.,1999.

SAFFIOT, Heleiete. Posfácio: conceituando gênero. In: SAFFIOT, H. I. B.; MUÑOZ-VARGAS, M. (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 271-283.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso Sobre as Ciências**, 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGNINI, Liliana. Educação, Trabalho e Desenvolvimento: uma Complexa Relação. Belo Horizonte. **Trabalho & Educação** (UFMG), v. 06, p. 14-47, 2000.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver**. Belo Horizonte: FTD, 1998.

SILVEIRA, Adriana; RODRIGUES, Kátia da Conceição Vaz. Benvinda à arte solidária: uma experiência de política pública em economia solidária das mulheres. Belo Horizonte: **Revista Pensar BH/Política Social**, n. 20, p. 19-22, mar. 2008.

SMIGAY, Karin Ellen Von. **Relações Violentas no Espaço da Intimidade**: drama privado ou tragédia pública?. 2000. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

SMIGAY, Karin Ellen Von. Diretoria Metropolitana de Saúde. In: **Seminário Violência Contra a Mulher: um problema da saúde pública**. Belo Horizonte, 11 abr. 2001.

SMIGAY, Karin Ellen Von. Violência de gênero enquanto (novo) desafio para pedagogos: teorias, contradições, intervenção. Vitória da Conquista. **Aprender**: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, 2003.

SMIGAY, Karin Ellen. Os atravessamentos institucionais no atendimento clínico IV. In: **Seminário Núcleo de Atendimento às Vítimas NAVCV, Construção da Cidadania**: Os impasses no atendimento às vítimas. Belo Horizonte, p. 43-68, ago. 2004.

SOARES, Vera - Políticas Públicas para Igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p.113- 126.

SOARES, Bárbara M. **Enfrentando a Violência Contra a Mulher** – Orientações práticas para profissionais e voluntários(as). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SOARES, Bárbara M. Violência entre parceiros íntimos e criminalização da vida privada: onde nos leva esse caminho?. In: MORAES, Aparecida Fonseca e SORJ, Bila (Org.). **Gênero, violência e direitos na sociedade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 144-157.

SOARES, Vera. **A construção da autonomia fragilizada da mulher**. Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SOJ, Bila. Sociologia do Trabalho: mutações, encontros e desencontros. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, jun. 2000.

SPINK, Jane Mary. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Florianópolis. **Revista Estudos Feministas**, jan./abr., p. 15- 42, 2006.

TONELI, Maria Juracy. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. Santa Catarina. **Revista Psicologia**, v. 2, n.1, p. 11- 30, 2002.

TRABALHO Infantil Doméstico: País tolera atividade que traz enormes prejuízos para as crianças. 2011. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Disponível no site www.and.org.br. Acesso em 09/02/2011.

TREVISAN, João Silvério. O Espetáculo do Desejo. Homossexualidade e Crise do Masculino. In: CALDAS, Dario. (Org.). **Homens Comportamento, Sexualidade e Mudança**. São Paulo: SENAC, 1997, p. 51- 92.

UNIFEM. **O Progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Fundação Ford/CEPIA, 2006.

VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José. Ser hombre en Santiago de Chile: apesar de todo, un mismo modelo. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (Org.). **Masculinidades y equidad de género en América Latina**. Santiago: FLACSO-Chile, 1998, p. 12-35.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **A Mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WEBER, Max, 1864-1920. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 5 ed. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1991..

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Florianópolis. **Revista estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo, In: SCHPUN, Mônica. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 107-128.

APÊNDICE: O ROTEIRO

Coleta de dados pessoais sócio/demográficos:

Nome, idade, escolaridade, raça/cor (declarada pela mesma), local de nascimento, estado civil, se tem filhos/as e quais idades, local de moradia e tempo de moradia no bairro, se morava com companheiro ou se casou dentro da legislação e/ou de padrões religiosos (igreja católica, evangélica, espírita...), número de casamentos, anos de casada.

Situação sócio/econômica/conjugal (autonomia pessoal):

Se trabalhava fora de casa e de que forma, se eventualmente ou não, renda familiar, quantas pessoas moravam em casa, quem é a pessoa responsável pelo sustento da casa, se a casa é própria, se morava com familiar/aluguel, se era beneficiária de algum Programa (oriundo de instituição pública: Bolsa Família, Bolsa Escola), ocupação, renda e escolaridade, bem como a do companheiro, como era a participação no lazer, esporte, grupos da comunidade, se havia divisão de tarefas em casa com outros membros da família, como se organizavam as tarefas de casa, quem limpava a casa, quem fazia a comida, cuidava das crianças, quantas pessoas moravam em casa, quem era a pessoa responsável pelo sustento da casa, quem tomava as decisões, o que achava dessa forma de organização em sua casa, por que?, como achava que deveria ser.

Situação de saúde da família:

Se tomava remédios, se fazia exames preventivos, se havia algum problema em sua saúde e com as crianças.

Situação pessoal:

a) A situação da violência doméstica:

Como descrevia a sua infância e a sua adolescência, relação com o pai/mãe/irmãs(ãos), como era sua participação na família, se frequentou escola regularmente/grupos da comunidade, se trabalhava quando criança, qual atividade exercia, como conheceu seu companheiro, como foi que resolveram ficar juntos, quando e porque começaram as brigas, como definia as brigas (tipificações da violência), qual era sua posição diante das agressões do companheiro, porque achava que estas brigas aconteciam, qual era a regularidade das mesmas, como sua família/vizinhos/outros profissionais viam esse tipo de acontecimento, se recebeu algum apoio

dessas pessoas, qual tipo de apoio, se contava para eles o que estava acontecendo, quais eram os sentimentos das crianças com relação a esse tipo de convivência, como foi que veio para cá, o que motivou a buscar ajuda na Instituição, como foi que se deu o fluxo da mulher e de suas crianças na Rede de Enfrentamento à Violência, se achava que nos locais da Rede pelos quais passou recebeu o apoio necessário, qual o tipo de apoio mais importante que uma mulher que está em situação de violência precisa, qual seu sentimento em chegar e estar nos locais da Rede.

b) Em relação à situação de abrigo:

Hoje, como define a violência que viveu e porque, quais são as possibilidades de romper com a violência, acha que a violência pode ser prevenida, como, porque uma mulher convive tanto tempo com uma situação de violência, acha que foi bem atendida na Rede, o que acha da CASV, o que precisa melhorar nela, quais são seus planos atuais, o que acha que seria importante fazer nas instituições para que o atendimento fosse mais efetivo, o que diria para uma mulher que está passando por uma situação de violência.